

CARLOS ALBERTO PANEK JUNIOR

**SISTEMAS DE ASSENTAMENTO: UMA ABORDAGEM PARA O ESTUDO DA
CULTURA MATERIAL E GRUPOS
ÉTNICOS**

CARLOS ALBERTO PANEK JUNIOR

**SISTEMAS DE ASSENTAMENTO: UMA ABORDAGEM PARA O ESTUDO DA
CULTURA MATERIAL E GRUPOS ÉTNICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados, para a obtenção do título de mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira

Dourados – 2006

980.416

P191s

Panek Jr, Carlos Alberto

Sistemas de Assentamento: uma abordagem para o estudo da cultura material e grupos étnicos / Carlos Alberto Panek Junior – Dourados, MS: UFGD, 2006.

131 p.

Orientador: Jorge Eremites de Oliveira

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados.

1. Arqueologia - Sistemas de assentamento - Guarani.

Sistemas de assentamento: uma abordagem para o estudo da cultura material e grupos étnicos I. Título.

CARLOS ALBERTO PANEK JUNIOR

**SISTEMAS DE ASSENTAMENTO: UMA ABORDAGEM PARA O ESTUDO DA
CULTURA MATERIAL E GRUPOS ÉTNICOS**

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente e orientador: Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira

2º Examinador: Prof. Dr. Levi Marques Pereira

3º Examinador: Prof. Dr. Lúcio Tadeu Mota

Dourados, 29 de setembro de 2006.

Dados Curriculares

CARLOS ALBERTO PANEK JUNIOR

NASCIMENTO 09/06/1975 CURITIBA-PR

FILIAÇÃO CARLOS ALBERTO PANEK
MARIA ROSA PANEK

1998-2001 CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ-UEM

Resumo

A fim de entender o processo de interação homem-meio ambiente, com a utilização de fontes arqueológicas, históricas, geográficas, biológicas e etnográficas, o estudo sobre os sistemas de assentamento visa analisar um conjunto de variáveis ambientais, tecnológicas e simbólicas que influenciaram a ocupação de um determinado espaço. Inserido na chamada arqueologia da paisagem, esse estudo pretende estabelecer uma análise interdisciplinar que propicie refletir sobre o processo de ocupação tendo como elemento central os sítios arqueológicos localizados na região noroeste do Paraná, em específico os atribuídos a grupos portadores da tradição tecnológica Tupiguarani.

Palavras-chave: Sistemas de assentamento; Arqueologia do Paraná; Grupos étnicos.

Abstract

To understand the interaction process of man in the environment, there were certain key elements used to further understand this process such as archeological, historical, geographical, biological and ethnographical. The study of settlement systems helps analyze a group of environmental variables such as technological and symbolical groups that influence the occupation of a determined space. This is called scenery of archaeology in which this study plans to establish the interdisciplinary analysis that favors the reflection about the process of occupation having its central element in archaeological sites located in the north western region of Paraná to be more specific, the groups that bear the technological traditions of the Tupiguarani Indians.

Key words. Settlement systems, archaeology of Paraná, ethnic groups.

Agradecimentos

Quero agradecer a minha mãe, Maria Rosa Panek pelo apoio nas horas mais difíceis. Agradeço ao esquadrão Pelicano (Margarida Lavado e Eurides Roque de Oliveira) pelas horas divertidas em campo. Aos queridos amigos Ana Paula Simão, Leandro Cordeiro e Vagner Martins do Rosário. Toda gratidão a minha amiga Josilene Aparecida de Oliveira pelos dias de trabalho árduo. Agradeço as grandes criaturas (Giseli Deprá, Selma M. Duarte e Carla Conradi) e o habitante do Tocantis (Cleube Alves Silva). Não posso deixar de agradecer minha grande amiga Márcia Kodama. Valeu irmã.

Agradeço aos meus amigos e professores Francisco Silva Noelli, Lucio Tadeu Mota e Jorge Eremites de Oliveira pelo apoio e orientação. Enfim obrigado a todos pelo apoio e dedicação para que eu pudesse vencer mais uma etapa.

Sumário

Dados Curriculares.....	5
Resumo	6
Abstract	7
Agradecimentos	8
Sumário	9
Lista de Tabelas	11
Lista de Figuras.....	13
Introdução	12
1: A abordagem interdisciplinar no estudo dos Sistemas de Assentamento na região noroeste do Paraná	16
1.1. Espaço: algumas considerações	20
1.2. A construção dos espaços sociais e os modelos de interpretação.....	24
1.3 Teorias arqueológicas	30
1.4. História da arqueologia no Brasil	35
1.5. Arqueologia no Paraná e suas inter-relações	40
1.6. Tupiguarani: uma invenção?.....	46
2: A paisagem da região noroeste do Paraná e o processo de inserção dos sítios arqueológicos	53
2.1. A dinâmica das paisagens	54
2.2. Os componentes físicos da paisagem.....	57

2.3. O Estudo das mudanças paleoambientais e palioclimáticas na região noroeste do Paraná.....	60
2.4. Implantação dos Assentamentos e a análise dos componentes físicos da paisagem .	65
3: Os aspectos da organização social e do simbólico na interpretação dos sítios arqueológicos na região noroeste do Paraná.....	83
3.1. Da continuidade material a continuidade histórica: suporte para utilização dos documentos históricos?.....	86
Conclusão.....	112
BIBLIOGRAFIA	115
ANEXO 1: Localização dos municípios com sítios arqueológicos Guarani no Estado do Paraná.....	127
ANEXO 2: Tabela com dados gerais dos sítios da área de pesquisa.....	128

Lista de Tabelas

TABELA 1: Diferentes perspectivas sobre o uso da informação arqueológica	31
TABELA 2: Tradições arqueológicas no Estado do Paraná	42
TABELA 3: Sítios por tipo de abordagem em campo	43
TABELA 4: Sítios por tipo de registro	43
TABELA 5: Síntese das instituições e pesquisadores	44
TABELA 6: Datações dos sítios acerâmistas por fases e tradições.....	62
TABELA 7: Datações dos sítios da tradição Tupiguarani	62
TABELA 8: Compartimento topográfico dos sítios próximos da área de pesquisa	65
TABELA 9: Compartimento topográfico dos sítios da área de pesquisa	66
TABELA 10: Classe de declividade encontrada na região de concentração dos sítios arqueológicos	67
TABELA 11: Amostragem de algumas espécies da agricultura dos grupos falantes da língua guarani, conforme dados coletados por Noelli	69
TABELA 12: Distância dos sítios da área de pesquisa em relação aos cursos d'água mais próximos	74
TABELA 13: Distância dos sítios ao redor da área de pesquisa em relação aos cursos d'água mais próximos	74
TABELA 14: Relação entre distância do rio Paraná e do outro curso d'água mais próximo	75
TABELA 15: Relação entre distância do rio Ivaí e do outro curso d'água mais próximo	76
TABELA 16: Relação entre distância do rio Paranapanema e do outro curso d'água mais próxima	77
TABELA 17: Distribuição dos sítios em relação ao rio principal	77
TABELA 18: Distribuição dos sítios por bacia hidrográfica	77

TABELA 19: Espécies de peixes encontradas nos rios Paraná, Paranapanema e Ivaí e comparadas com a lista de Noelli (1993)	78
TABELA 20: Comparação do número de espécies da fauna encontradas na região noroeste do Paraná com a lista de Noelli (1993)	80
TABELA 21: Função das espécies de acordo com os registros em língua guarani	81
TABELA 22: Espécies conhecidas ou utilizadas pelos falantes da língua guarani na região noroeste do Paraná	81

Lista de Figuras

FIGURA 1: Localização da área de pesquisa	16
FIGURA 2: Imagem de Satélite da Bacia do Rio Paraná	58
FIGURA 3: Região noroeste do Paraná com destaque para os aspectos do relevo e drenagem	66
FIGURA 4: Mapa de localização dos sítios arqueológicos na região noroeste do Paraná	72

Introdução

A bibliografia a respeito da tradição arqueológica Tupiguarani reúne dados sobre um número expressivo de sítios localizados na área que compreende parte dos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além de partes do Paraguai, Bolívia, Argentina e Uruguai.

A arqueologia brasileira produziu nas últimas décadas um número significativo de trabalhos, que vai desde a simples descrição do material coletado, até a formulação de hipóteses interpretativas sobre a dinâmica da ocupação dos grupos portadores dessa tradição tecnológica. Pesquisadores de diversas áreas procuram reunir dados no intuito de entender os mais diferentes aspectos relacionados ao modo de vida dessas populações, debatendo sobre a possibilidade de vinculação entre os grupos pré e pós-contato com os europeus.

Sendo a cultura material um elemento chave para a arqueologia, sua interpretação esteve sempre ligada às diferentes correntes teóricas para compreender as relações sociais e as transformações na sociedade. Ao adotar idéias relacionadas à ligação entre povo e cultura material, boa parte das pesquisas arqueológicas no Brasil destacou a necessidade de se atribuir uma unidade étnica aos vestígios localizados ao longo do território brasileiro. Assim muitos pesquisadores incorporaram uma homogeneidade étnica utilizando dados arqueológicos, históricos e etnográficos para afirmar todo um processo de continuidade que esteve presente por centenas de anos, através da criação do grupo étnico denominado “Guarani”.

A presente pesquisa ao abordar a temática dos sistemas de assentamentos visa estudar e analisar os componentes necessários para o entendimento do processo de implantação dos sítios na região noroeste do Paraná, considerando um conjunto de questões relacionadas ao estudo dos grupos étnicos na arqueologia. Esse conjunto envolve uma nova leitura sobre a vinculação direta entre grupos pré e pós-contato a partir

dos diferentes modelos construídos para interpretar os dados arqueológicos vinculados a tradição Tupiguarani.

Com o objetivo de analisar o processo de implantação dos sítios na paisagem, a partir de uma nova leitura sobre a vinculação direta entre grupos pré e pós-contato, a temática dos sistemas de assentamento passa não só pelo estudo dos vestígios materiais, como também procura analisar outras dimensões relacionadas ao extra-sítio. Essa análise trará diversos elementos relacionados ao estudo do meio-ambiente da região noroeste do Paraná analisando dados vinculados ao paleoclima, palioambiente, Flora, Fauna, hidrologia, tipos de solo etc.

No entanto para procurar respostas sobre esse processo, é necessário destacar que a busca por dados a respeito da relação homem-ambiente, passa por um universo de diferentes dimensões que ultrapassa a abordagem ecológica ou da simples manipulação de recursos disponíveis. Neste sentido os dados ligados à organização social e aos aspectos simbólicos são fundamentais para o entendimento do processo de inserção dos assentamentos na paisagem. Para expor esta nova dimensão no estudo dos sistemas de assentamento destaca-se o papel dos estudos antropológicos. O elo principal será demonstrar uma perspectiva diferenciada muitas vezes ignoradas na interpretação dos vestígios arqueológicos.

Diante dessas considerações, o trabalho estará dividido em três capítulos, relacionados com o estudo da cultura material e grupos étnicos, o processo de inserção dos sítios arqueológicos na região noroeste do Paraná e a dimensão social e simbólica necessária para o entendimento do processo de ocupação.

No primeiro capítulo, as discussões estarão evidenciando a relação entre cultura material e grupos étnicos. Para o estudo dessa relação o primeiro aspecto a ser considerado será a construção da chamada tradição arqueológica Tupiguarani. Serão apresentadas as principais correntes de pensamento da arqueologia no Brasil que servirá de base para compreender como foi possível chegar à construção do “grupo étnico Guarani” na arqueologia.

Para rebater esta homogeneidade étnica serão destacadas as idéias presentes na obra de Fredrik Barth (1969), reexaminando as balizas utilizadas como marcadores para os “Guaranis”, através dos modelos criados para interpretar os dados arqueológicos.

O segundo capítulo expõe uma dimensão sobre o significado da paisagem, na qual serão destacadas as diferentes formas de percepção e de que maneira os grupos humanos incorporam esses significados para se relacionar com o espaço ocupado. As contribuições de outras áreas do conhecimento são apresentadas para visualizar as novas perspectivas no estudo da relação homem-ambiente, examinando os conhecimentos advindos da geografia e da antropologia.

Sobre os componentes físicos da paisagem da região noroeste do Paraná, serão demonstradas informações ambientais para lançar hipóteses sobre o processo de implantação dos assentamentos humanos apresentando dados sobre topografia, recursos hídricos, solo, flora e fauna e os conhecimentos registrados sobre aos grupos de língua guarani que habitaram essa região no século XVI e XVII.

O terceiro capítulo apresenta discussões sobre os elementos de ordem social e simbólica no estudo dos sistemas de assentamento. A questão chave é justamente apontar quais seriam os limites impostos sobre a utilização da documentação histórica, para os estudos dos aspectos simbólicos e da organização social dos grupos que ocuparam a região noroeste do Paraná. Essa cautela recai justamente para não construir uma homogeneidade étnica com a reunião de dados históricos e arqueológicos para propor interpretações sobre as diferentes formas de organização social e simbólica para períodos pré-contato.

Finalmente, os aspectos simbólicos serão discutidos com a contribuição dos estudos antropológicos para estabelecer um olhar diferenciado, muitas vezes ignorado pela arqueologia. Tendo forte influência do modelo teórico processual, as interpretações arqueológicas procuraram enfatizar a busca por recursos materiais para a subsistência.

A contribuição da Antropologia neste trabalho é justamente perceber as diferentes lógicas na relação homem-ambiente e demonstrar as percepções que fogem do caráter puramente exploratório dos recursos a disposição das sociedades humanas.

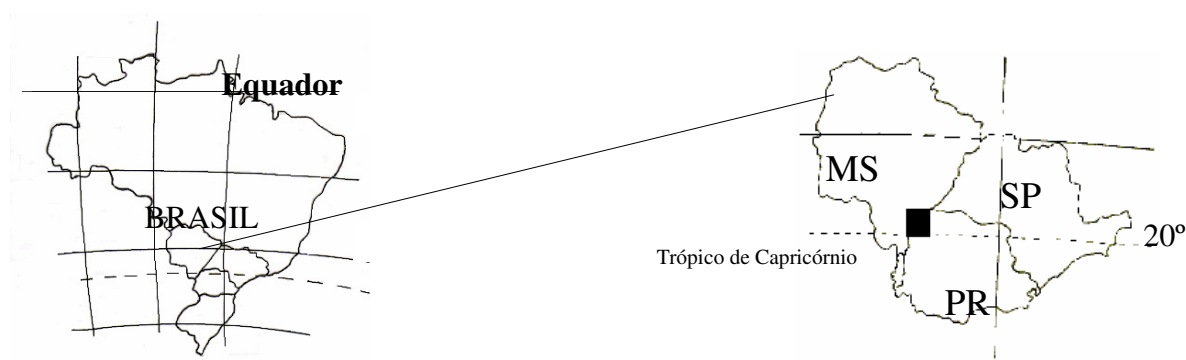
Portanto, o estudo dos sistemas de assentamento dos sítios arqueológicos da região noroeste do Paraná, debate uma série de questões sobre os limites e possibilidades

de análise dos vestígios arqueológicos atribuídos à tradição ceramista Tupiguarani. A divisão proposta procura ao mesmo tempo demonstrar o processo de inserção dos sítios na paisagem, explorando as variáveis possíveis para seu estudo, assim como procura apresentar os principais desafios para o estudo da cultura material ao abordar temáticas sobre grupos étnicos e diferentes visões para a análise da relação homem-natureza.

1

A abordagem interdisciplinar no estudo dos Sistemas de Assentamento na região noroeste do Paraná

Conhecer a história pré-colonial dos grupos étnicos portadores da tradição tecnológica Tupiguarani, significa estabelecer um diálogo entre alguns campos do conhecimento, notadamente entre a arqueologia, a antropologia e a história. A partir dessa perspectiva interdisciplinar analisar-se-á as estratégias de ocupação da região noroeste do Paraná, com vista à compreensão dos sistemas de assentamento dos grupos portadores da tradição Tupiguarani.



O trabalho situa-se na chamada arqueologia das paisagens e busca, na medida do possível, entender as relações que se estabeleceram no processo de ocupação indígena da área de estudo. Para tanto, serão apresentadas algumas características da análise dos sistemas de assentamento, envolvendo os princípios básicos do estudo das paisagens e a sua relação com o conceito de espaço.

Estabelecer o estudo das paisagens não é, simplesmente, realizar uma descrição das características físicas do meio ambiente ao longo do tempo, até porque diferentes ramos do conhecimento já desenvolvem este trabalho com notoriedade (biologia, geologia, climatologia). Um estudo dessa natureza exige um pequeno detalhe que o difere

das demais: a presença humana relacionada ao processo de humanização da natureza. Nas palavras do historiador Francisco C. Teixeira da Silva:

“Ao olharmos as encostas vazias, com profundas voçorocas, das velhas regiões cafeeiras; os campos arredondados da Bretanha, com suas elipses em torno de um castelo com caminhos que vão dar no bosque; as vastas florestas de castanheiras da Amazônia; o fantástico perfil das megalópoles ou os campos de cereais do Meio-Oeste norte americano, pontilhados de granjas, vemos sempre o resultado da ação do homem” (Teixeira da Silva, 1997:203).

Esse princípio básico no estudo das paisagens estabelece uma nova relação entre homem e natureza, negando a idéia de uma distinção entre “paisagem natural e paisagem cultural” (Teixeira da Silva, 1997:204). Por isso deve ser estabelecida uma nova visão na qual a natureza não pode mais ser considerada como “um dado externo e imóvel, mas como produto de uma prolongada atividade humana” (Teixeira da Silva, 1997:204).

A humanização da natureza conduz a algumas reflexões sobre o estudo dos sistemas de assentamento pré-coloniais. A maior dificuldade está no fato de que essa humanização parece não estar tão evidente diante dos olhos da maioria das pessoas. Na verdade as paisagens não permanecem estáticas ao longo do tempo; são dinâmicas e sofrem transformações naturais e antrópicas.

Apesar desse aparente problema é possível, pois, desenvolver um estudo interdisciplinar para buscar um conjunto de informações que possibilite estabelecer uma análise sobre o processo de interação homem-natureza, a partir da perspectiva do estudo das paisagens.

Um aspecto importante envolve a mudança de postura influenciada pela “Nova Geografia”, um conjunto de reflexões iniciadas na década de 1960, na qual o limite entre a geografia física e a humana foi sendo cada vez menos perceptível.

Essa postura abriu caminho para uma nova reflexão sobre as paisagens. Isto, porém, não significa que outros pensadores não tenham desenvolvido percepções sobre o processo de humanização da natureza. É por isso que Marx e Engels, já no século XIX, afirmaram que “o homem produz a vida” e, como a vida é produzida a partir da natureza, não há sentido em pensar que a história e a natureza são “coisas” separadas, como “se o

homem não se achasse sempre em face de uma natureza que é histórica ou de uma história que é natural” (Marx e Engels, 2001:44). Ou como Shama escreve:

“A atuação dos vários ecossistemas que sustentam a vida no planeta independe da interferência humana, pois eles já estavam agindo antes da caótica ascendência do *Homo sapiens*. Mas também é verdade que nos custa imaginar um único sistema natural que a cultura humana não tenha modificado substancialmente, para melhor ou para pior. E isso não é obra apenas dos séculos industriais. Vem acontecendo desde a antiga Mesopotâmia. É contemporâneo da escrita, de toda a nossa existência social. E esse mundo irreversivelmente modificado, das calotas polares às florestas equatoriais, é toda a natureza que temos” (Shama, 1996:65).

Diante desse quadro de reflexões a partir, sobretudo, da década de 1960 a arqueologia começa a desenvolver, sob o tema “arqueologia das paisagens” estudos relacionados ao processo de interação homem-ambiente. Sua relação com a geografia é evidente, ao buscar por meio desse diálogo, estudos não só relacionados ao intra-sítio mas também ao extra-sítio. A paisagem passa a ser considerada não como algo estático, mas como o resultado da interação do homem com o meio ambiente.

Desenvolvida inicialmente na Inglaterra, a arqueologia das paisagens passou a formular um conjunto de métodos apropriados para buscar elementos para essa nova perspectiva. Com efeito, segundo José Luís de Morais, os sítios arqueológicos passam a ser vistos como “a menor unidade do espaço passível de investigação, dotada de objetos intencionalmente produzidos ou rearranjados, que testemunham as ações de sociedades do passado” (Morais, 1999:4).

Contudo, essa menor unidade não significou um estudo centrado somente nas evidências materiais contidas em seu interior. Passa a existir um interesse no estudo do entorno dos sítios. Há, portanto, uma reavaliação do chamado local de interesse arqueológico. Conforme José Luis de Morais apresenta:

“[...] à descoberta isolada adicionaremos outros componentes físicos da paisagem: uma cascalheira de litologia diversificada, um dique de arenito silicificado, um pavimento detrítico (matérias-primas de boa fratura conchoidal), um barreiro (o barro bom para a cerâmica), um compartimento topomorfológico adequado a um determinado tipo de assentamento” (Morais, 1999:4).

A reavaliação apresentada também permite o emprego de uma abordagem diferenciada no levantamento de informações. Isto, sem dúvida, gera uma maior interação com os mais diferentes ramos do conhecimento. A perspectiva de tentar entender com se deu o processo de ocupação do espaço traz uma nova demanda por informações adquiridas a partir de um diálogo interdisciplinar, especialmente no que se refere a técnicas, e métodos utilizados no levantamento e análise de fontes e dados de relevância à pesquisa arqueológica.

Dessa forma a arqueologia das paisagens assume um caráter de uma “arqueologia não destrutiva”, porque levanta informações já existentes. Como afirma Marisa Coutinho Afonso:

“No caso da arqueologia da paisagem, há pouca intervenção no registro arqueológico, mas os conhecimentos adquiridos através das escavações são incorporados, de forma a se compreender melhor como as populações intervinham e organizavam seu espaço. Não se trata aqui de não reconhecer a importância das pesquisas intra-sítio, efetuadas através da escavação arqueológica, mas demonstrar como abordagens diferentes e complementares podem ampliar o conhecimento adquirido na área estudada” (Afonso, 2000:7).

Esse conjunto de idéias, a partir do estudo da paisagem, chama a atenção dos princípios relacionados à temática dos sistemas de assentamento. Entre eles, pode-se observar que a ação prolongada do homem não se estabelece a partir de uma única lógica. Significa dizer que ela não pode ser considerada somente como um elemento a ser explorado do ponto de vista econômico, com que obedecendo a uma lógica do mercado ou de algum tipo de determinismo ambiental. De modo mais claro:

“A geografia e a antropologia que acompanham o grande rush imperialista entre 1880 e 1910 – em especial a antropologia inglesa – ao entrar em contato com os povos africanos e asiáticos, originam um modo etnocêntrico de apreciar a diferença social e cultural. Entre os vários preconceitos culturais da Europa imperialista avolumava-se uma visão reducionista da natureza: uma percepção utilitarista, claramente ancorada na idéia de função econômica” (Teixeira da Silva, 1997:206).

A percepção utilitarista, de que fala o autor, conduz a uma concepção de irracionalidade do não-europeu na sua relação com a natureza. A superação dessa visão permitiu observar que:

“[...] vários processos de adaptação e utilização do meio ambiente por grupos não-ocidentais comprovam uma exploração racional. Demonstrar-se-ia, assim, que cada sistema econômico e social determina um modo específico de exploração dos recursos naturais e de valorização do trabalho humano” (Teixeira da Silva, 1997:207).

Compreender esse campo de relações é negar qualquer forma de determinismo ambiental, haja vista que diferentes grupos sociais, presentes na paisagem, podem desenvolver perfis diferentes de adaptação cultural em relação ao meio físico e social. Eles não somente se adaptam culturalmente ao meio ambiente, mas também adaptam o meio ambiente a sua cultura por meio do processo de humanização das paisagens.

As diferentes formas de adaptação podem se relacionar, também, a diferentes tipos de percepção da paisagem. Como afirmam Ashmore e Knapp (1999), a paisagem é uma entidade na medida em que é percebida, experimentada e contextualizada pelas pessoas. Essas diferentes formas de percepção revelam que, ao longo do tempo, lugares e paisagens sempre têm significados distintivos e dinâmicos para as pessoas. Dessa forma, expõe Rafael Pedro Curtoni:

“Através da continua interação entre os grupos humanos e o seu entorno são produzidos sentimentos de pertencimento e apego há certos lugares, como também idéias de posse e necessidades de marcar e transformar o espaço” (Curtoni, 2000:118).

Portanto, é diante desse quadro teórico-metodológico que se pretende analisar a pesquisa sobre os sistemas indígenas de assentamento na região noroeste do Paraná. Estabelecer um desse nível estudo é, com efeito, buscar entender as estratégias, as escolhas, as decisões que poderiam envolver a ocupação de um território por parte de um grupo indígena do passado. Para tanto estar-se-á utilizando para tal um conjunto de fontes arqueológicas, históricas, etnográficas, geográficas e biológicas, dentre outras disponíveis, organizadas e interpretadas a partir da abordagem da arqueologia das paisagens.

1.1. Espaço: algumas considerações

Escolher um determinado conceito, no caso o de *espaço*, no âmbito do estudo de sistemas de assentamento, não significa negar a existência de um quadro quase infinito de

demonstrações sobre o significado da palavra em apreço. O que se quer demonstrar é uma perspectiva que esteja relacionada diretamente ao objeto de pesquisa aqui apresentado. Neste sentido, o conceito ora adotado é uma escolha a partir de um olhar específico sobre o significado que se quer atribuir ao espaço.

Para tanto, como dito antes, propõe-se um diálogo com diversos ramos do conhecimento, com vistas a melhor compreensão do conceito de espaço. Inicialmente trabalhar-se-á com as reflexões de Soja (1996), que propôs o reconhecimento de três tipos ou categorias de espaço: (1) o espaço físico da natureza; (2) o espaço da cognição e das representações; (3) e o espaço social.

O interesse do estudo aqui proposto está neste último tipo de espaço, o social, pois ele é social e materialmente constituído. Porém, como afirma o referido autor, os tipos de espaço considerados estão estreita e dialeticamente relacionados por meio da chamada *trialogia do espaço*.

O espaço, portanto, é socialmente constituído porque representa um conjunto de relações, regras e costumes sociais que são produzidos e reproduzidos. A dimensão espacial começou a ser entendida não só como um espaço físico onde as sociedades se estabelecem, mas como uma dimensão ativa da construção e do estabelecimento de determinadas relações sociais e da constituição de um determinado tipo de ator social.

Já a sua constituição material reflete os aspectos da cultura material, seja em nível de estruturas físicas construídas, seja por meio de objetos produzidos e utilizados nas mais diversas atividades. Aqui é possível destacar, também, que características físicas aparentemente naturais podem se incorporar como elementos constitutivos deste espaço social e carregados de significados. Ou seja: “Através de sua materialidade comunicam sentidos e transmitem mensagens sobre como são as estruturas da sociedade, que ações e relações sociais tem sido praticadas”, como disse Acuto (1999:144).

No caso da área de estudo, as informações arqueológicas demonstram um longo processo de ocupação indígena na região noroeste do Paraná. Com base nesses estudos pode-se estudar a temática dos sistemas de assentamento a partir de dois tipos de espaço social inter-relacionados, o lugar e a paisagem. Dessa forma torna-se possível formular

modelos que também podem ser aplicados em Mato Grosso do Sul, e em outras regiões platinas, tendo em conta a proximidade com a área de estudo.

A diferença do espaço social é estabelecida basicamente por sua dimensão. A paisagem representa escalas espaciais mais amplas, como vales, cidades ou uma unidade política. Já o lugar representa um determinado ponto geográfico. Ambos, a paisagem e o lugar, constituem-se “materialmente como ambientes construídos que, junto com os objetos [...], transmitem mensagens não verbais sobre como é a ordem social estabelecida e quais os comportamentos são possíveis nesse espaço” (Acuto, 1999:146).

Pode-se, então, construir uma relação entre lugar (sítio arqueológico) e paisagem (noroeste do Paraná). Não significa, porém, estabelecer uma espécie de fronteira, aprisionando um conjunto de relações a um determinado espaço. No entanto vale a pena frisar, tem-se claro que esta delimitação se dá mais por razões metodológicas do que por razões que demonstrem a falta de uma abordagem holística.

Na busca por uma visão que amplie os horizontes interpretativos, destaca-se também o conceito elaborado por Milton Santos (1988:111), dividido o espaço em dois componentes: (1) a chamada configuração territorial, que é dada “pelo arranjo sobre o território dos elementos naturais e artificiais de uso social: plantações, canais, caminhos, [...]”; (2) e o momento histórico, que varia o arranjo desses objetos sobre o território” e a dinâmica social, o “conjunto de variáveis econômicas, culturais, políticas, [...], que a cada momento histórico dão uma significação e um valor específico ao meio técnico criado pelo homem, isto é, a configuração territorial”.

Pode-se concluir, a partir das idéias de Milton Santos e das reflexões sobre o espaço social, que o estudo dos sistemas de assentamento não deve considerar apenas as potencialidades físicas ou a idéia de que estas potencialidades determinariam a escolha de um assentamento.

É importante deixar claro que o entendimento sobre sistemas de assentamento é estabelecido a partir de algumas concepções que não fogem aos princípios gerais estabelecidos pela história ou arqueologia das paisagens.

Os estudos sobre os sistemas de assentamento sofreram uma grande influência da chamada arqueologia processual ou New Archaeology. A partir dos anos de 1960, com

forte influência da antropologia norte-americana, a chamada “nova arqueologia” realizou estudos voltados para a interação homem-ambiente, baseada em uma interpretação materialista. Como destaca Funari, os alicerces desse movimento estiveram centrados na seguinte visão:

“Segundo essa visão, a história estaria em busca dos eventos e das culturas singulares, enquanto a antropologia americana ressaltava que haveria regularidades no comportamento humano. Buscavam-se, pois, na arqueologia proposta, elementos universais de comportamento humano, que não se limitariam a uma ou outra sociedade” (Funari, 2003:49).

Conseqüentemente, o estudo sobre os sistemas de assentamento dos grupos portadores da tradição Tupiguarani deve ser entendido como uma proposta que foge dos aspectos puramente físicos do ambiente. Neste sentido, há uma interação, sobretudo, com as discussões dos dados etnográficos e antropológicos, em especial no que compete aos aspectos simbólicos.

Entre as várias definições que dizem respeito ao estudo dos assentamentos, evidencia-se a perspectiva de que conjunto de elementos inter-relacionados que não podem ser hierarquizados.

É importante observar a cultura material do ponto de vista da chamada abordagem contextual: “A utilização de contexto, por mais variada que seja na literatura arqueológica [...] tem em comum o feito de conectar ou entrelaçar as coisas em uma situação concreta ou um conjunto de situações” (Hodder, 1994:135). Partindo dessa perspectiva José Alberione dos Reis explica que:

“Por cultura material poderíamos entender aquele segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem. Por apropriação social convém pressupor que o homem intervém, modela, dá forma a elementos do meio físico, segundo propósitos e normas culturais. Essa ação, portanto, não é aleatória, casual, individual, mas se alinha conforme padrões, entre os quais se incluem os objetos e projetos. Assim, o conceito pode tanto abranger artefatos, estruturas, modificações na paisagem, [...] e também o próprio corpo, na medida em que ele é passível desse tipo de manipulação [...] ou ainda, os seus arranjos espaciais” (Reis, 2002:33).

Além disso, deve-se destacar a possibilidade de estudar os sistemas de assentamento a partir de um olhar holístico para além do horizonte materialista. Isso é comentado por Felipe Criado Boado referindo-se a determinadas estratégias empiristas:

“[...] o problema destas estratégias era basear-se num empirismo reduzido, numa noção simplificada da realidade que não considerava como entidades reais e objetos empíricos a dimensão não visível o lado oculto do mundo” (Boado, 1999:5).

Em resumo, é possível imaginar uma série de possibilidades que poderia estar relacionada com a ocupação de um determinado espaço. Como expõe Funari:

“Apenas por meio do sistema de assentamento, da dinâmica de relações entre olarias, fazendas, cidades etc., pode-se entender, além da sua função, o porquê da sua localização e como se inter-relaciona com os outros artefatos” (Funari, 2003:45).

Desse maneira é possível analisar aspectos referentes à mobilidade, áreas de atividades, distribuição dos sítios arqueológicos, hierarquia de recursos, tamanho dos sítios, duração, defesa, relações, regras, costumes sociais e aspectos simbólicos. A seguir, na próxima seção discute-se a construção de espaços sociais e os modelos de interpretação elaborados sobre a temática dos grupos portadores da tradição Tupi-guarani.

1.2. A construção dos espaços sociais e os modelos de interpretação.

Do ponto de vista do domínio territorial, visto como espaço social, pode-se observar dois pontos importantes: o fato de que ele é socialmente construído e de ser constituído materialmente. Partindo desses dois paradigmas, será analisada a relação entre espaço social e organização territorial dos grupos humanos que ocuparam a região noroeste do Paraná.

A análise será feita visando dois modelos interpretativos elaborados por Francisco Silva Noelli (1993) e André Luis Ramos Soares (1997), como será explicado mais adiante. A utilização desses modelos permite uma visão sobre os aspectos espaciais das estruturas dos assentamentos, ao envolver as diferentes estratégias de captação de recursos para a subsistência, para a produção de sua cultura material e para o entendimento de sua organização social. Nesse sentido, como afirma Soares:

“A proposta de interpretação para os sistemas de assentamento dos sítios pode ser levada a cabo através da organização social. Esta proposta não exclui um modelo ecológico, mas o complementa” (Soares, 1997:207).

Ao concluírem uma extensa revisão bibliográfica dos cronistas do século XVI ao XIX com ênfase no *Tesoro de la Lengua Guarani*, escrito por Antonio Ruiz de Montoya, entre 1612 e 1617, os referidos autores apresentam os domínios territoriais dos grupos conhecidos como guarani a partir de três níveis espaciais inclusivos: (*te'yi*, *tekoha* e *guara*). No primeiro nível espacial está o *te'yi*, que compreende a família extensa. Segundo Soares:

“[...] o sistema de localidade que ordenaria as relações de parentesco entre os Guarani seria do tipo Kindred, ou seja, famílias extensas que agregavam famílias nucleares reunidas em torno de uma liderança política e/ou religiosa através de laços de parentesco sanguíneos e/ou políticos e/ou adotivos” (Soares, 1997:82).

O *te'yi*, por sua vez, era subdividido em várias famílias nucleares. O local onde se estabeleciam era chamado de *amunda* (aldeia), composta de várias *te'yi oga* (casa). Segundo Noelli (1993), um *te'yi oga* poderia abrigar até sessenta famílias nucleares, podendo as aldeias de grande porte possuir até seis *te'yi oga*, habitadas por aproximadamente duas mil pessoas. Assim elas “eram instaladas próximas entre si na sede da aldeia (*amunda*), a fim de estreitar os laços de reciprocidade, aliança e parentesco, bem como para a proteção e segurança da coletividade” (Soares, 1997:26).

No segundo nível está o *tekoha*, dividindo aspectos físico-geográficos, sociais, políticos, econômicos e simbólicos formados por *te'yi* isolados ou agrupados em função das condições locais e políticas: “*tekoha* é a aglomeração aldeã. A coexistência ordenada de multilinhagens num só lugar [...]. Leia-se, aqui, coexistência ordenada por laços de parentesco e reciprocidade” (Noelli, 1993:249).

Sua área era bem definida, delimitada geralmente por colinas, córregos ou rios, utilizada comunal e exclusivamente pelo grupo local (*tekohakuaaha*), significando que estranhos só entravam com permissão. Era o espaço onde se produziam as relações econômicas, sociais e político-religiosas essenciais à vida Guarani. Por fim, como dizem os Guarani, se *teko* era o modo de ser, o sistema, a cultura, a lei e os costumes, o *tekoha*

era o lugar, o meio em que se davam as condições que possibilitavam a subsistência e seu modo de ser (Meliá, 1989:336).

O terceiro nível se refere ao *guara*, formado por vários *tekoha*. Conforme as palavras de Antonio Ruiz de Montoya, jesuíta do século XVII, *tekoha* significa tudo que está contido dentro de uma região qualquer. Noelli assim conceitua o *guara*:

“[...] um conceito sócio-político que determina certa região bem definida, delimitada geralmente por rios. Nesta região era assegurado o pleno direito do uso fruto da terra, da prática da roça, bem como da sua rotação e, também, a independência das áreas de pesca e caça existentes nesse território para uso exclusivo de seus habitantes e proibição expressa da penetração de estranhos” (Noelli, 1993:248).

Para garantir a manutenção dos territórios ocupados, se estabelecia uma rede de relações baseadas nos laços de parentesco, aliança e reciprocidade entre um determinado conjunto de aldeias: “É quase provável que todos os rios principais e seus afluentes, na bacia Platina e na costa Atlântica, também fossem subdivididos em vários *guara*” (Noelli, 1993:249).

Abaixo está o modelo hierárquico hipotético da constituição territorial, desde a família nuclear até o *guara*, elaborado por Noelli (1993):

Família nuclear	Família extensa	Território	Alianças
<i>ogpe guara</i>	<i>te'yi</i>	<i>tekoha</i>	<i>guara</i>
± 6 pessoas	até 60 famílias	até 6 <i>teii</i>	± 40 <i>tekoha</i>

Do ponto de vista espacial, cada *tekoha* era composto por um jogo de três espaços distintos: a aldeia (*amunda*), as roças (*kog*) e a vegetação circundante (*kaa*), a qual abrigava as áreas de pesca, coleta, caça, jazidas de material lítico (matéria prima para a fabricação de machados, pilões, raspadores, etc.) e argila: “A partir dos dados etno-históricos e arqueológicos estima-se em torno de 50 km a área de captação de um *tekoha* ao longo do ciclo anual, a partir da sede da aldeia” (Noelli, 1993:252).

O processo de utilização e cultivo das roças envolvia uma série de estratégias, caracterizadas de acordo com os laços de parentesco, reciprocidade e aliança. Havia no *tekoha* o manejo simultâneo de várias roças, com diferentes idades e com finalidades distintas. No manejo das roças mais novas, se introduzia os cultivares de rápido crescimento como a mandioca, milho, batata, amendoim, cará, feijão, etc., enquanto as mais antigas eram destinadas à produção de plantas medicinais, frutíferas e também espécies produtoras de madeira e palha, úteis para a confecção da cultura material. O cultivo de plantas medicinais e frutíferas poderia se dar também junto às casas e ao longo das trilhas que ligavam aldeias e roças. Esta descrição, ainda que estabeleça apenas algumas características, demonstra um longo processo de utilização e duração das áreas de roça, conforme explicação que segue:

“Quando o número de plantas cultivadas diminuía, novas roças eram abertas em outros pontos, passando as antigas a corresponder a locais onde predominavam atividades de coleta. Estes, por sua vez, ficariam em repouso por um período de no mínimo 20 anos, até que houvesse um estrato arbóreo característico de matas jovens, de mais fácil derrubada com machados líticos, para novamente ser transformado em roças. Na prática, o processo de abandono da roça traduz a conversão de um sistema de cultivo de curto prazo em um sistema de agricultura agroflorestal de longo prazo, resultando na possibilidade de ocupação permanente do mesmo assentamento sem esgotar a capacidade produtiva dos solos, da flora e da fauna” (Noelli, 1993:293).

A explicação apresentada salienta alguns pontos da complexidade que envolvia a ocupação dos territórios dos grupos que estabeleceram contato com os europeus após o século XVI. A preocupação dá-se através da utilização de um conjunto de idéias que envolvem o conceito de espaço, bem como para estabelecer um quadro geral sobre as múltiplas variáveis que podem estar relacionadas à ocupação de um território.

Os modelos foram elaborados a partir das informações sobre os grupos pós-contato. Noelli (1993), centrado em questões ecológicas, procura demonstrar aspectos ligados ao manejo e à captação de recursos. Ao complementar os dados arqueológicos, ele analisou as informações contidas na documentação para elaborar um modelo interpretativo sobre o processo de ocupação de sítios arqueológicos vinculados à tradição Tupiguarani, a partir de uma abordagem ligada à arqueologia processual. A obra de Soares (1997), por sua vez, também estabelece uma perspectiva interpretativa para os

sistemas de assentamento. O conjunto de fontes utilizadas engloba a documentação elaborada por cronistas, viajantes e jesuítas. Seu modelo vai buscar na documentação aspectos relacionados à organização social, com vistas a complementar as análises arqueológicas a respeito dos sistemas de assentamento.

Um dos aspectos marcantes do trabalho de Soares (1997) está no tratamento dado às informações contidas no dicionário escrito por Antonio Ruiz de Montoya, Jesuíta do século XVII:

“Os dicionários são fontes geradas por observadores presentes e são guias para compreensão da língua; nas palavras de Meliá (...). Porém, relativizando-se a atuação de Montoya como missionário a serviço da Igreja, existe a possibilidade de que a maior parte dos aspectos da religião ou ligados aos mitos não tenham sido compilados. Como este trabalho versa sobre a organização social, o risco de ausência de informações é menor, uma vez que os padres deveriam conhecer o parentesco indígena para regular o matrimônio segundo os padrões cristãos. Além disso, não existe fonte mais completa, onde se possa observar de forma aprofundada todos os meandros da organização social ainda em funcionamento (...). O objetivo do dicionário era o conhecimento da sociedade indígena da melhor forma possível, de forma a convencer os nativos à catequese” (Soares, 1997:29).

A análise do referido autor análise consiste em observar os verbetes presentes no dicionário, porém dentro de um contexto histórico e reducional (quem escreveu, para quem, com que objetivo), tentando esclarecer a origem e a justificativa da informação documental. O conjunto de fontes utilizadas tenta, na medida do possível (a própria fonte pode limitar aspectos referentes à organização social), estabelecer um modelo que permita ir além das propostas centradas somente em termos ecológicos.

Contudo faz-se necessário estabelecer algumas considerações a respeito dos modelos de Noelli e Soares, sobretudo no que se refere à utilização da obra de Montoya. Apesar de sua importância, é fundamental o estabelecimento de uma abordagem crítica sobre a utilização de sua obra como fonte histórica. Faz-se necessário destacar, por exemplo, o contexto de concepções, crenças e objetivos que marcaram a produção desses documentos. Isto significa dizer que não é possível atribuir a Montoya um status de autoridade etnográfica, como se ele fosse um dos precursores da antropologia moderna, desconsiderando completamente o seu papel como Jesuíta.

Outro dado importante está na própria construção dos referidos modelos. O problema está no fato deles terem uma base etnográfica em vários grupos étnicos lingüisticamente guarani. Ao notarem as semelhanças, os autores não deram a devida atenção às diferenças dos grupos chamados genericamente de “Guarani”. Esta discussão leva a uma nova avaliação sobre as relações entre cultura material pretérita e grupos étnicos atuais. Isto, porém, não significa ignorar as informações dos referidos modelos. Todavia, deve-se ressaltar, que esta unidade lingüística e material não significam a existência de um único grupo étnico guarani.

As abordagens contidas nos modelos apresentados também deixam margem para repensar as dimensões simbólicas dos grupos étnicos de língua guarani. Como destacado anteriormente, as discussões sobre paisagem e espaço não podem assumir uma abordagem puramente materialista. Uma perspectiva mais simbolista aproxima-se da chamada arqueologia pós-processualista, conforme destaca Funari:

“Alguns pesquisadores, como o arqueólogo britânico Ian Hodder, começaram a ressaltar que havia uma dimensão simbólica na cultura que não podia ser deixada de lado, já no início da década de 1980, mas foi a publicação de *Re-Constructing Archaeology*, pelos arqueólogos britânicos Michael Shanks e Christopher Tilley, em 1987, que marcou o processo de reconstrução da arqueologia sob novos pressupostos. Juntaram-se os aportes das ciências humanas e sociais contemporâneas e, valendo-se disso, criticaram-se tanto o modelo histórico-cultural quanto o processualismo” (Funari, 2003:50).

Essa perspectiva fica mais evidente para o estudo sobre os sistemas de assentamento dos grupos portadores da tradição Tupiguarani, em especial quando se estabelece um diálogo com a antropologia. Por exemplo, é possível demonstrar, como faz o antropólogo Levi Marques Pereira (1999, 2004), o significado de *tekoha* e relaciona-los aos de Soares e Noelli. Os aspectos destacados por Pereira possibilitam repensar questões que envolvem o conceito de *tekoha* a partir da perspectiva de que o seu significado é dinâmico e pode variar de grupo para grupo, dependendo do contexto sócio-histórico de cada época.

As discussões mais recentes colocam à prova a homogeneidade guarani. Cada vez mais é necessário repensar a ligação entre cultura material e grupos étnicos, em especial

no que se refere à abordagem histórico-cultural. Neste sentido, cabe aqui mais uma vez citar Funari:

“Herdeira do nacionalismo do século XIX, a arqueologia tem no modelo histórico-cultural sua teoria mais difundida. Tomando por base a noção de que cada nação seria composta de um povo (grupo étnico, definido biologicamente), um território delimitado e uma cultura (entendida como língua e tradições sociais), formou-se o conceito de cultura arqueológica. Essa seria um conjunto de artefatos semelhantes, de determinada época, e que representaria, portanto, um povo, com uma cultura definida e que ocupava um território demarcado” (Funari, 2003:48).

A equação proposta pelo modelo histórico-cultural, cultura material = povo = território, deve ser analisada diante das discussões sobre grupos étnicos e suas fronteiras. Ao ignorar esse debate corre-se o risco de construir um “guarani de papel”, estático no tempo e no espaço. Portanto, o desafio atual é estabelecer novas bases para revisar essa homogeneização étnica e repensar os rótulos atribuídos a determinados grupos étnicos de língua guarani.

Porém, para as iniciar a proposta de discussão dos grupos étnicos e suas fronteiras, é necessário apresentar um panorama da arqueologia brasileira. A importância desse panorama envolve a visualização das vantagens e carências dos dados obtidos no estudo dos sistemas de assentamento. Isto significa repensar os pressupostos da arqueologia estabelecidos por modelos histórico-culturais, e a sua relação entre “cultura arqueológica” e grupos étnicos. O balanço irá demonstrar como a arqueologia brasileira foi influenciada por diferentes modelos teóricos e como isso ajudou a consolidar a utilização do conceito de tradição arqueológica Tupiguarani.

1.3 Teorias arqueológicas

Este balanço não pode deixar de considerar as diferentes perspectivas que cercaram os trabalhos arqueológicos realizados no Brasil. Apresenta-se um breve contexto que marca as teorias arqueológicas que de uma maneira ou de outra influenciaram as pesquisas arqueológicas no Brasil.

O debate a esse respeito evidência, em um primeiro momento, as concepções que cercam a interpretação dos dados arqueológicos, como pode ser observado em Trigger (1989), Fagan (1975), Childe (1955) e, mais especificamente, no conteúdo da obra de Willey e Sabloff (1974), intitulada *A history of American Arqueology*. Como afirma Aparecida de Oliveira (2002), a arqueologia reflete não só os vários contextos históricos de pesquisa e produção do conhecimento, mas também a relação entre o papel do arqueólogo na sociedade e o que a sociedade espera, anseia e exige que ele produza sobre o passado pesquisado. O tabela a seguir demonstra uma divisão das principais teorias arqueológicas, suas abordagens, características e enfoques. Isso, porém, não significa dizer que as pesquisas arqueológicas obedecem a uma divisão rigorosa diante da adoção de determinadas formas de abordagem e enfoques de estudo.

Tabela 1: Diferentes perspectivas sobre o uso da informação arqueológica

Abordagem	Característica	Enfoque de estudo
Arqueologia tradicional: Colecionista Evolucionista Histórico-cultural	História e cultura Fenômeno de difusão Emigração	Localização dos sítios Tipologia dos sítios Cronologia de culturas
Nova Arqueologia: Sistêmica Processual	Análise antropológica Reconstrução das culturas e interações sociais. Vestígios arqueológicos reveladores de modo de vida e das relações sociais.	Sistemas sócio-culturais Leis de comportamento do homem
Arqueologia pós-processual	Análise simbólica, estrutural e crítica ideológica, simbolismo e processo cognitivo.	Símbolos e significados sócio-culturais Estruturas do pensamento Crítica da prática e produção arqueológica.

Fonte: Aparecida de Oliveira, 2002: 130.

As diferentes correntes podem ser compreendidas a partir de uma abordagem cronológica, na qual é possível visualizar suas principais características. Influenciada pelas obras de Bahn (1996) e Sabloff (1993), o trabalho Robrahn González (2000), é um bom exemplo para observar essa cronologia. A autora destaca os seguintes períodos no desenvolvimento das pesquisas: especulativo, classificatório-descritivo, classificatório-histórico e explicativo.

O período denominado especulativo, entre 1492 e 1840, envolve a coleta de peças antigas, estimuladas pela curiosidade. Surgem então os chamados “gabinetes de curiosidades, em que eram reunidos objetos exóticos em geral como ossadas de animais, amostras geológicas e, também, peças arqueológicas, formando coleções dentro da perspectiva da história natural” (Robrahn González, 2000:12). As características mais importantes apontadas pela autora para esse período são: pobreza de dados arqueológicos, falta de pesquisas e uma forte influência da interpretação teológica nos fenômenos naturais e culturais do passado.

Já para o período classificatório-descritivo, desde a metade do século XIX, González o destaca pela descrição de materiais, especialmente as obras arquitetônicas e os monumentos, com o apoio de museus e órgãos governamentais. É marcante neste período o arranjo de artefatos em seqüências cronológicas a partir de uma perspectiva evolucionista, influenciada pela obra de Charles Darwin, *A origem das espécies, de 1859*. Sendo assim:

“O século XIX constituiu uma longa fase de consolidação, quando foram implantados vários métodos de campo e estabelecidas importantes cronologias regionais. Foi em suas primeiras décadas que a arqueologia se estabeleceu, de fato, enquanto disciplina. A geologia, ciência então em franco desenvolvimento, forneceu as bases da escavação arqueológica, com o estudo da estratificação das rochas [...] (Robrahn González, 2000:14).

A partir de 1914, o período classificatório-histórico dá importância ao método da seriação, ao estabelecer o ordenamento dos vestígios materiais. Pesquisadores como Gordon Childe, Leslie White e Julian Steward destacam-se durante este período. Childe desenvolve estudos voltados para a distribuição vertical dos vestígios arqueológicos (seqüência estratigráfica), bem como para a distribuição dos vestígios no espaço.

O estudo consistia em “ordenar os vestígios através da presença ou ausência de determinados artefatos-tipo” (Robrahn González, 2000:17). Outro importante elemento foi a denominada “perspectiva histórica direta”. Ela consistia em estabelecer uma relação entre os sítios arqueológicos e os contextos históricos conhecidos. Como afirma a González:

“Aplicava-se a sítios cuja associação com grupos indígenas era conhecida, e procurava-se estabelecer relações com sítios ainda mais

antigos que apresentassem semelhanças nos vestígios materiais. [...] o objetivo era a elaboração de sínteses regionais, que procuravam ordenar os dados arqueológicos de uma determinada área em uma perspectiva temporal e espacial” (Robrahn González, 2000:18).

Os trabalhos elaborados por Leslie White e Julian Steward, influenciaram a criação da escola evolucionista cultural. Steward preocupado em compreender as mudanças culturais, passou a destacar os processos de interação não somente entre as sociedades, mais também entre elas e o meio ambiente. Dos seus estudos nasce a chamada *ecologia cultural*, hoje vista como antropologia ecológica.

Esta denominação passou a evidenciar a maneira como a adaptação ao meio ambiente poderia levar a mudanças culturais. Na arqueologia os estudos de ecologia cultural levaram a pesquisas voltadas para a análise dos padrões de assentamento, “indicando que o homem dispõe seus vestígios na paisagem considerando tanto as características físicas que o meio oferece, como a presença de outros assentamentos humanos existentes” (Robrahn González, 2000:18).

Finalmente, o período a partir de 1960, marca o desenvolvimento de novas concepções influenciadas inicialmente pela Nova Arqueologia e, posteriormente, pelo pós-processualismo.

Com o objetivo de ir além dos métodos anteriores e combater alguns dos pressupostos histórico-culturais, a Nova Arqueologia surge no contexto da antropologia norte-americana tendo com principal destaque as obras de Lewis Binford (1962, 1968). Os conceitos básicos propostos pelos processualistas envolviam a passagem de uma arqueologia puramente descritiva para uma fase explicativa, por meio da formulação de teorias. Conseqüentemente, os procedimentos de análise deveriam envolver a formulação de hipóteses que passariam a ser testadas para a construção de modelos.

Como procedimento básico, usado para a identificação de padrões culturais, é adotado a Teoria Geral de Sistemas. De acordo com essa teoria, os sistemas seriam divididos em: tecnológicos, social e ideológico. Há também uma ênfase dada às relações entre cultura e ambiente inserida em uma perspectiva ecossistêmica. Por fim, as coleções deveriam ser obtidas com rigorosos métodos de amostragem e tratadas com a formulação de testes estatísticos, de maneira a permitir generalizações.

Os estudos passam a exigir uma abordagem regional, não mais centrada em sítios isolados, mas em conjuntos de sítios existentes em determinada área. Há uma maior ênfase nos projetos de campo com objetivos bem definidos e com a proposta de responder questões específicas sobre o passado.

Os pressupostos estabelecidos pela Nova Arqueologia abriram caminho para o desenvolvimento da chamada etnoarqueologia. O objetivo era testar hipóteses sobre as relações entre cultura material e comportamento por meio do estudo de sociedades vivas. Um dos pontos mais controversos foi a utilização da chamada analogia etnográfica de maneira direta e indireta. A primeira consistiria em estabelecer uma ligação direta entre os dados arqueológicos e os grupos contemporâneos, assumindo a perspectiva de uma continuidade histórica. A segunda estaria baseada em modelos gerais de ocupação, comportamento e uso do espaço construído por sociedades humanas em todo o mundo. Entendia-se significa que a partir desses estudos seria possível construir interpretações sobre os vestígios arqueológicos do passado.

De modo geral, a Nova Arqueologia propiciou ao mesmo tempo avanços e críticas quanto a sua atuação. Segundo Robrahn González:

“O entusiasmo conceitual da Nova Arqueologia não trouxe, entretanto, os mesmos resultados no plano prático. Grande parte de seus trabalhos se voltou a aspectos funcionais e ecológicos, deixando de lado as considerações sobre aspectos cognitivos e simbólicos das sociedades. De qualquer forma, a arqueologia nunca mais seria a mesma, e o mérito da Nova Arqueologia foi tirar os trabalhos de uma arqueologia descritiva para uma arqueologia explicativa, bem como se voltar ao estudo de processos humanos de desenvolvimento, envolvendo análises de mudanças e continuidade cultural” (Robrahn González, 2000:23).

A partir da década de 1980 começam a surgir críticas sobre determinadas posturas elaboradas pela Nova Arqueologia. A arqueologia denominada pós-processual se caracteriza muito mais pela diversidade do que pela igualdade. Surgem diversas escolas como a arqueologia crítica, a arqueologia interpretativa e a arqueologia processual-cognitiva. Neste sentido Schiavetto pontua da seguinte maneira:

“O eclético movimento pós nasceu da constatação de que o mundo social, seja ele passado ou presente, não corresponde aos modelos criados pelos cientistas. Aplicados a situações específicas nas ciências naturais e exatas, tais modelos eram indiscutivelmente dotados de uma

explicação simplista, na qual a cultura material poderia fornecer respostas sobre o passado da humanidade” (Schiavetto, 2003:39).

Este balanço geral permite observar as concepções que estiveram presentes no desenvolvimento da arqueologia americana. O debate a seguir procura associar o envolvimento dessas teorias e suas formas de abordagem, para compreender os resultados das pesquisas arqueológicas desenvolvidas no Brasil.

1.4. História da arqueologia no Brasil

Os trabalhos de Mendonça de Souza (1991), Prous (1992), Funari (1994), Dias (1995), Barreto (1999-2000) e Eremites de Oliveira (2002) são apenas alguns exemplos para estabelecer os parâmetros sobre a arqueologia no Brasil.

Como afirma Funari (1994:24), o caminho para entender a arqueologia no Brasil é estudar as relações entre a sociedade, suas mudanças e a prática científica. Ele destaca seis períodos para a arqueologia brasileira: Colonial (1500-1822); Império Brasileiro (1822-1889); entre os anos 1920 a 1940; início da pesquisa universitária (1950-1964); e período militar, com a constituição de um *establishment* arqueológico (1964-1985).

O período colonial (1500-1822) é marcado por poucas informações de cunho arqueológico, ainda que haja narrativas de viajantes e escritores que divulgaram aspectos da cultura material indígena, tais como: Gabriel Soares de Souza, Padre Anchieta e Hans Staden.

O período de 1822 a 1889 marca a atuação de Peter Wilhelm Lund. Nos anos de 1834 a 1844, Lund, naturalista dinamarquês, realizou uma série de trabalhos em cavernas encontrando fósseis de milhares de anos. A coleta evidenciou a presença ossos humanos associados a animais extintos. Até então não havia notícias de restos humanos fossilizados em nenhuma parte do mundo, e tampouco era aceita a idéia de tamanha antiguidade do homem.

Nesse momento fica evidente o estabelecimento de um certo apoio às pesquisas por parte do Estado brasileiro, com a criação dos museus preocupados em ordenar e classificar os vestígios encontrados, em um contexto teórico marcado pelo evolucionismo e darwinismo social.

Nos anos de 1920 a 1940, ocorrem importantes mudanças políticas, sociais e culturais em um contexto de rebeliões, revoluções e ditaduras. Diante desse quadro, há uma emergência do povo no discurso intelectual. Como afirma Aparecida de Oliveira:

“Os intelectuais vinham agora ao encontro dos interesses populares e as massas eram o objeto do discurso intelectual e o público principal desse discurso. A fundação da primeira universidade do Brasil, no início dos anos 30, a Universidade de São Paulo (USP), foi resultado direto dessa nova situação. Com efeito, a Arqueologia começou a levar o público em consideração e tentou, pela primeira vez, levar a cabo uma análise taxonômica científica” (Aparecida de Oliveira, 2002:17).

Nesta conjuntura foram publicados os trabalhos de Aníbal Matos (1938), *O Guia da Pré-História Brasileira*, e de Angyone Costa (1934), *Introdução a Arqueologia e Pré-História brasileira*.

Para o início dos anos de 1950, Funari destaca as atividades do pesquisador Paulo Duarte, com a colaboração de Paul Rivet, diretor do Musée de l'Homme, em Paris, que atuou na luta pela preservação do patrimônio arqueológico nacional. É importante citar o empenho de Duarte junto ao Congresso Nacional para a elaboração de um projeto de lei que garantisse a proteção dos vestígios arqueológicos e o esforço para estabelecer a arqueologia como disciplina acadêmica.

Novamente atrelada aos acontecimentos entre os anos de 1964 a 1985, Funari apresenta o desenvolvimento do establishment arqueológico. De acordo com suas palavras:

“Foi somente depois do golpe militar de abril de 1964 que eles foram capazes de criar toda uma rede de apoios que poderia resultar no desenvolvimento de um establishment arqueológico. O projeto erudito da arqueologia, como proposto por Duarte, foi combatido pelos governantes, a princípio de forma moderada. Duarte e seus objetivos humanistas eram recusados no período de 1964 a 1969 com mais sutileza, mas efetiva arma: recursos financeiros (ou melhor, sua ausência) [...] no caso da Arqueologia humanista, restrições orçamentárias significavam um poderoso meio de impedir seu desenvolvimento” (Funari, 1994:28).

Sobre a rede de apoio, Funari salienta seus principais atores: Clifford Evans e Betty J. Meggers. Seu papel foi estabelecer com o apoio da Smithsonian Institution, o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), desenvolvido entre 1965 e

1970. Esse programa iniciou o treinamento de jovens pesquisadores, com o objetivo de realizar um grande levantamento de sítios arqueológicos no país.

O estudo de André Prous (1992), *Arqueologia Brasileira*, identifica cinco períodos distintos. Prous lembra que:

“[...] a arqueologia brasileira, da primeira metade do século XX, foi feita por pessoas interessadas, pertencentes a profissões diversas, que coletavam achados superficiais e notavam a existência de inscrições rupestres, mas raramente se empenhavam em verdadeiras escavações, trabalhos dispendiosos, complicados ou demorados” (Prous, 1992:10).

Baseado em seu levantamento, Prous destaca inicialmente as pesquisas de Peter W. Lund em Lagoa Santa, Minas Gerais. O segundo período, entre 1870 a 1910, favorece o início da arqueologia no Brasil. O interesse de D. Pedro II pelo tema, aliado ao nascimento dos museus, permite um fortalecimento e amadurecimento dos centros de ensino do país.

O terceiro período, entre 1910 e 1950, é considerado como estacionário devido a um momento conturbado, marcado por duas guerras mundiais. Entre 1950 e 1965, Prous demonstra o momento da formação da arqueologia brasileira, caracterizada pela atuação de amadores como Guilherme Tiburtius, Balduino Rambo e José Anthero Pereira.

Finalmente, o quinto período, entre 1965 e 1980, caracteriza-se pela formação profissional dos arqueólogos brasileiros e pelo surgimento PRONAPA.

O artigo de Cristina Barreto (1999-2000), *A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil*, demonstra o confronto do brasileiro ao longo desses anos com um passado pouco conhecido. Ele se traduz principalmente nas diversas formas de identificação ou rejeição das raízes indígenas por parte da sociedade nacional.

Sua análise divide a história da arqueologia no Brasil em seis períodos: (1) o primeiro olhar: arqueologia do descobrimento; (2) a arqueologia na era das expedições; (3) a arqueologia na era dos museus; (4) a arqueologia acadêmica no Brasil; (5) o legado das escolas estrangeiras; e (6) organização da arqueologia moderna no Brasil.

Para a autora, o primeiro período é caracterizado pelas crônicas do descobrimento, ao demonstrar os mais diferentes relatos sobre o contato com as populações indígenas.

No entanto, raramente os cronistas chegaram a reconhecer os sítios arqueológicos, como, por exemplo, as inscrições rupestres observadas em 1598 pelos soldados do capitão Feliciano Coelho.

A arqueologia na era das expedições é caracterizada por Barreto como uma perspectiva mais arqueológica, com a participação dos viajantes naturalistas da segunda metade do século XVIII e início do XIX. Imbuídos por pressupostos iluministas, eles passam a reconhecer o potencial informativo da cultura material.

Destacam-se, nesse momento, as expedições amazônicas organizadas por La Condamine, Franz Keller-Leusinger e Alexandre Rodrigues Ferreira. Neste contexto, é importante o estudo de Alexandre von Humboldt, que propôs a primeira teoria sobre a origem das populações americanas. Para eles, a Amazônia representava o lugar onde a natureza e os homens podiam ser observados em sua forma mais pura.

Segundo Barreto, o terceiro período, a partir da segunda metade do século XIX, é caracterizado pela institucionalização da pesquisa arqueológica no Brasil. A criação do Museu Paulista, em São Paulo, o Museu Paraense, em Belém, e do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, auxiliou no desenvolvimento de novas pesquisas. Nesse momento, mergulhado pelos preceitos do evolucionismo e positivismo, os vestígios arqueológicos passam a ser organizados de maneira a demonstrar uma evolução humana.

Até esse momento, a arqueologia acadêmica no Brasil foi marcada pela busca da preservação da cultura nacional não apenas a partir do recolhimento de objetos, mas também através da proteção de um patrimônio presente nos sítios arqueológicos.

A estratégia de atuação se concentrou na formação de centros de pesquisas para suprir as lacunas existentes. A fundação, em 1935, do Centro de Estudos Arqueológicos, mais tarde absorvido pelo Museu Nacional, no Rio de Janeiro, a Comissão de Pré-História, em São Paulo, e o Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, em Curitiba, nos anos de 1950, são exemplos dessa nova estratégia.

Conforme demonstra Barreto, a falta de um projeto acadêmico específico para a arqueologia no Brasil estimulou a vinda de especialistas estrangeiros. A maior contribuição desses especialistas foi divulgar novos conhecimentos, nas áreas de

escavação, classificação e datação, ou seja, para uma formação mais técnica na arqueologia.

Essa conjuntura inaugurou um novo período com a atuação de Paul Rivet, Joseph Emperaire, Annette Laming Emperaire, Wesley Hurt, Betty J. Meggers e Clifford Evans.

A atuação de Rivet e do casal Emperaire teve como destaque à aplicação de novas estratégias de escavação, com um estudo sistemático que privilegiou uma análise bem detalhada dos sítios pesquisados. Já no que se refere à atuação dos arqueólogos norte-americanos, Hust, Meggers e Evans, destaca-se a organização, na década de 1960, do PRONAPA.

A partir dos anos de 1980 começam a surgir críticas a uma produção essencialmente descritiva e classificatória. Com projetos teóricos melhor definidos, a arqueologia no Brasil passa a estabelecer novos padrões de análise.. Conforme destaca Noelli para a arqueologia praticada no sul do país:

“Se o legado da maioria das pesquisas realizadas desde 1960 é uma enorme massa de dados ainda pouco analisados, existe, por outro lado, uma limitação empírica e teórica que impede a compreensão ampla das populações do Sul, em termos biológicos, sociológicos, históricos e econômicos. A base de dados conduz para um único caminho, povoado de informações obtidas a partir dos sítios arqueológicos, coletas assistemáticas de superfície, escavações de pequenas áreas, estratigrafia em níveis artificiais, classificações morfológicas, cronologias absolutas e relativas baseadas em seriações de fragmentos cerâmicos e uma interpretação que concebeu os sítios como unidades isoladas, despidas de interpretação sociológica e histórica” (Noelli, 1999-2000:220).

Eremites de Oliveira (2002), em seu artigo *A Arqueologia Brasileira da década de 1980 ao início do século XXI: uma avaliação histórica e historiográfica*, destaca o papel das novas discussões a respeito dos caminhos construídos pela arqueologia brasileira nas últimas décadas. De acordo com suas idéias, há uma clara constatação de que muitos arqueólogos brasileiros, nos anos de 1980, buscaram uma abertura no sentido de adotar inovações presentes no âmbito da arqueologia mundial.

Ao partir da perspectiva de estabelecer uma análise das influências que cercaram as pesquisas arqueológicas na conjuntura histórica da época, Eremites de Oliveira destaca

a formação dos novos cursos de pós-graduação, em nível de mestrado e doutorado, que impulsionaram a formação de uma nova geração de arqueólogos brasileiros.

Ao expressar a nova conjuntura da arqueologia brasileira, a partir dos anos de 1980, demonstra que:

“[...] é fato que esse momento da Arqueologia Brasileira não está descontextualizado de sua época, tampouco surgiu do nada. Teve início durante o processo de redemocratização do país, bem como da consolidação e crescimento da institucionalização da pesquisa arqueológica em muitos estados da Federação, principalmente nas regiões Sudeste e Sul, maiores centros formadores de arqueólogos. Evidentemente que herdou as contribuições dadas pelas gerações anteriores, em especial aquela profissionalizada nas décadas de 1960 e 1970, das quais apenas um parte foi influenciada pela proposta teórica-metodológica do PRONAPA” (Eremites de Oliveira, 2002:40).

Seus apontamentos finais enfatizam uma arqueologia mais dedutiva, erudita, heurística, holística, plural, e teoricamente mais aberta, preparada e diversificada para uma abordagem interdisciplinar.

Diante desse quadro geral, é evidente que as pesquisas arqueológicas no Brasil não podem ser desvinculadas de seu contexto histórico. Ao demonstrar uma síntese sobre os diferentes períodos da arqueologia brasileira, é importante apresentar a diferentes formas de abordagem que cercaram as pesquisas arqueológicas no Paraná. O contexto apresentado é importante para avaliar o conceito de tradição arqueológica proposta pelo PRONAPA e como ele foi importante para consolidar um modelo que ajudou a construir um “guarani de papel” na arqueologia brasileira.

1.5. Arqueologia no Paraná e suas inter-relações

As pesquisas arqueológicas realizadas no Paraná, conforme consta no trabalho de Aparecida de Oliveira (2002), *História da Arqueologia Paranaense: um balanço da produção arqueológica no Estado do Paraná no período de 1876-2000*, pode ser dividida em duas fases. A partir do final do século XIX, a primeira fase evidenciou a utilização dos modelos teóricos evolucionistas e darwinistas nos quais foram produzidos trabalhos de conteúdo exploratório e colecionista, com a presença de pesquisadores amadores.

A segunda fase caracteriza-se pela constituição e atuação do PRONAPA. Segundo Mendonça de Souza:

“A grande maioria dos historiadores da arqueologia brasileira concorda que o maior objetivo do PRONAPA era alcançar uma padronização metodológica, ligada ao campo e ao laboratório, da coleta de informações, análises e classificações, da terminologia e do formato de apresentação dos resultados, insistindo no valor das coletas sistemáticas de superfície e reservando as escavações detalhadas para o futuro, após a análise e seriação de todo o material” (Mendonça de Souza, 1991:114).

Houve uma série de discussões relacionadas às técnicas de campo, análise, classificação e interpretação da cerâmica, com o intuito de construir possíveis seqüências de ocupação. Vale lembrar que esses pressupostos foram pensados a partir do encontro organizado pelo Centro de Ensino e Pesquisa em Arqueologia (CEPA), órgão da Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, na segunda metade da década de 1960.

A fim de realizar um amplo levantamento, o PRONAPA estabeleceu sua própria metodologia. Do primeiro encontro, no CEPA e coordenado por Clifford Evans e Betty J. Meggers, surgiu a *Terminologia Arqueológica para a Cerâmica* e, logo após, em 1966, o *Guia para o Estudo da Indústria Lítica da América do Sul*. O resultado das discussões foi o estabelecimento das chamadas fases e tradições arqueológicas.

No Paraná o PRONAPA abriu duas frentes de trabalho: uma liderada por José W. Rauth, no litoral, e outra, no interior, a cargo de Igor Chmyz. As áreas correspondentes do interior foram trechos próximos aos grandes rios, como o Paranapanema, Ivaí, Iguaçu, Tibagi e Paraná, assim com os seus afluentes mais importantes. Seguindo as orientações do Programa, os trabalhos eram organizados e desenvolvidos da seguinte maneira, de acordo com o que demonstra Chmyz:

“[...] uma vez localizado o sítio, dependendo de suas condições, praticavam-se coletas superficiais ou cortes estratigráficos. No primeiro caso, o sítio era dividido em setores e as coletas, sem seleção do material, eram efetuadas. Nos sítios intactos ou parcialmente perturbados, cujas evidências haviam sido reveladas pelos cortes experimentais, praticavam-se, em pontos distintos, um ou mais cortes estratigráficos. Estes cortes em geral mediam 2m de lado. O material arqueológico era retirado em níveis artificiais de 15 ou 20 cm de espessura e acondicionado da mesma maneira como nas coletas superficiais. Cada nível recebia um número de catálogo. Dos cortes

eram feitos os perfis. As escavações prosseguiram até um metro ou mais de profundidade, mesmo em terreno estéril” (Chmyz, 1977:12).

Chmyz demonstra ainda como era organizado o conjunto de evidências:

“As várias coleções eram agrupadas segundo as semelhanças que apresentavam. Estas semelhanças técnicas e tipológicas, associadas a outras, com padrões habitacionais, de enterramento, etc., serviam de base para o estabelecimento de fases. Para o estabelecimento das seriações tipológicas usavam-se antes as coleções conseguidas estratificamente. Desta forma obtinham-se as tendências dos principais tipos cerâmicos. As demais coleções da mesma fase, obtidas através de coletas superficiais, eram intercaladas seguindo a orientação inicial. [...] Com a cerâmica praticava-se também uma classificação morfológica. A reconstrução do vasilhame era baseada em porções de cacos correspondentes às bordas, bojos e bases. Esta tarefa às vezes foi auxiliada por recipientes completos. Geralmente, seguindo a mesma disposição das coleções, indicadas pela tipologia, elaborava-se uma seriação morfológica. [...] As fases que apontavam para uma mesma origem cultural, eram agrupadas em tradições” (Chmyz, 1977:13).

O estabelecimento das tradições e fases arqueológicas centrava-se no material cerâmico (para grupos ceramistas) e no conjunto de artefatos líticos (para grupos pré-ceramistas). Durante os anos de 1966, 1967, 1968 e 1969, foram realizados encontros a fim de expor as experiências de pesquisa para estabelecer uma padronização e classificação dos dados obtidos em outros estados. Assim ficaram estabelecidas as seguintes tradições no Paraná:

Tabela 2: Tradições arqueológicas no Estado do Paraná

Pré-ceramista	Ceramista
Umbu	Itararé
Humaitá	Casa de Pedra
Bituruna	Tupiguarani
Sambaquiana	Neobrasileria

O fim do programa, em 1970, não exauriu a sua influência junto às pesquisas. O surgimento da chamada “arqueologia por contrato”, financiada pela necessidade da obtenção de laudos arqueológicos para a construção de usinas hidrelétricas, rodovias,

condomínios, aeroportos, etc., fez com que o nível de informações sobre sítios arqueológicos aumentasse de forma significativa, ainda que seus métodos estivessem vinculados aos do PRONAPA.

Apesar do surgimento de novas perspectivas, nos anos de 1990, as pesquisas que estiveram sobre essa nova influência limitaram-se ao registro do material encontrado, não havendo quase nenhuma coleta, prospecção ou escavação. As tabelas a seguir demonstram as principais abordagens praticadas no Paraná para os sítios atribuídos a tradição tupiguarani:

Tabela 3: Sítios por tipo de abordagem em campo

Abordagem	Pronapa	%	Projetos de Salvamento	%	Projetos Exploratórios	%	Sem Informação	%	Total
Coleta	26	9,31	227	81,36	11	3,94	15	5,37	279
Prospecção	116	44,1	132	50,19	6	2,28	9	3,42	263
Escavação	0	0	0	0	3	100	0	0	3
Registro	1	1,04	1	1,04	93	96,87	1	1,04	96
S.Informação	2	3,5	42	73,68	13	22,08	0	0	57

Fonte: Aparecida de Oliveira, 2002: 88.

Tabela 4: Sítios por tipo de registro

Projeto	Coleta	%	Prospecção	%	Escavação	%	Registro	%	Sem Informação	%	Total
Pronapa	26	17,93	116	80			1	0,68	2	1,37	145
Projeto de Salvamento	227	56,46	132	32,83			1	0,24	42	10,44	402
Exploratórios	11	8,73	6	4,76	3	2,38	93	73,8	13	10,31	126
Sem Informação	15	60	9	36			1	4			25

Fonte: Aparecida de Oliveira , 2002: 89.

Os dados revelam o predomínio da coleta e prospecção, com um número muito pequeno de escavações. A título de informação, todos os sítios foram registrados, mas quando está indicado apenas o item registro, significa que não houve coleta, prospecção ou escavação. Quanto aos sítios escavados (1876-2001), os trabalhos datam de 1955, 1957 e 1988.

Por outro lado, destaca-se a contribuição do levantamento de informações sobre os sítios arqueológicos atribuídos as diferentes tradições elaboradas pelo PRONAPA. É relativamente fácil imaginar as dificuldades para a realização dos trabalhos de campo, principalmente no que se refere ao apoio financeiro. Ainda que o conceito de tradição arqueológica seja duramente criticado por alguns arqueólogos, sua utilização como referencial para classificar os vestígios materiais é largamente empregado na arqueologia brasileira. No caso específico dos sítios atribuídos a tradição Tupiguarani isso fica bastante evidenciado a partir do figura 1 em anexo destacando a dimensão da distribuição dos vestígios atribuídos a tal tradição.

No Paraná cinco instituições destacaram-se no desenvolvimento das pesquisas arqueológicas. São elas: Museu Paranaense; Instituto de Pesquisas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná; Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná (CEPA); Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá; e Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História da Universidade Estadual de Maringá.

À frente das Instituições, fundadas no período entre 1876 a 1950, estiveram inicialmente pesquisadores amadores, historiadores. Somente a partir dos anos de 1960 é que arqueólogos começaram a ter uma participação mais ativa. A tabela a seguir apresenta uma síntese das instituições paranaenses:

Tabela 5: Síntese das instituições e pesquisadores

Instituição	Fundação	Pesquisador	Formação	Período
Museu Paranaense	1876	Agostinho E. Leão	Juiz desembargador	1876-1901
		Ermelino A. Leão	Jornalista e historiador	1901-1902
		Alfredo Romário Martins	Jornalista e historiador	1902-1928
		José Loureiro Fernandes	Médico e antropólogo	1936-1946

		Oldemar Blasi Claudia Inês Parellada	Arqueólogo Arqueóloga	1967-1983 1984
Instituto de Pesquisas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná	1950	José Loureiro Fernandes	Médico e antropólogo	1950-1956
Centro de Estudos e Pesquisa Arqueológicas (CEPA-UFPR)	1956	José Loureiro Fernandes Igor Chmyz	Médico e antropólogo Arqueólogo	1956-1966 1959
Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá	1962	José Loureiro Fernandes José Wilson Rauth	Médico e antropólogo arqueólogo	1962-1977 1959
Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História da Universidade Estadual de Maringá	1996	Francisco Silva Noelli Lúcio Tadeu Motta	Arqueólogo e Historiador Arqueólogo, Antropólogo e Historiador	1996

Fonte: Aparecida de Oliveira, 2002: 30.

As instituições não ficaram à margem dos debates e perspectivas teóricas que influenciaram as discussões sobre a arqueologia no Brasil. Neste sentido, as pesquisas realizadas por essas instituições, nos anos de 1960, estabeleceram uma ligação com os suportes teórico-metodológicos construídos pelo PRONAPA. Isso, não significa a inexistência do desenvolvimento de abordagens alternativas. Todavia, no que compete à coleta e registro de informações, se manteve um quadro quase que inalterado em relação aos métodos empregados pelo PRONAPA.

O grande diferencial, nos anos de 1990, foi à perspectiva de elaborar novos trabalhos no sentido de ir além da descrição e organização dos artefatos em fases e tradições. Isto significou repensar velhos problemas a partir de novas abordagens. Como Eremites de Oliveira (2002) destacou, a arqueologia brasileira buscou novos caminhos. O processo de formação de novas perspectivas possibilitou uma maior interação com dados históricos, lingüísticos, e etnográficos, antes ignorados. A própria temática dos sistemas de assentamento é uma prova da dinâmica dos estudos arqueológicos no Estado do Paraná.

Sendo assim, é importante estabelecer uma discussão sobre elementos fundamentais que estiveram presentes na arqueologia paranaense, principalmente no que compete à cultura material. A equação adotada pelo histórico-culturalismo, na qual a continuidade na cultura material denotaria uma continuidade étnica, teve fortes alicerces nos estudos arqueológicos. Neste sentido, a abordagem pronapiana ajudou a favorecer este tipo de fundamento com a criação da tradição tecnológica ceramista Tupiguarani.

Por isso, é fundamental estabelecer um conjunto de discussões sobre a relação entre cultura material e grupos étnicos partindo das reflexões que estão sendo realizadas no campo da antropologia e da arqueologia atuais.

1.6. Tupiguarani: uma invenção?

A possibilidade de um diálogo interdisciplinar é fundamental para estimular a interação entre os vários ramos do conhecimento. No caso da arqueologia dos grupos portadores da tradição Tupiguarani, este é um princípio que já está sendo aplicado, com o desenvolvimento de pesquisas que interagem com as mais variadas correntes teórico-metodológicas.

Sabe-se que na arqueologia a cultura material é o objeto de estudo por excelência, mas a sua interpretação exige uma abordagem cada vez mais interdisciplinar. É a partir dela que se pretende estabelecer algumas reflexões sobre a relação entre cultura material e grupos étnicos.

Para tanto, serão apresentadas algumas considerações sobre a origem da tradição Tupiguarani ao envolver uma espécie de “confusão” estabelecida a partir do uso do termo utilizado para designar um grupo lingüístico. De acordo com Noelli:

“Durante o período colonial os cronistas designaram os grupos locais pelas suas auto-nominações. Empregaram, também, os apelidos para os grupos que não falavam línguas da Família Tupi-guarani, geralmente chamados de escravos ("**tapuya**", "**tapii**", etc.)” (Noelli, 1993:24).

No ano de 1886, Karl von den Steinen criou o termo Tupi-guarani "[...] para, como substantivo, designar a grande família lingüística e, como adjetivo, ser aplicado a todos os elementos culturais comuns às tribos da mesma Família” (Noelli, 1993:24). A aplicação do termo passou a ser a designação oficial, acadêmica, para representar

diversos parentes lingüísticos que somente em meados do século XX seriam corretamente agrupados.

Outra confusão estabelecida foi à reprodução do termo tupi para designar todos os outros falantes diferentes da língua guarani. Do ponto de vista lingüístico os guarani foram inseridos “como parte do grande tronco tupi, com uma ampla dispersão no território brasileiro, englobando as línguas da família tupi-Guarani. Dela, além do guarani, também faz parte o tupinambá, entre outras” (Schiavetto, 2003:83).

Até esse momento os aspectos destacados levaram em conta somente os dados lingüísticos. Conseqüentemente, essa classificação deixou suas marcas nos estudos arqueológicos, como apresenta Schiavetto (2003) ao estabelecer o parâmetro entre grupos étnicos e cultura material, traço marcante na arqueologia guarani. Sua análise destacou a construção de um guarani monolítico, genérico, fossilizado e isolado no tempo e espaço:

“O tupis, desde a época do descobrimento, foram idealizados como um grande bloco cultural, dada sua ampla dispersão geográfica. O tupi uniforme, monolítico e estático é onipresente no pensamento social brasileiro” (Schiavetto, 2003:94).

Esse contexto de construção esteve vinculado a uma conjuntura de auto-afirmação de determinados setores da sociedade brasileira, em fins do século XIX, na criação de uma identidade, ao utilizar a dicotomia entre tupis (vigoroso) e os tapuias (desordeiros e preguiçosos). Nas palavras de Schiavetto:

“Criando um tupi uniforme, os escritores paulistas, até certo ponto, deram as bases para a historiografia e para a etnologia brasileira construir seus discursos sobre tais povos, e a arqueologia, como não poderia deixar de ser, apropriou-se desta ideologia de construir uma etnia monolítica, mas por sua vez, baseada na cultura material. Assim, o que sempre foi visto como uniformidade lingüística, na arqueologia transformou-se em uniformidade cultural, atestada pela cerâmica encontrada em sítios arqueológicos em vastos territórios, os mesmos ocupados, em épocas anteriores, por povos tupis, embora estes não fossem os senhores absolutos dessas terras” (Schiavetto, 2003:95).

A relação entre os povos e cultura material nesse momento passa por um contexto imbuído por idéias de classificação e diferença. Ainda que a princípio essas idéias fossem baseadas em concepções como “raça”, elas iriam se modificar no início do século XX. Em vez de classificações baseadas em estudos lingüísticos e etnológicos, tendo

como perspectiva elaborar uma seqüência evolutiva, passa a existir uma nova perspectiva baseadas na “cultura” e “sociedade”.

Os principais expoentes, os antropólogos Tylor e Boas, contrariaram as perspectivas de uma evolução humana unilinear. Franz Boas (1920) afirma que o evolucionismo pressupõe que o curso das mudanças históricas na vida cultural da humanidade segue leis definidas, aplicáveis em toda a parte, o que faria com que os desenvolvimentos culturais, em suas linhas básicas, fossem os mesmos entre todas as raças e povos.

Ao contrariar a perspectiva evolucionista, Boas, representante da vertente difusionista e fundador da antropologia cultural nos Estados Unidos, explica que não existem barreiras raciais ou lingüísticas para a aprendizagem e para o contato cultural, pois o comportamento humano é determinado pela cultura na qual o indivíduo está inserido. A principal contribuição para uma reflexão sobre o estudo da formação de um pensamento, que consolidou a idéia de um grupo étnico monolítico, é a crítica referente à falta de uma perspectiva histórica. Como ele mesmo afirma:

“A aparente estabilidade dos tipos de cultura primitivos deve-se à nossa falta de perspectiva histórica. Eles mudam muito lentamente que nossa moderna civilização, mas onde quer que a evidência arqueológica esteja disponível, encontra-se mudanças no tempo e no espaço. Uma investigação cuidadosa mostra que aqueles aspectos que se presumiam ser quase absolutamente estáveis estão constantemente passando por mudanças. Alguns detalhes podem permanecer por um longo tempo, mas não pode supor que o complexo cultural geral manteve suas características por um período de tempo muito longo” (Boas, 1920:102).

Talvez o elemento mais importante desta falta de perspectiva histórica esteja na idéia relacionada a aparente estabilidade, que no caso específico da tradição Tupiguarani foi constatada pela continuidade material, a partir dos vestígios cerâmicos coletados.

Boas afirma que “os dados históricos fornecem certas pistas que não podem ser encontradas na experiência de uma única geração” (Boas, 1920:104). A crítica de Boas é importante por ser um indicativo do papel dos antropólogos, historiadores e arqueólogos na formação de um pensamento que ajudou na construção de um “Guarani” monolítico, parado no tempo e espaço como dito anteriormente.

Esse fato é bem evidenciado a partir da construção das teorias funcionalistas e estrutural-funcionalistas, influenciadas pela sociologia durkheimiana, que formularam conceitos como os de “sociedade” e “estrutura social” para estabelecer as classificações, tendo como pressupostos as unidades isoladas, homogêneas e autônomas. Assim:

“[...] em todas as vertentes aqui rapidamente mencionadas (evolucionismo, difusionismo, funcionalismo e funcionalismo-estrutural), pode-se dizer que o conceito de raça foi abandonado, sem, contudo, abandonar uma série de pressupostos que foram delineados nos primórdios dos estudos antropológicos de agrupamentos humanos. O holismo, a homogeneidade e a ordem prevalecem nas análises de taxonomia humana, prevalecendo, também, a idéia de que o mundo pode ser mais bem compreendido quando dividido em culturas e sociedades distintas, homogêneas e imutáveis”(Jones, 1997:47).

A busca por uma nova categoria analítica, que suplantasse os problemas, fez com que a etnicidade viesse à tona na década de 1940. Diante de várias discussões, o termo ganhou um corpo significativo de possíveis definições. Nos anos de 1960 vários autores trouxeram novos elementos ao estudo dos grupos étnicos.

Destaca-se a introdução do trabalho organizado por Fredrik Barth (1969), denominado *Grupos étnicos e suas fronteiras*. Com o objetivo de analisar a constituição dos grupos étnicos e a natureza de suas fronteiras, Barth estabelece dois pressupostos importantes:

“Em primeiro lugar, fica claro que as fronteiras persistem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam. Em outras palavras, as distinções de categorias étnicas não dependem de uma ausência de mobilidade, contato e informação. Mas acarretam processos sociais de exclusão e de incorporação pelos quais categorias discretas são mantidas, apesar das transformações na participação e na pertença no decorrer de histórias de vida individuais. Em segundo lugar, descobre-se que relações sociais estáveis, persistentes e muitas vezes de uma importância social vital, são mantidas através dessas fronteiras e são freqüentemente baseadas precisamente nos estatutos étnicos dicotomizados. Em outras palavras, as distinções étnicas não dependem de uma ausência de interação social e aceitação, mas são, muito ao contrário, freqüentemente as próprias fundações sobre as quais são levantados os sistemas sociais englobantes” (Barth, 1969:188).

Esses pressupostos permitem repensar os próprios critérios de classificação e identificação dos grupos étnicos. Como o autor demonstra, o termo grupo étnico, segundo

a bibliografia antropológica mais usual, é geralmente entendido para designar uma população que: perpetua-se biologicamente de modo amplo; que compartilha valores culturais fundamentais, realizados em patente unidade nas formas culturais; que constitui um campo de comunicação e de interação e que possui um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como se constituísse uma categoria diferenciável de outras categorias do mesmo tipo (Barth, 1965).

Isso não deixa de ir ao encontro das classificações que envolvem unidades isoladas, homogêneas e autônomas. Como ele mesmo afirma:

“O mais grave de tudo é que ela nos induz a assumir que a manutenção das fronteiras não é problemática e decorre do isolamento implicado pelas características itemizadas acima: diferença racial, diferença cultural, separação social e barreiras lingüísticas, hostilidade espontânea e organizada. Isso limita igualmente o âmbito dos fatores que utilizamos para explicar a diversidade cultural: somos levados a imaginar cada grupo desenvolvendo sua forma cultural e social em isolamento relativo, essencialmente, reagindo a fatores ecológicos locais, ao longo de uma história de adaptação por invenção e empréstimos seletivos. Esta história produziu um mundo de povos separados, cada um com sua cultura própria e organizado numa sociedade que podemos legitimamente isolar para descreve-la como se fosse uma ilha” (Barth, 1969:190).

As considerações apontadas por Barth podem ir além das formas de pensamento que influenciaram a antropologia. Os argumentos entram em conflito direto com aspectos fundamentais presentes na chamada “arqueologia guarani”.

Esse choque pode ser observado pelos próprios alicerces que sustentaram o histórico-culturalismo e que, posteriormente influenciaram, a invenção da tradição Tupiguarani. Esse suporte inicia-se com o trabalho de Gustav Kossina (1911), filósofo e historiador alemão que estabeleceu um paradigma étnico conhecido como *arqueologia dos assentamentos*.

Trigger (1973) destaca esse trabalho como o primeiro estudo sistemático em uma série de outros que aceitariam a correlação entre os achados arqueológicos, agrupados no conceito de cultura arqueológica, e grupos étnicos. Nele haveria uma nítida relação entre as variáveis língua, etnia e cultura material, culminando na idéia de que uma continuidade na cultura material denotaria uma continuidade étnica.

Envolvidos por esses preceitos, o histórico-culturalismo deixou marcas significativas na arqueologia brasileira com a noção de cultura arqueológica. Isto significou para a arqueologia guarani a perspectiva de um grupo étnico homogêneo, estático e presente em um amplo espaço, tendo como principal elemento de identidade e etnicidade os vestígios cerâmicos. A tradição Tupiguarani passou a ser definida como:

“Uma tradição cultural caracterizada por cerâmica policrômica (vermelho e ou preto sobre engobo branco e ou vermelho), corrugada e escovada, por enterramentos secundários em urnas, machados de pedra polida e pelo uso de tembetás” (Noelli, 1993:57-8).

As idéias apontadas por Barth (1969), permitem repensar os estudos sobre os “Guarani” no campo da arqueologia, ao perceber que a existência de uma continuidade material, ou seja de uma tradição arqueológica, não significa estabelecer uma relação com um único grupo étnico. Para Barth a autodefinição passa a ser um dos elementos centrais no estudo dos grupos étnicos. Como ele mesmo demonstra em sua proposta de trabalho:

“O principal ponto de partida teórico consiste em várias partes interligadas. Primeiramente, dá-se importância primordial ao fato de que os grupos étnicos são categorias de atribuição e identificação realizadas pelos próprios atores e, assim, têm a característica de organizar a interação entre as pessoas. Nós tentamos relacionar outras características dos grupos étnicos a este traço fundamental. Em segundo lugar, todos os ensaios aplicam um ponto de vista generativo às análises: mais que nos servimos de uma tipologia de formas dos grupos étnicos e de suas relações, tentamos explorar os diferentes processos que parecem estar envolvidos na geração e manutenção dos grupos étnicos. Em terceiro lugar, para observar tais processos, deslocamos o foco de investigação da história e da constituição interna de grupos distintos para as fronteiras étnicas e a manutenção dessas fronteiras” (Barth, 1969:189).

Ao pensar nos pressupostos apontados por Barth, Schiavetto (2003: 101) explica que se deve “aceitar a possibilidade de os grupos étnicos serem vistos como entidades dotadas de um caráter situacional e fluido, repensando as tradições e subtradições utilizadas na arqueologia até o presente momento”. A mesma autora conclui posteriormente que:

“Ao definir uma *cultura arqueológica* com base nos traços materiais das sociedades indígenas, cria-se, por meio da delimitação conceitual, categorias imutáveis, seguindo padrões de vida social (assentamentos,

religião, adaptação ao meio, confecção de cultura material), cujas variantes culturais acabam por ser mascaradas pela busca de uma grande nação Guarani” (Schiavetto, 2003:119).

Quanto ao uso das fontes históricas no estudo da arqueologia guarani, ao destacar a perspectiva interdisciplinar, Soares (2001) apresenta a seguinte opinião:

“[...] o uso da documentação histórica é válido e deve ser perseguido, porém, não devemos estimular a utilização indiscriminada das fontes, criando assim um guarani construído a partir de fragmentos distantes espaço-temporalmente, sob a pena de montar um *frankenstein* que nunca existiu, argumentando ainda que em nome da analogia histórica direta, realizaram-se relações questionáveis e tênues, reproduzindo um discurso de homogeneidade e monolitismo na cultura guarani” (Soares, 2001:6).

Portanto, as discussões realizadas no campo da antropologia reavaliaram os elementos que cercavam a definição de grupos étnicos. Atrelado a esse processo, a arqueologia também estabeleceu elementos para criar uma relação entre cultura material e grupos étnicos. O desenvolvimento das diferentes formas de abordagem no campo das pesquisas arqueológicas permitiu, através de uma aproximação com outras áreas do conhecimento, ir além dos pressupostos criados pelo histórico-culturalismo, rompendo com a idéia de que uma continuidade na cultura material denotaria uma continuidade étnica.

Com base nessas discussões, deve-se deixar claro que as definições de cultura e tradição arqueológica devem ser repensadas no estudo sobre os sistemas de assentamento, em especial no que se refere à utilização das fontes históricas e arqueológicas, para não cair no erro de construir um “Guarani” genérico e monolítico.

A paisagem da região noroeste do Paraná e o processo de inserção dos sítios arqueológicos

O estudo sobre os assentamentos humanos na região noroeste do Paraná exige uma análise que aglutine informações diferenciadas para a elaboração de uma interpretação mais precisa sobre os dados coletados.

As discussões relativas a grupos étnicos e suas fronteiras possibilitam uma nova abordagem sobre o tema dos assentamentos, ao adquirir uma postura crítica com relação a alguns pressupostos presentes na arqueologia brasileira.

A construção dos conceitos de tradição e cultura arqueológica acabou por consolidar uma interpretação que assegurou uma continuidade étnica embasada pela cultura material. Essa continuidade ignorou a própria dinâmica dos grupos humanos ao condicionar, no caso da arqueologia “Guarani”, o elemento material como marcador principal de identidade étnica.

Significa dizer que a continuidade material encontrada nos sítios arqueológicos, associados à chamada tradição Tupiguarani, não pode justificar a existência de um único grupo étnico, denominado “Guarani” ao longo do tempo.

Neste sentido, o aspecto mais importante desta pesquisa é o de analisar e disponibilizar um quadro de informações sobre os recursos ambientais, que poderiam estar sendo utilizados pelos ocupantes dos sítios arqueológicos, sem atribuir a eles uma homogeneidade étnica. Esse quadro não somente irá apresentar os recursos disponíveis, mais na medida do possível analisar outras características que poderiam estar sendo levadas em conta no momento da escolha dos locais de ocupação.

Sendo assim, o estudo do espaço deve ter como elemento básico a sua própria dinâmica, negando uma postura regida e fossilizada na interpretação das paisagens.

As diferentes dinâmicas não podem excluir as diversas perspectivas no que se refere aos aspectos ecológicos, da organização social e do universo simbólico. Neste capítulo estará presente uma análise da paisagem da região noroeste do Paraná, centrada nos aspectos físicos da mesma. O processo está organizado na análise de um conjunto de dados sobre os recursos que poderiam estar à disposição dos grupos humanos que ocuparam essa paisagem, a qual foi arbitrariamente aqui delimitado para fins de recorte espacial da área de estudo.

Ainda que os sítios apresentem aspectos praticamente idênticos com relação à sua cultura material, o que se propõe é uma aproximação direta entre os conhecimentos produzidos pelas populações que ocuparam a região (século XVI, XVII e XVIII) e que poderiam ter sido compartilhados por diferentes grupos em períodos anteriores, ainda que de maneira abrangente.

A utilização das fontes históricas e arqueológicas torna-se, portanto, ponto de apoio para visualizar as condições e as estratégias que poderiam estar sendo utilizadas pelos habitantes da região. As referidas fontes, no entanto, devem ser utilizadas com cautela já que os dados nela contidos foram registrados de diferentes formas, inseridas em contextos específicos, cercados de concepções e interesses.

2.1. A dinâmica das paisagens

Ao trabalhar com a chamada arqueologia da paisagem é importante expor os seus mais diversos componentes. Para perceber a sua dinâmica é necessário compreender o papel ativo dos grupos humanos, o que significa que a paisagem assume múltiplas formas, indo além do seu universo puramente físico.

Isso faz com que ela adquira um caráter simbólico, à medida que o homem formula suas imagens. Ainda que esta idéia pareça natural, é justamente uma percepção desse nível que permite ao homem planejar, construir e utilizar a paisagem, de acordo com certas condições específicas. Neste aspecto:

“A arqueologia da paisagem estuda não apenas a apropriação de um espaço pelo homem, mas também a maneira como cria seu próprio entorno mediante a sua cultura. Incluídos no estudo da paisagem estão populações de todos os tamanhos e lugares, bem como trilhas e

caminhos que interligam áreas de ocupação ou anexas às aldeias; além de características naturais que as próprias sociedades utilizaram e embuíram de significado” (Lavado, 2005:6).

Os elementos culturais passam a ser parte integrante, o que pode vir a revelar aspectos importantes dos grupos que ocuparam uma determinada região. Como afirma Mazz e Gianotti:

“Concebimos al paisaje como un producto social y cultural, que refleja la interrelación de varias dimensiones: una física (natural), otra social (que refleja el uso del mismo) y una simbólica (que da cuenta de la percepción y significación del mismo)” (Mazz e Gianotti, 1998:91).

As múltiplas dimensões da paisagem exigem múltiplas formas de análise dos diferentes componentes a serem explorados nesse estudo. No caso específico da arqueologia às análises podem, de acordo com as fontes utilizadas, promover um quadro de questões no intuito de obter uma visualização mais detalhada no que se refere aos sistemas de assentamento. Com isso as diferentes dinâmicas que podem ser encontradas na ocupação do espaço exigem, do arqueólogo, uma percepção mais aguçada para além do intra-sítio. Isso significa não apenas considerar os sítios mais “importantes”, mas também o seu entorno, o que amplia o leque de informações e, conseqüentemente, sua análise.

A temática dos assentamentos não é nova na arqueologia, mas a sua perspectiva de estudo está em constante transformação. Talvez a diferença mais significativa seja uma mudança de postura relacionada aos aspectos que estariam sendo destacados. O elemento ecológico presente de forma significativa nos resultados, passa a não ser mais o elo principal, mas sim mais um elemento a ser considerado.

Ainda que o elemento ecológico seja importante para a pesquisa arqueológica, devido principalmente ao seu caráter material, ele passa a ser inserido numa rede de relações em que assume o papel de apenas um dos aspectos a ser explorado.

As diferentes maneiras de percepção dos grupos humanos com relação à paisagem, as distintas formas de organização social e os diversos aspectos simbólicos passam a figurar como novas possibilidades de análise. Como destaca Lavado:

“Nos últimos anos, a arqueologia da paisagem também passou por modificações, paralelas ao repensar da arqueologia por conta dos

processualistas e também, [...], devido ao reavivar da perspectiva sociológica nas ciências humanas, de modo geral, buscando reconciliar o ser humano com o mundo real. Este repensar deve-se à necessidade de analisar o espaço não apenas de forma física ou até mesmo determinista, mas, também, buscar identificar e, se possível, reconstruir na paisagem os aspectos sociais e simbólicos que a constituíram” (Lavado, 2005:5).

Conseqüentemente:

“A maneira com que as sociedades percebem e se relacionam com o espaço onde vivem, está diretamente ligada às questões culturais, ou seja, com a representação ideal de mundo que tem o grupo que as realiza. Por isso, uma adequada reconstituição da paisagem permite ao pesquisador estudar as estratégias de ocupação e as práticas sociais de determinadas populações” (Lavado, 2005:6).

A postura adotada por diversos arqueólogos converge numa busca por novos horizontes. Isso pode ser almejado com a aproximação de diversas áreas do conhecimento: arqueologia, antropologia, ecologia, geografia, história e outras. Ao adotar uma interpretação do material é preciso estar preocupado não só com as questões “físicas”, mas também adquirir uma percepção só conseguida através da constatação de outros elementos que pertencem à rede de relações.

Diante dessa proposta, o estudo dos sistemas de assentamento irá fornecer um quadro de informações e discussões, para que seja possível elaborar um modelo de interpretação dos dados arqueológicos para a região noroeste do Paraná. O critério adotado será o de estabelecer uma divisão que envolva, primeiramente, os dados relativos aos componentes físicos da paisagem. Nesta discussão estará sendo apresentado um enlace de dados relativos à chamadas áreas de captação de recursos, matérias primas e locais de ocupação. A divisão a seguir segue uma escolha pessoal e didática, não tendo qualquer intenção de estabelecer qualquer forma de determinismo ambiental ou social.

2.2. Os componentes físicos da paisagem

Ao adotar inicialmente a discussão sobre os componentes físicos da paisagem faz-se necessário expor a sua própria dinâmica. Buscar informações que permitam reconstituir um ambiente pretérito não é uma tarefa fácil. Seus dados são complexos e demandam uma gama de estudos, que muitas vezes não estão disponíveis ou são de difícil acesso para o grande público.

No entanto a paisagem da região noroeste do Paraná conta com um volume considerável de pesquisas sobre o assunto, o que permite melhor compreender o ambiente pretérito daquela área.

Essa avaliação não significa que inexistam lacunas nos dados disponíveis, embora informações adquiridas são um elo importante na busca pelo entendimento dos sistemas de assentamento. Antes de prosseguir na elaboração para entender a dinâmica da paisagem é importante apresentar o seu estágio atual. A importância dessa referência é a de possibilitar uma visualização da paisagem para poder compreender algumas de suas modificações e permanências ao longo dos últimos séculos. Essa visualização permite observar como essas modificações e permanências podem ter influenciado a construção de um conhecimento sobre flora e fauna por parte dos grupos humanos que habitaram a região noroeste do Paraná.

As características físicas da área onde estão localizados os sítios arqueológicos são um resumo dos dados obtidos em vários estudos desenvolvidos por pesquisadores vinculados ao NUPÉLIA (Núcleo de Pesquisas em Liminologia, Ictiologia e Aqüicultura), vinculado a Universidade Estadual de Maringá. Essas características estão divididas entre: hidrologia, clima, vegetação, geologia e geomorfologia.

Figura 2: Imagem de Satélite da bacia do rio Paraná



Fonte: Google / Earth

Os rios Paraná e o Paranapanema possuem centenas de afluentes, na qual se destacam os rios Ivinhema, Ivaí, Amambai e Pirapó (Maack, 1981), formando uma densa rede de drenagem que funcionou como fator positivo para atrair as sociedades humanas, pois são raros os quilômetros quadrados sem alguma fonte de água.

O clima da região apresenta a temperatura média da região é de 22° C. De acordo com o sistema Köppen, o clima da região é classificado como subtropical úmido mesotérmico-Cfa, com verões quentes e chuvosos, geadas menos frequente em relação a que outras regiões do Estado, sem estação seca definida. A média de precipitação anual é em torno de 1200 a 1300 mm.

A vegetação próxima da área de pesquisa foi dividida de acordo com (Campos et al., 2000) em unidades fitoecológicas com ecossistemas associados, todas pertencentes ao

bioma da Floresta Estacional Semidecidual. São elas: (1) Floresta Estacional Semidecidual Submontana; (2) Floresta Estacional Semidecidual Aluvial; (3) Áreas de Formação Pioneira com Influência Fluvial.

Segundo Maack (1968), a unidade floresta estacional semidecidual submontana, devido à fertilidade do solo, era uma variação da Floresta Pluvial Atlântica. Na sua forma original este tipo de cobertura vegetal cobria todo o planalto paranaense abaixo dos 500 m sobre o nível do mar sobre as férteis terras roxas e do arenito cauiá.

O conceito ecológico de região estacional semidecidual relaciona-se ao clima de duas estações, com uma acentuada variação térmica. Trata-se de uma floresta com grande diversidade de espécies vegetais.

A floresta estacional semidecidual aluvial, que corresponde à outra unidade fitoecológica distribuía-se sobre “[...] as planícies aluviais contínuas ou descontínuas e sobre algumas ilhas do rio Paraná, bem como ladeava a maior parte dos seus afluentes da margem direita e os rios Piquiri, Ivaí e Paranapanema na margem esquerda”(Campos & Souza, 1997:333).

De acordo com os autores citados nessa formação podem ser distinguidos três agrupamentos florestais naturais, quais sejam: a) agrupamentos situados em solos altamente hidromórficos, ou seja, aqueles que são freqüentemente cobertos pelas águas dos rios, formando florestas muito abertas, constituídas de poucas espécies altamente seletivas. b) agrupamentos situados em áreas mais enxutas e melhor drenadas, sendo uma área mais seca, apresenta uma vegetação mais densa. c) agrupamentos situados em áreas sobre diques aluviais: Originalmente, nos diques aluviais, principalmente ao longo do rio Paraná, havia uma floresta mais desenvolvida, com árvores de 25 a 30 metros de altura.

De acordo com Campos e Souza (1997) no estrato emergente dominava a *Gallesia integrifolia* (*Gallesia gorazema*) (pau d’alho); como subdominantes podiam ser encontrados *Tabebuia avellanadae* (ipê-roxo), *Parapiptadenia tigida* (angico vermelho) e *Copaifera Langsdorfii* (copaíba ou pau d’óleo). Outra característica peculiar era a de que este tipo de floresta estava, muitas vezes, entremeado por densas touceiras de *Bambusa guadua* (taquaruçu, taboca), cujos colmos atingiam de 15 a 20 metros de altura.

As áreas de formação Pioneira com Influência Fluvial, por sua vez, foram assim caracterizadas como “as áreas de formações não florestais estão representadas na região pelas áreas de formações pioneiras com influência fluvial que [...] ocorrem ao longo das planícies fluviais e ao redor das depressões aluvionares (pântanos, lagoas e lagoas), freqüentemente em terrenos instáveis cobertos de vegetação, em constante sucessão”(Campos, et al., 2000:23).

De acordo com as pesquisas realizadas o substrato geológico da calha fluvial do rio Paraná, em seu alto curso, é constituído por basaltos da formação Serra Geral (JK) e por arenitos das formações Santo Anastácio e Caiuá, do Grupo Bauru (K). Na região estudada, especificamente, predomina a formação Caiuá.

A característica do relevo, devido à ocorrência de rochas cristalinas, é mais acidentado, inclinando-se suavemente em direção ao rio Paraná. Essa área segundo Elias e Stevaux (1997), caracteriza-se devido à presença de colinas alongadas com topos abaulados ou tabulares, dispostos em três níveis com altitudes próximas a 1.000 m, entre 600 e 700 m e a 500 m.

2.3. O Estudo das mudanças paleoambientais e palioclimáticas na região noroeste do Paraná.

O dados do paleoambiente e do paleoclima da região noroeste do Paraná tem como referência os trabalhos realizados ao longo dos últimos anos na Unidade Geomorfológica Taquaruçu e suas lagoas associadas, localizadas no município de Taquaruçu, estado de Mato Grosso do Sul.

De acordo com Stevaux e Kramer (2001) os dados permitem estabelecer um quadro de informações referentes às mudanças climáticas e ambientais nas regiões Centro Sul do Brasil e Nordeste da Argentina. A partir das pesquisas realizadas os autores dividem a história do paleoclima da região de acordo com os seguintes eventos:

2) De 8,0 a 3,5 mil anos AP¹ - Este evento é regionalmente reconhecido como uma expansão do clima úmido. Normalmente o ótimo climático do Holoceno² na América do

¹ AP – Antes do Presente, tendo como referência o ano de 1950.

² Época mais recente do Período Quaternário (era geológica atual)

Sul sendo colocado entre 8 e 5 mil anos AP, quando houve o aumento e construção de planícies de inundações nos principais de modo geral, na América do Sul e Brasil.

Na área de estudo, Stevaux (1994) e Stevaux et al. (1997) identificam esse período úmido em depósitos lacustres pelo predomínio de material argiloso, rico em matéria orgânica e com associação polínica de mata. Stevaux e Santos (1998), com base em datações de carbono 14 identificam uma mudança extrema na hidrologia do rio Paraná por volta de 8,0 mil anos AP. Essa mudança provoca a incisão vertical do canal e a conseqüente formação de um terraço de cerca de 10 m de altura.

Os mesmos autores situam o início da construção da atual planície de inundação desse rio por volta de 6,0 mil anos AP. Em seu trabalho são duas as indicações desse período climático: a) evidência topográfica de um terraço interpretado como antigo nível da lagoa Piranha, a 1,8 m acima do nível atual; b) a intensa cimentação argilo-ferruginosa encontrada nos sedimentos a partir da profundidade de 2,96 m sugere que o freático esteve acima do nível atual cerca de 1,5 a 2,0 m, valor esse que coincide com a cota do antigo nível das lagoas.

3) De 3,5 a 2,5 mil anos AP - Esse período é identificado por vários autores como uma intensificação das condições de clima mais árido. Muito embora os autores não admitam uma aridez semelhante àquela do último glacial, o clima na região foi suficientemente árido para permitir o quase desaparecimento das matas e a formação de uma cobertura vegetal aberta.

4) De 2,5 mil anos AP até o presente - Retomada das condições anteriores de umidade, sem contudo atingir o mesmo nível do ótimo climático. A extensa cobertura de mata (hoje totalmente retirada pelo homem), a presença de depósitos ricos em matéria orgânica e associação polínica de mata nos depósitos de lago são os elementos mais indicativos dessa última alteração climática.

Essas alterações climáticas conduziram a um ambiente de ocupação bastante distinto entre o período do ótimo climático até o momento atual, sendo que o aspecto mais significativo, foi à retração e a retomada da cobertura vegetal. A diminuição das condições de umidade entre 3500 a 2500 AP propiciou a expansão das áreas de cerrado.

As condições posteriores com o aumento da umidade permitiram o avanço das áreas de floresta, a partir de 2500 AP, permanecendo praticamente inalterada até a sua destruição no século XX. O fato de não ter mudanças significativas na composição vegetal a partir de 2500 AP, é importante quando comparado com os conhecimentos produzidos pelas populações indígenas sobre a flora e fauna da região.

O conjunto de informações levantadas por pesquisadores do NUPÉLIA, quando comparada com os registros em língua guarani, permite observar um número significativo de espécies registras e conhecidas pelos grupos humanos que habitaram a região sul do Brasil.

Diante desse fato as alterações e modificações no ambiente e no clima são importantes para estabelecer um quadro comparativo com as respectivas datações obtidas nos sítios arqueológicos da região noroeste do Paraná.

Tabela 6: Datações dos sítios aceramistas por fases e tradições

Município	Tradição/Fase	Sítio	Base da camada arqueológica (cm)	Datas BP	Laboratório
Foz do Iguaçu	Vinitu	PR - FI - 43	100	4035±150	SI 5044
Foz do Iguaçu	Humaitá	PR - FI - 21	50	6269±80	SI 4992
Diamante do Norte	Itaguajé	PR - NL - 08	50	8115±80	SI 6401
Guairá	Tatuí	PR - TO - 49	45	4069±75	SI 5045
Foz do Iguaçu	Humaitá	PR - FI - 21	40	2854±60	SI 4995
Foz do Iguaçu	Humaitá	PR - FI - 21	30	2305±70	SI 4991
Foz do Iguaçu	Humaitá	PR - FI - 21	70	6869±105	SI 4993
Foz do Iguaçu	Humaitá	PR - FI - 21	60	6910±75	SI 4994
Itaguajé	Itaguajé	PR - AP - 45	90	6715±135	SI 6498

Fonte: Noelli, 2000: 06.

Tabela 7: Datações dos sítios da tradição Tupiguarani

Município	Sítio	Base da camada arqueológica (cm)	Datas AP	Amostra
Santa Helena	PR - FI - 118	20	1685±60	SI 5021
São Miguel do Iguaçu	PR - FI - 99	15	1635±70	SI 5019
São Miguel do Iguaçu	PR - FI - 142	20	1455±60	SI 5033

São Miguel do Iguaçu	PR - FI - 97	20	1295±60	SI 5016
Guairá	PR - FO - 04	15	760±40	SI 5039
São Miguel do Iguaçu	PR - FI - 140	12	745±75	SI 5027
Foz do Iguaçu	PR - FI - 100	15	625±55	SI 5020
São Miguel do Iguaçu	PR - FI - 103	15	600±60	SI 5029
Santa Terezina do Itaipu	PR - FI - 82	25	599±200	SI 5047
Santa Helena	PR - FI - 127	15	590±55	SI 5024
Diamante do Norte	PR - NL - 07	35	530±55	SI 6400
Guairá	PR - FO - 03	20	490±60	SI 5040
São Miguel do Iguaçu	PR - FI - 104	13	415±75	SI 5032
São Miguel do Iguaçu	PR - FI - 142	15	395±60	SI 5034
Santa Helena	PR - FI - 118	18	340±60	SI 5023
Foz do Iguaçu	PR - FI - 22	30	234 ±80	SI 5015

Fonte: Noelli, 2000: 06.

As datações apresentadas estão relacionadas a sítios próximos da área de pesquisa. Os dados apontam para dois períodos de ocupação, de acordo com as diferenciações da cultura material encontrada nos sítios arqueológicos. Para comparar os dados encontrados é possível visualizar dois momentos. O primeiro está relacionado às ocupações dos grupos aceramista. As datações da tabela 6 apontam para um período de ocupação que coincide, em grande parte, com as mudanças climáticas e ambientais entre o ótimo climático e o ambiente mais árido no período entre 3500 a 2500 AP. No caso dos sítios vinculados a tradição Tupiguarani, os dados da tabela 7 demonstram um período de ocupação simultâneo as mudanças que envolvem a retomada das áreas de floresta e o aumento da umidade. Essa mudança pode sugerir além de um ambiente mais propício para o aumento do número de recursos a disposição, como também pode indicar um manejo ambiental por parte dos grupos que passaram a habitar um ambiente caracterizado pela cobertura vegetal descrita pelos pesquisadores do NUPÉLIA.

A associação entre as mudanças climáticas e ambientais e as respectivas datações, permite estabelecer uma junção entre as informações obtidas através dos levantamentos botânicos, realizados na área de estudo, e compará-los com as informações históricas, acumuladas durante os primeiros séculos de ocupação europeia no sul do Brasil.

Ainda que não se possa atribuir aos vestígios arqueológicos uma coesão étnica, os grupos que estabeleceram contato com portugueses e espanhóis deveriam compartilhar conhecimentos muito abrangentes sobre os recursos disponíveis.

Essa perspectiva é importante para a utilização dos dados históricos que indicam esse grande acúmulo de informações a respeito da flora da região. A importância da sua utilização é justamente apresentar esse acúmulo de informações, que era compartilhado provavelmente por grupos que utilizavam uma mesma tecnologia no que se refere à cerâmica. As discussões sobre grupos étnicos demonstram também que grupos diferentes, que falam línguas diferentes, podem compartilhar de uma mesma tecnologia ceramista.

Neste sentido, a ideia de se trabalhar com dados históricos, e relacioná-los aos vestígios arqueológicos encontrados na região noroeste do Paraná, é o de adotar uma perspectiva de que grupos diferentes poderiam compartilhar conhecimentos e tecnologias semelhantes. Os processos de interação e de trocas poderiam contribuir para o processo de construção de um conhecimento, que chegou até nós pelos registros históricos sobre grupos étnicos de língua guarani.

O estabelecimento de um modelo de interpretação, baseado nessas concepções, passa então pela análise das fontes e pela organização de um conjunto de dados relacionados ao processo de ocupação dos sítios arqueológicos. A seguir estão sendo apresentados vários componentes físicos da paisagem e a sua relação com o processo de implantação dos assentamentos na região noroeste do Paraná. Nesta apresentação a ênfase recai sobre as características do ambiente em relação aos recursos disponíveis e suas características físicas. Vale lembrar que as escolhas passam necessariamente por um conjunto de decisões que compõem aspectos ecológicos e simbólicos. A divisão a seguir busca apresentar uma visão mais ligada aos aspectos ecológicos, o que não exclui os componentes simbólicos na ocupação da paisagem.

2.4. Implantação dos Assentamentos e a análise dos componentes físicos da paisagem

Os dados relativos à geologia e a geomorfologia, podem apontar uma série de questões relacionadas ao processo de escolha dos locais de ocupação. Em um primeiro momento foram apresentadas algumas características gerais sobre os dados geológicos e geomorfológicos.

O intuito de estabelecer uma ligação com esses aspectos deve-se, principalmente, a fatores que envolvem a topografia e a análise do solo dos sítios arqueológicos. Eles revelam um compartimento topográfico bastante característico na região noroeste do Paraná.

O planalto central da bacia do rio Paraná tem como característica a presença de colinas alongadas com topos abaulados ou tabulares, dispostos em três níveis com altitudes próximas a 1.000 m, entre 600 e 700 m e a 500 m. Esta característica tem como fator favorável à possibilidade de implantação dos assentamentos em frações do terreno com pouca declividade. Devido ao aspecto suave do terreno existiram vantagens com relação à comunicação e à implantação das áreas de atividade vinculadas à agricultura.

De acordo com os dados coletados é possível perceber a escolha dos locais de implantação divididos em três compartimentos topográficos. A fim de estabelecer uma análise mais abrangente foram utilizados, também, dados referentes a sítios localizados em outros pontos próximos à área de pesquisa.

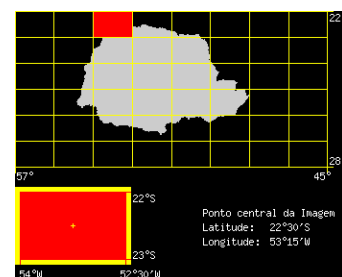
Tabela 8: Compartimento topográfico dos sítios próximos da área de pesquisa

Compartimento Topográfico	Sítios
Encosta	159
Topo	23
Terraço	6
Topo/Encosta	6
Terraço/Encosta	4
Sem informação	101
Total	299

Tabela 9: Compartimento Topográfico dos sítios da área de pesquisa

Compartimento Topográfico	Sítios
Encosta	19
Topo	2
Terraço	1
Total	22

Figura 3: Região noroeste do Paraná com destaque para os aspectos do relevo e drenagem.



Escala 1:250.000 (IBGE)



Fonte: IBGE

Os dados coletados demonstram a preferência pela implantação dos assentamentos nas encostas e topos. Do total de sítios com informação, 80% deles estão

localizados nas encostas. Se forem somados os dados referentes ao topo e encosta, eles representam 91% desse total. A suavidade do terreno, com pequenas alterações na declividade, poderia indicar escolhas que facilitassem a drenagem e o escoamento das águas das chuvas, para uma melhor impermeabilidade das habitações e estruturas adjacentes. Aspectos relacionados à defesa também poderiam influenciar a escolha dos compartimentos, principalmente no que se refere aos topos. Sítios localizados na junção entre rios que deságuam no Paraná, Paranapanema e Ivaí, poderiam ainda favorecer o controle de uma região.

A figura apresentada anteriormente destaca as diferenciações do relevo e a extensa rede de rios e córregos. A composição das características do relevo indica, através das cores verde claro e verde escuro a pequena diferenciação em relação ao seu contorno.

Tabela 10: Classe de declividade encontrada na região de concentração dos sítios arqueológicos

Classe de declividade	Área ocupada(ha)	%
Plano (0-3)	70.000	75,34
Suave ondulado (3-8)	22.572	24,29
Ondulado (8-20)	336	0,37

Fonte: Nanni, 2000: 21.

Os trabalhos produzidos na região de concentração dos sítios pesquisados indicam um relevo classificado como suave ondulado. As altitudes da região confirmam essa informação, já que não existem grandes variações nos seus números.

A busca por recursos é um elemento marcante nas interpretações arqueológicas ligadas principalmente a corrente processual. Vale dizer que mesmo não sendo possível ignorar o ecológico é importante destacar que a representação do espaço ocupado pode envolver diferentes dinâmicas e lógicas. No caso específico das sociedades vinculadas a tradição Tupiguarani, a rede de ocupação, que pode ser visualizada através de um conjunto significativos de sítios na região, é um indicativo importante a esse respeito. Os

componentes relacionados à organização social e ao simbólico constituem elementos tão importantes quanto os ligados às características físicas do ambiente.

Na análise dos sítios arqueológicos presentes na área de estudo, fica difícil chegar a uma equação precisa sobre o poder e a influência mais significativa que acabou por determinar a escolha dos assentamentos. Sendo assim as informações disponibilizadas indicam alguns dos elementos que poderiam estar sendo considerados, o que não significa estabelecer uma espécie de hierarquia entre os dados ecológicos, sociais ou simbólicos.

Ao apresentar os dados sobre a topografia da região fica evidente uma escolha preferencial por determinado tipo de compartimento topográfico. Afirmar o porque desta decisão pode envolver uma série de elementos.

No entanto outros dados podem ajudar a compreender parte do processo de implantação dos assentamentos a partir das fontes disponíveis. Através da análise da composição do solo é possível perceber uma série de características importantes. A partir do princípio de que o solo é um elemento fundamental para a introdução de práticas agrícolas, faz-se necessário estabelecer algumas considerações.

Não é segredo que as populações indígenas que ocuparam o território brasileiro possuíam um vasto conhecimento sobre os aspectos naturais da região que ocupavam. Além da coleta dos mais variados gêneros utilizados na alimentação e confecção de objetos, essas sociedades desenvolveram um apurado conhecimento sobre práticas agrícolas.

No caso de sociedades que entraram em contato com portugueses e espanhóis na região do Guairá, esse conhecimento foi muito bem registrado através de uma série de documentos históricos. Através da língua guarani é possível observar a riqueza acumulada com relação aos gêneros alimentícios produzidos. O trabalho de Noelli (1993), através da apresentação de uma série de informações de valor etnográfico, é um excelente estudo para demonstrar os principais gêneros alimentícios cultivados pelos grupos falantes da língua guarani naquela região.

Tabela 11: Amostragem de algumas espécies da agricultura dos grupos falantes da língua guarani, conforme dados coletados por Noelli

Espécie	Nome popular	Nome guarani	Nome científico	Nº de cultivares
Tuberosas				
	Mandioca	Mandi'õ		24
	Batata-doce	Jety	Maniho tesculenta Ipomoea batatas	21
	Batata "inglesa"	Maky	Solanum tuberosum	01
	Cará	Kara	Dioscorea spp	09
		Mbakuku	Pachyrrhizus erosus	03
	Mangarito	Tajao	Xanthosoma sagittifolium	02
	Araruta	Akuti	Maranta arundinacea	01
	Batatinha	Maxyxi	Oxalis spp	04
		Mbery sai'yu	Canna glauca	01
Graníferas				
	Milho	Avati	Zea mais	13
	Feijão	Kumanda	Phaseolus spp	16
	Amaranto	Ka'aruru	Amaranthus spp	04
	Quina	Ka'are	Chenopodium spp	?
	Amendoim	Manduvi	Arachis hypogaea	07
		Manduvira	Lupinus spp	01
	Feijão-guandu	Kumanda	Cajanus spp	01
		Yvyra'i		
		Cumandá cha'i	Strophostyles diversifolia	01
	Fava de rama	Kumanda usu	Canavalia spp	01

Fonte: Noelli, 2003: 64.

A escolha dos locais para a introdução das práticas agrícolas deveria envolver ser uma série de relações, não só físicas, mas também sociais e simbólicas. Neste momento, destacam-se os aspectos físicos do solo.

Um ponto importante com relação ao solo envolve elementos relacionados a sua coloração. Com seu estudo é possível obter uma série de informações pois "quanto mais semelhança existir entre a cor dos solos arqueológicos e do entorno natural do sítio, menor foi a duração do assentamento ou menos intensas foram as atividades domésticas, com baixo processamento e descarte de materiais orgânicos" (Noelli, 2000:15). No caso

dos sítios atribuídos a grupos portadores da tradição ceramista Tupiguarani o que mais se destaca é a TPA (Terra Preta Arqueológica). Conforme destaca Noelli:

“Os solos do tipo TPA (Terra Preta Arqueológica) possuem alta concentração dos elementos químicos C, Ca, Mg, Mn, P e Zn, como se verificou na Amazônia [...]. A TPA contrasta com os teores mais baixos desses elementos químico nos solos não arqueológicos que a envolve, constituindo clara evidência da atividade humana, fato que não se repete nos solos naturais. [...], cada centímetro de espessura de TPA levaria, em média, 10 anos para se formar, significando que sítios com camadas arqueológicas de 10 cm de espessura durariam cerca de 100 anos” (Noelli, 2000:15).

A diferença de coloração através da TPA foi identificada em dois sítios localizados na área de pesquisa. Infelizmente não foi realizado na região nenhum estudo mais aprofundado sobre o assunto, o que poderia revelar mais informações sobre o processo de ocupação. Trata-se de um tema que poderá nortear futuras pesquisas arqueológicas na região.

Será apresentado, neste momento, um quadro comparativo entre os solos encontrados na região e a localização dos sítios arqueológicos. Conforme estudos promovidos pela Universidade Estadual de Maringá, por meio dos trabalhos de Marcos Rafael Nanni (2000), foram encontrados 7 grupos de solo na região de concentração dos sítios arqueológicos pesquisados. O objetivo do seu trabalho era o de identificar os solos presentes e estabelecer uma proposta de zoneamento para seu melhor aproveitamento. Assim, o que foi elaborado é uma série de informações sobre a viabilidade e as condições de manejo dos solos levantados.

A utilização dessas informações junto às pesquisas arqueológicas permite uma reflexão sobre as informações relativas aos solos encontrados na área de pesquisa. Essa proposta procura comparar os locais de ocupação, analisando se existiria ou não uma preferência por determinados locais. De acordo com Nanni (2000), ao se basear em escalas de estudos sobre capacidade de uso, nível de manejo e propriedades dos solos, os grupos de solos encontrados na região foram classificados de acordo com as seguintes classes:

- a) Terras que são próprias para culturas anuais, sem medidas especiais de conservação. Os tipos de solo que mais se enquadram nessas características

são os Latossolos Vermelhos bem nutridos. Estão situados em relevo praticamente plano, em vertentes longas e que não apresentam problemas de erosão laminar.

- b) Terras com limitações moderadas para o uso. Segundo Nanni (2000) estão sujeitas a alguns riscos de depauperamento como condicionadores limitantes a fertilidade ou localizados em regiões passíveis de erosão. Destaca-se o Latossolo Vermelho com nutrição deficiente, Argissolos, Planossolos.
- c) Terras que sem os cuidados necessários estão sujeitas a severos riscos de depauperamento, principalmente quando destinadas para culturas anuais. O que se enquadra nesta classe é o conjunto Aluvial Hidromórfico.
- d) Terras que apresentam riscos e limitações permanentes quando usadas para culturas anuais. Segundo Nanni (2000) foram enquadrados nesta classificação os solos presentes em área continental com relevo ondulado. Destacam-se os Argissolos, Latossolos ambos associados aos Cambissolos.
- e) Terras impróprias para cultivos intensivos, mas adaptadas para vida silvestre. Segundo Nanni (2000) esta classe representa os solos desenvolvidos nas áreas aluviais aplainadas do baixo Rio Ivaí: “São áreas onde o risco de inundação é elevado, devido tanto pela elevação do nível do Rio Ivaí/Paraná, que adentram grande porção da área aluvial, bem como do encharcamento de áreas devido ao reduzido poder de infiltração” (Nanni, 2000:17). Destacam-se as unidades de solo os complexos compostos por Gleissolos, Neossolos, além de Planossolos com excesso de umidade e Neossolos Quartzarênicos.
- f) Estas terras possuem como característica principal o seu uso restrito, impróprio para culturas anuais e outras atividades. São áreas planas encharcadas em quase todo o período do ano, como banhados. São encontrados solos aluviais, com excesso de umidade, orgânicos, Planassólicos e Quartzarênicos.

Conforme a figura 5 referente à localização dos sítios arqueológicos, é possível visualizar uma área de concentração de sítios cerâmicos, localizada entre os municípios de Porto Rico e Diamante do Norte. Ao longo de uma grande extensão que compreende a área próxima do rio Ivaí até a sua foz existem apenas dois sítios ocupados por grupos ceramistas. Mesmo assim a ocorrência total de sítios nessa área é muito pequena, se forem somados os sítios dos tipos “cerâmicos” e “líticos”, totalizando 6 ocorrências. Portanto, existe uma espécie de “lacuna” no que se refere a ocupação indígena pré-colonial na área de estudo.

Se comparado com os resultados da análise dos solos, é possível perceber que a região dessa “lacuna” dispõe de características menos apropriadas para as atividades agrícolas. Por outro lado, a concentração de sítios a partir de Porto Rico coincide com a presença de solos pertencentes às classes “a” e “b”, os quais são bem favoráveis a essas atividades.

Essa interpretação é claro está baseada somente em fatores técnicos, com os resultados da classificação dos solos. Ainda que outros fatores possam estar relacionados, parece haver uma ligação entre os locais e a composição dos solos presentes na região. É importante frisar o papel significativo do manejo agrícola pelas populações descritas por português e espanhóis na região do Guairá através da quantidade significativa de dados a respeito das práticas agrícolas realizadas. É provável que este vasto conhecimento fosse também aplicado pelos grupos portadores da tradição tecnológica Tupiguarani, para períodos pré-coloniais.

O acesso à cursos d’água é outro elemento importante para de implantação dos assentamentos humanos. A facilidade não só com relação ao seu consumo, mas também com relação à mobilidade, transporte e alimentação, indicam elos importantes para a escolha dos locais de implantação dos assentamentos humanos. A disposição dos sítios e sua proximidade com os cursos d’água também pode apontar características relacionados a própria organização social dos grupos humanos através da análise da distribuição dos sítios na paisagem.

Com base nas imagens de satélite e nos mapas apresentados, percebe-se uma vasta rede de rios e córregos, que fazem parte das bacias do Paraná, Paranapanema e Ivaí. Sem

dúvida essa, extensa rede foi um dos fatores que favoreceram o estabelecimento de novos assentamentos, haja vista que a malha hidrográfica regional também funcionou como importantes vias de transporte e comunicação para antigos grupos indígenas.

Tabela 12: Distância dos sítios da área de pesquisa em relação aos cursos d'água mais próximos

Distância (m)	Sítio
0-100	18
101-200	3
201-300	
301-400	
401-500	
Sem informação	1
Total	22

Tabela 13: Distância dos sítios próximos da área de pesquisa em relação aos cursos d'água mais próximos

Distância (m)	Sítio
0-100	198
101-200	54
201-300	21
301-400	6
401-500	1
501-600	2
601-700	1
901-1000	3
Sem informação	20
Total	299

Os dados apresentados nas tabelas 12 e 13 apontam para um processo de ocupação e implantação dos sítios próximos d'água. De acordo com o levantamento realizado, 85% dos sítios da área de pesquisa estão localizados a até 100 m desse recurso.

Em termos gerais, em relação aos sítios próximos da área de pesquisa, 71% dos sítios possuem as mesmas características.

A julgar pelos dados observados, com relação aos vestígios arqueológicos encontrados na superfície dos sítios, é possível afirmar que a maioria dos sítios encontrados na região de pesquisa possui características de ocupação permanente.

Isso sem dúvida é um indicativo de uma série de relações não só sociais, mas também ecológicas. De acordo esses dados, praticamente todos os sítios observados possuem uma ligação entre os rios principais e seus afluentes.

Tabela 14: Relação entre distância do rio Paraná e do outro curso d'água mais próximo

Distância do Rio Paraná (m)	Distância água mais próxima (m)	Quantidade de sítios
40	25	1
80	10	1
80	30	1
80	60	2
100	50	1
120	1	1
120	20	2
120	25	1
120	80	2
120	90	1
120	120	1
125	7	1
150	20	1
150	35	1
150	50	1
150	100	2
150	120	1
160	120	1
180	20	1
200	90	1
200	120	2
200	150	1
200	400	1
250	10	2
250	50	1
250	60	1
250	100	1
250	110	1
250	125	1
250	200	1
260	230	1
275	40	1
280	150	1
300	80	1
300	150	2

300	200	1
375	40	1
380	60	1
420	60	1
450	150	1
500	20	1
500	30	1
500	80	1
700	50	1
700	70	1
750	20	1
750	120	1
870	150	1
875	25	2
875	250	1
1000	25	1
1000	55	1
1000	160	1
1200	60	1
1300	80	1
1300	100	1
1650	930	1
1750	40	1
2000	20	1
2500	100	1
4100	3	1
4900	60	1
5250	40	1
6500	280	1
7000	120	1
7200	30	1
8900	120	1
9300	5	1
10100	5	1
10350	20	1
10800	5	1
Total		77

Tabela 15: Relação entre distância do rio Ivaí e do outro curso d'água mais próximo

Distância do Rio Ivaí (m)	Distância da água mais próxima (m)	Quantidade de sítios
40	30	1
150	100	1
600	100	2
700	100	1
800	150	1
1000	150	1
1200	300	1
Total		8

Tabela 16: Relação entre distância do rio Paranapanema e do outro curso d'água mais próximo

Distância Rio Paranapanema (m)	Distância água mais próxima (m)	Quantidade de sítios
30	80	1
100	80	1
300	20	1
375	75	1
820	90	1
975	770	1
Total		6

Dos 91 sítios com informação 62% deles estão situados a menos de 500 m do rio principal. A distância com relação ao curso d'água mais próximo varia entre 2 a 400 m.

As características dos rios e córregos variam, mas em termos gerais são afluentes com pequeno volume de água, o que, em muitos casos, não permite qualquer tipo de navegação. Contudo, outros fatores podem estar relacionados ao processo de distribuição dos assentamentos na região de acordo com a análise dos dados das tabelas abaixo.

Tabela 17: Distribuição dos sítios em relação ao rio principal

Sítios margem dos rios principais	Quantidade de sítios
Rio Paraná	49
Rio Ivaí	12
Rio Paranapanema	18
Total	79

Tabela 18: Distribuição dos sítios por bacia Hidrográfica

Bacias Hidrográficas	Quantidade de sítios
Rio Paraná	150
Rio Ivaí	35
Rio Paranapanema	113
Total	299

Esses fatores podem estar relacionados ao próprio processo de distribuição dos assentamentos na região. Conforme dados contidos nas tabelas 11 e 12, o número de sítios situados às margens dos rios principais representa somente uma parcela do total.

Isso pode ser um indicativo para analisar o processo de ocupação do espaço. A principal questão seria tentar estabelecer o direcionamento da ocupação do território. Infelizmente devido à falta de datações do material depositado nos sítios da área de estudo, não é possível traçar esse mapa para avaliar seus movimentos. A julgar pelo tamanho e pela quantidade de material depositado na superfície, pode-se formular algumas considerações no sentido de que o movimento de ocupação se deu dos rios maiores para os afluentes menores. O material arqueológico encontrado na superfície indica que os maiores sítios estão localizados próximos ao curso dos grandes rios (Paraná, Ivaí e Paranapanema). Essa característica pode envolver relações de conflitos entre os grupos causados por divisões internas. A divisão poderia levar grupos menores e com menos poder político a procurar novos locais de ocupação. No entanto essa distribuição dos sítios pode também envolver outras características. Sítios menores podem estar relacionados à rede de controle de uma determinada região através dos acampamentos temporários para a exploração de recursos naturais.

Fontes históricas indicam que além dos conhecimentos sobre flora e fauna terrestre, os grupos indígenas possuíam um elaborado conhecimento sobre as espécies aquáticas que ocorrem nos rios da região. No caso específico dos grupos falantes da língua guarani, que viveram na região do Guairá no século XVI, tudo indica que este tipo de informação não foge à regra, conforme demonstrado na próxima tabela.

Tabela 19: Espécies de peixes encontradas nos rios Paraná, Paranapanema e Ivaí e comparadas lista de Noelli (1993)

Ordem	Família	Nome Científico	Nome comum	Denominação guarani
Characiformes	Characidae	<i>Astyanax fasciatus</i>		piqui
		<i>A. marionae</i>		piqui
		<i>A. schubarti</i>		piqui
		<i>A. bimaculatus</i>	Tambiu	piqui
		<i>Salminus maxillosus</i>	Dourado	piraiú
		<i>Leporinus elongatus</i>	Piapara	aracú
	Anostomidae	<i>L. obtusidens</i>	Piavuçu	aracú
				pira pytá
	Curimatidae	<i>C. nagelii</i>	Saguiru	quirymbatá
	Prochilodontidae	<i>Prochilodus lineatus</i>	curimba	kyrymbatá

	Erythrinidae	<i>Hoplias malabaricus</i>	Traíra	tarey
Gymnotiformes	Gymnotidae	<i>Gymnotus carapo</i> <i>E. virescens</i>	Tuvira	pirambói pira kysé mandi'í
Siluriformes	Pimelodidae	<i>Pimelodus maculatus</i>		
	Callichthyidae	<i>Callichthys callichthys</i>		tamboatá
Perciformes	Cichlidae	<i>Crenicichla lepidota</i>		ñacundá

Os dados coletados apontam para a identificação de várias espécies de peixes conhecidas e exploradas por grupos falantes da língua guarani, sendo um importante elemento para a dieta dos habitantes das margens dos rios da bacia do Paraná. Ao comparar a lista de espécies conhecidas por esses grupos, organizada por Noelli (1993), e as espécies identificadas nos rios Paraná, Paranapanema e Ivaí, foi possível encontrar 15 espécies conhecidas. No entanto, esse número pode ser ampliado já que os levantamentos realizados nesses rios por pesquisadores do NUPÉLIA identificaram um total de 90 espécies.

O conjunto de informações a respeito dos conhecimentos sobre as espécies conhecidas pelos grupos falantes da língua guarani serve de parâmetro para indicar o grau de conhecimento do ambiente a sua volta. No caso dos grupos que ocuparam os sítios arqueológicos vinculados a tradição Tupiguarani o mesmo grau de conhecimento pode ser sugerido. Ao comparar as datas arqueológicas dos sítios distribuídos na região (tabela 7) observa-se um intervalo de ocupação de mais de mil anos. Um período de ocupação que possibilitou certamente um controle e um acúmulo de conhecimento e um manejo de todo um complexo de recursos à disposição.

Esse conhecimento pode ser observado também pelo abrangente conhecimento que as populações indígenas tinham sobre a Flora e a Fauna terrestre da região noroeste do Paraná. Tendo como principal fonte os registros históricos do século XVI, XVII e XVIII, foi possível visualizar, através de uma análise comparativa, as espécies conhecidas pelos ocupantes da região.

Como é provável que os conhecimentos adquiridos fossem compartilhados por diversos grupos, as fontes utilizadas apenas servem para indicar um abrangente conhecimento que foi construído ao longo de muitos anos. Ao estabelecer uma

comparação com a lista elaborada por Noelli (1993) e os levantamentos realizados pela Universidade Estadual de Maringá foi possível obter os seguintes resultados conforme tabela abaixo.

Tabela 20: Comparação do número de espécies da fauna encontradas na região noroeste do Paraná com a lista de Noelli (1993)

Espécies	Espécies existentes na lista de Noelli e região Noroeste do Paraná	Espécies da região noroeste do Paraná
Mamíferos	22	26
Aves	167	341
Répteis	10	53
Total	199	420

A comparação permite visualizar que quase 50% das espécies encontradas na região estão presentes na lista elaborada por Noelli (1993). A grande contribuição dessa informação é justamente o conhecimento compartilhado por populações que viveram em espaços diferenciados. O trabalho de Noelli está centrado na região do delta do rio Jacuí, localizada no Rio Grande do Sul. Isso sem dúvida é um indicativo de que as informações poderiam ser compartilhadas por diferentes grupos ao longo de um extenso território. Contudo, é necessário destacar que a lista de Noelli apresenta uma gama de espécies conhecidas na língua guarani, porém específicas da região do delta do rio Jacuí. Logo a existência de conhecimentos semelhantes soma-se a informações regionais específicos de cada região. No entanto as estratégias específicas para cada região não excluem, de acordo com os dados apresentados, a possibilidade de compartilhamento dos conhecimentos do ambiente pelos grupos humanos.

Os dados referentes à flora englobam também uma gama significativa de recursos manipulados, o que indica o manejo de um conjunto bastante variado de espécies vegetais para os mais devidos fins: medicinais, alimentícios etc. A disponibilidade de informações a esse respeito, no caso dos falantes da língua guarani é bastante significativa. Ao comparar as informações históricas com os levantamentos botânicos realizados na região foi possível obter os seguintes dados de acordo com a tabela a seguir.

Tabela 21: Função das espécies de acordo com os registros em língua guarani

Espécies utilizadas	Total
Alimento	34
Matéria prima	81
Medicinal	147
Alimento/Matéria prima	9
Alimento/Medicinal	17
Alimento/Matéria prima/Medicinal	9
Matéria prima/medicinal	38
Total	335

O total de 334 espécies registradas em língua guarani demonstra um enorme conhecimento para o manejo desses recursos. A divisão de acordo com os usos expõe uma dinâmica de utilização que não fica restrita à alimentação. É claro que isso indica um processo de exploração do ambiente, com uma complexa estrutura material que infelizmente não pode ser observada através dos registros arqueológicos, ao menos no atual estado de arte da arqueologia no Paraná.

Como demonstrou Noelli (1993) existia toda uma série de tecnologias, desde a construção de habitações, armadilhas e recursos para fins terapêuticos. Isto pode ser demonstrado quando se compara o número de espécies conhecidas e utilizadas pelos grupos falantes da língua guarani e o total de espécies encontradas na região noroeste do Paraná conforme tabela abaixo.

Tabela 22: Espécies conhecidas ou utilizadas pelos grupos falantes da língua guarani na região noroeste do Paraná

Características	Total
Espécies conhecidas	426
Espécies utilizadas	348
Total do levantamento Botânico	541

Para exemplificar a ligação dos conhecimentos e a utilização das espécies encontradas na região, basta citar as características de uma das unidades da Floresta Estacional Semidecidual. Uma de suas unidades, a Floresta Estacional Semidecidual Aluvial, possui três agrupamentos com características bastante particulares. Entre elas está a presença marcante de touceiras de *Bambusa* (taquaruçu, taboca). Ao consultar a lista de Noelli é possível visualizar a utilização dessa espécie como fonte de matéria-prima para diversos fins. Ainda é possível demonstrar a utilização de espécies encontradas nessas unidades para a construção de habitações como a *Ruprechtia laxiflora*, para a construção de canoas com a utilização da *Ficus sp.* e a *Casearia sylvestris* e *Aspidosperma australis*, para a elaboração de armadilhas. Assim como as espécies *Chrysophyllum gonacardum* e *Chrysophyllum marginatum* preferidas para serem utilizadas como lenha.

A análise dos componentes físicos da paisagem, não fecha a equação para a compreensão da ocupação do espaço, por parte dos grupos portadores da tradição Tupiguarani na região noroeste do Paraná.

Longe de estabelecer um determinismo ambiental, os estudos arqueológicos estão quase sempre presos a uma interpretação puramente material. Fruto da arqueologia processual, os estudos sobre padrões de assentamento e, posteriormente sobre, os sistemas de assentamento buscaram disponibilizar um quadro de recursos explorados pelas populações do passado.

O desafio atual é ir além dos aspectos puramente materiais, isto é, da sua função primária. Entretanto não se pode ignorá-los ou relegá-los a uma escala de menor importância. Neste sentido as interpretações devem buscar uma ampliação de sua análise. Cabe então ao pesquisador adotar medidas que visem adotar um “olhar” arqueológico e antropológico. A combinação desses olhares sem dúvida vai permitir chegar a horizontes mais precisos na interpretação dos dados.

3

Os aspectos da organização social e do simbólico na interpretação dos sítios arqueológicos na região noroeste do Paraná

Demonstrar todas as características referentes à ocupação do espaço envolve uma série de variáveis bastante complexas, que não integra somente os aspectos puramente materiais ou econômicos. No âmbito da arqueologia surgiu, ao longo dos últimos anos, um conjunto de aportes teóricos-metodológicos com o intuito de ampliar as interpretações sobre o processo de ocupação da paisagem. Contudo, é interessante destacar que a construção desse novo conhecimento desenvolveu-se de forma gradual e a partir do surgimento de novos modelos interpretativos que procuraram, pois, novos olhares sobre as decisões e interações que os grupos humanos tinham com o ambiente.

Essa nova conjuntura relacionada as diferentes possibilidades de análise, pode também ser observada por meio da contribuição da geografia e da antropologia. Para não expor um quadro complexo sobre essa discussão, apenas algumas contribuições serão apresentadas neste trabalho. A primeira delas envolve a chamada “Geografia Humanística”, fundamentada na seguinte idéia:

“A Geografia Humanística procura um entendimento do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico, bem como dos seus sentimentos e idéias a respeito do espaço e do lugar” (Yi-Fu Tuan, 1998:143).

Ao destacar o comportamento geográfico, essa corrente permite visualizar um processo de ocupação a partir dos sentimentos que os indivíduos possuem do ambiente em que vivem. Neste aspecto, a construção dos chamados “mapas mentais” torna-se fundamental para o entendimento do processo de ocupação humana em uma dada região. Conseqüentemente, é importante ressaltar a relação que os indivíduos constroem sobre as noções de espaço e lugar. Talvez o elemento central esteja ligado ao modo de vida, ao

olhar e à experiência que as pessoas possuem no interior do seu grupo social. Para isso é fundamental perceber a dimensão afetiva que os grupos humanos possuem pelo local ocupado.

Isso é significativo quando se estabelece uma relação com a própria paisagem. Ao analisar os estes elementos presentes na Geografia Humanística, fica claro que essas noções não podem ser observadas e estudadas apenas pelo seu aspecto físico. As percepções, os significados e as formas como os grupos humanos organizam um ambiente vão além das suas necessidades puramente materiais.

Inserir-se nesse processo a visão de mundo dos indivíduos, de como eles percebem e se relacionam. Neste sentido, a antropologia, por meio de suas análises, contribui para visualizar de maneira mais detalhada esse tipo de relação com o meio ambiente. Ao perceber que os grupos humanos não agem a partir de uma única lógica material, que visa puramente a subsistência, os estudos antropológicos permitem observar características que não estão presentes na maioria das análises arqueológicas.

Pedro Paulo A. Funari, ao discutir alguns aspectos centrais da arqueologia demonstra a seguinte relação ao envolver os artefatos estudados:

“Como pode o arqueólogo escavar, não coisas, mas pessoas [...]? Para compreender como isso é possível, é necessário entender que o objeto de estudo do arqueólogo, enquanto matéria assimilada às necessidades humanas, graças a uma mudança de forma, é sempre indicativo das relações sociais nas quais foi produzido e apropriado. São indicativos no sentido de indicadores e indutores de relações sociais [...]” (Funari, 2003: 33).

É possível aplicar essa idéia não somente com relação aos artefatos, mas também com relação à própria paisagem. A maneira como o homem se apropria da natureza, da forma como ele utiliza o espaço, das construções que ele edifica, já é uma demonstração dos elementos indicadores e indutores das relações sociais. O pesquisador da cultura material deve ter como princípio que os artefatos têm como elemento central suas diferentes funções. É o que Funari destaca como função primária e secundária:

“A possibilidade de interpretação desses indícios explica-se pelo fato de os artefatos serem produto do trabalho humano e, portanto, apresentarem necessariamente duas facetas: terem uma função primária (uma utilidade prática) e funções secundárias (simbólicas)” (Funari, 2003:33).

Ao procurar analisar os sistemas de assentamento e aplicar uma divisão, entre os componentes físicos da paisagem e a relação dos aspectos sociais e simbólicos, é na verdade uma tentativa de analisar as diferentes possibilidades do processo de ocupação da paisagem.

No caso específico do estudo das paisagens, a contribuição da arqueologia cognitiva se materializa através da percepção que os grupos humanos têm a respeito do mundo que os rodeia. Essa percepção vai influenciar diretamente a construção dos mapas mentais, na forma como o indivíduo visualiza o espaço e de como ele se relaciona com esse mesmo espaço.

Aqui cabe salientar, novamente, a questão das diferentes lógicas que articulam as relações não somente entre os seres humanos, mas também entre os homens e a natureza. A arqueologia processual sofreu críticas neste sentido ao estabelecer uma análise que refletia uma lógica puramente ecológica. Não se apresentou uma percepção de que as sociedades humanas criavam diferentes formas para o estabelecimento dessa relação.

Há, portanto uma junção entre elos que não podem ser desvinculados. Afinal, são partes de um mesmo sistema. Conforme as palavras de Colin Renfrew e Paul Bahn:

“Por lo general, hoy en día se concuerda en que lo que distingue más claramente a la especie humana de las restantes formas de vida es nuestra capacidad para utilizar símbolos. Todo pensamiento inteligente y, por lo tanto, todo discurso coherente, se basa en símbolos, pues no en vano las propias palabras lo son, y en ellas el sonido o las letras escritas significan y, de este modo, representan (o simbolizan) un aspecto del mundo real” (Renfrew e Bahn, 1993:356).

Como destaca os autores, a própria escrita é um indicativo importante da produção humana para representar os elementos de origem física e abstrata. Além da escrita, a própria língua é um elemento importante na construção e divulgação de determinados símbolos. Esta transmissão de conhecimentos pode construir, mediante as tradições culturais de cada grupo, um olhar específico sobre a maneira como se observa e se relaciona com o ambiente ocupado. Assim a natureza e suas características físicas poderão assumir diversas formas e significados.

Isto vai de encontro à própria reintegração dos vestígios arqueológicos na sociedade contemporânea. Como destaca Funari:

“Os vestígios arqueológicos, a partir do momento em que são reintegrados num contexto cultural em funcionamento como o nosso, tornam-se novamente mediadores. [...] Em geral, contudo, é o arqueólogo quem reintroduz artefatos de culturas extintas numa sociedade viva. Boa parte dos objetos, na medida em que não possui valor material ou científico, segundo os padrões sociais vigentes no momento de sua recuperação, é novamente desativada, e tratada como lixo. Mas aqueles objetos reintegrados pelo arqueólogo passam a possuir novas funções e a exercer mediações no interior das relações sociais em que foram inseridos. Esses artefatos podem adquirir funções ideológicas, tanto no sentido de fazer com que as pessoas endossem as idéias dominantes, como que as critiquem” (Funari, 2003:34).

Portanto, a perspectiva de análise dos sistemas de assentamento dos sítios arqueológicos da região noroeste do Paraná deve ser feita por meio de uma reflexão sobre os aspectos sociais e simbólicos dos grupos humanos. Conseqüentemente deve-se levar em conta dois pressupostos. Primeiro, diferentes grupos humanos se relacionam de maneira diferenciada com o espaço ocupado, indo muito além dos aspectos ligados necessariamente à subsistência. Sendo assim, a busca pela interpretação da paisagem deve ao menos sugerir que essas características sejam concretas, para não induzir a uma análise puramente materialista dos vestígios e da paisagem. Segundo, de que o próprio pesquisador direciona um olhar específico para o seu objeto de pesquisa. A complexidade das sociedades humanas no âmbito de suas relações, jamais vai permitir que a pesquisa chegue a uma totalidade, ainda que seja desejo do pesquisador responder ao número máximo de questões.

3.1. Da continuidade material a continuidade histórica: suporte para utilização dos documentos históricos?

A vinculação da existência de uma continuidade histórica dos grupos humanos que produziram a cerâmica Tupiguarani é bastante significativa na arqueologia brasileira. Sua vinculação de certa forma permitiu e endossou a utilização das fontes históricas, desde o século XVI, para atribuir características sociais aos vestígios dessa tradição tecnológica ceramista.

As discussões apontadas nos capítulos anteriores revelaram um debate cujo resultado parece descartar a homogeneidade étnica dos grupos falantes da língua guarani ao longo do tempo. Contudo, a utilização dos dados históricos não deve ser totalmente

ignorada, já que pode fornecer informações importantes sobre as populações que entraram em contato com os europeus a partir do século XVI.

Por meio das fontes históricas é possível lançar a hipótese da existência de um conjunto complexo de informações a respeito dos recursos utilizados, os quais provavelmente não se desenvolveu em um curto intervalo de tempo e que possivelmente foi compartilhado por diversos grupos.

Deve-se levar em conta que as culturas são dinâmicas e se transformam ao longo do tempo e que, portanto, seus aspectos podem assumir diferentes significados. Soares (2003) argumenta que a construção do “Frankstein guarani” teve como base alguns elementos significativos marcados pela continuidade material e pela forma de utilização dos dados históricos disponíveis. Como ele mesmo afirma:

“Em nome de uma longa duração braudeliana, estimulou-se a realização de analogias históricas, devidamente alicerçadas no parentesco lingüístico e em parte da cultura material” (Soares, 2003:35).

Parentesco lingüístico e cultura material formaram as bases para um linha interpretativa muito significativa a respeito dos “Guarani”. Ainda que exista um parentesco lingüístico para períodos conhecidos historicamente, o mesmo não pode ser considerado em relação à própria cultura material.

Essa constatação fica mais evidente pelos próprios dados etno-históricos, ao constatarem diferentes parcialidades e que foram totalmente ignoradas em relação à pesquisa arqueológica. Em suas próprias palavras:

“Os dados etno-históricos, por exemplo, remetem a grupos diferentes, a locais diferentes e a tempos diferentes. Em termos de pesquisa arqueológica, essas diferenças foram eliminadas em nome do parentesco lingüístico e da semelhança da cerâmica, que era o indicador culturas para os guaranis. No entanto, uma grande confusão estava armada” (Soares, 2003:35).

Contudo, a manipulação dos dados etno-históricos exige cautela. Os diversos relatos estão inseridos numa lógica colonial, envolvendo diferentes tipos de interesse: “Na visão européia, a identificação de lideranças aos moldes ibéricos refletia a própria conduta com os parceiros europeus, de alianças e guerras de conquista. A América era só

uma extensão da política ibérica, sem preocupação com a diferença cultura” (Soares, 2003:39). Como proposta com relação à documentação o autor sugere:

“Assim propomos que as analogias etno-históricas sejam conduzidas de modo a envolver sítios próximos ou dentro do período histórico (séc. XIV a XVII), ressaltando o caso da região de pesquisa possuir informações históricas e considerando as transformações advindas do contato com os europeus. Ainda devemos ter em conta que o guarani etno-histórico não representa o guarani pré-contato, por que as epidemias, as endemias e as guerras de extermínio envolveram os índios, muitas vezes, antes do contato direto com os europeus, como provam os vazios demográficos registrados em alguns pontos. Devemos ter em conta assim, que as descrições, além de todas as críticas, podem adulterar os relatos em relação ao período anterior” (Soares, 2003:42).

Sendo assim, a continuidade da cultura material e a continuidade lingüística não podem ser atributos para a confirmação de continuidade étnica. Por outro lado, é visível uma ligação entre os grupos pré-contato e pós-contato, através da utilização de uma tecnologia similar. Neste aspecto, as fontes históricas podem contribuir na construção de hipóteses sobre determinados processos de ocupação do ambiente.

Para buscar os elementos da organização social e simbólica, será necessário estabelecer delimitações bastante específicas, tanto na escala temporal como espacial. De certa forma os sítios arqueológicos pré-coloniais podem apontar uma série de dados sobre esses elementos, como o tempo de um assentamento, sua extensão, tipo de material depositado e distribuição espacial. Porém, apenas é possível indicar algumas características “visíveis” dessa organização.

A fim de exemplificar esse universo de questões, será apresentado um panorama que indica algumas informações para analisar os aspectos sobre os elementos de ordem social e simbólica dos grupos de língua guarani, a partir da análise de informações históricas e antropológicas. Mas é necessário esclarecer, entretanto, que o recorte temporal e espacial das informações apresentadas não pode ser automaticamente vinculado aos sítios arqueológicos pesquisados na região noroeste do Paraná.

O grande acúmulo de informações advindas dos trabalhos relacionados aos grupos indígenas de língua guarani possibilitou a elaboração de um conjunto significativo de dados a respeito das características de sua organização social. Esse acúmulo está

representado por um conjunto de fontes históricas com características bastante diferenciadas.

Como ressaltou Soares (2003), para formular hipóteses sobre a organização social dos grupos falantes da língua guarani, é necessário ter em mente que as culturas humanas são dinâmicas no tempo e no espaço. Para discutir os aspectos da organização social, é importante possuir um conjunto de fontes que estejam delimitadas por um recorte cronológico e espacial, além de considerar todas as características do processo posterior ao contato.

O trabalho de Soares (1996) foi uma tentativa para, com base nos dados históricos disponíveis, estabelecer um quadro da organização sócio-política dos “Guaranis pré e pós-contato”. Deve-se ressaltar que suas convicções, naquele momento, apontavam para uma continuidade étnica Guarani. Dessa forma, as informações, principalmente dos grupos que mantiveram contato com os padres jesuítas no século XVI e XVII, serviram de suporte para estruturar uma interpretação dos dados arqueológicos da chamada tradição Tupiguarani.

Um apoio fundamental para confirmar sua proposta foi a utilização do dicionário escrito pelo padre jesuíta Antonio Ruiz de Montoya, entre 1612 e 1617, a partir do contato com populações indígenas de língua guarani na região do Guairá. Sabe-se que os padres da Companhia de Jesus estabeleceram ao longo dessa região um conjunto de 14 reduções, conforme a informação abaixo:

“[...] fundaram junto com os índios 14 Reduções nos vales dos rios Paraná, Iguaçu, Piquiri, Ivaí, Paranapanema e Tibagi. Instaladas no vale do Paranapanema estavam as Reduções de Nossa Senhora do Loreto e Santo Ignácio. No vale do rio Tibagi se localizavam São José, São Francisco Xavier, Encarnación e São Miguel. Nas margens do rio Ivaí ficavam Jesus Maria, Santo Antônio e São Paulo; no rio Corumbataí foram instaladas São Tomás e a dos Sete Arcanjos. Nas cabeceiras do rio Piquiri implantaram São Pedro e Conceição; no médio Piquiri, Nossa Senhora de Copacabana [...]” (Mota, 2000:34).

A abrangência da obra missionária na região das Reduções Jesuíticas permitiu um acúmulo de informações sobre uma série de características dos grupos que estavam sob sua proteção. Sendo assim, é inegável a contribuição da obra de Montoya para visualizar aspectos da organização social desses grupos, mas os limites para sua utilização

começam a ser repensados para uma interpretação mais abrangente e única a respeito dos grupos de língua guarani.

As discussões sobre identidades étnicas e etnicidades apontam uma postura necessária para perceber os diferentes grupos étnicos, principalmente no que se refere ao processo de identificação por parte dos membros de um determinado grupo.

Como então atribuir uma coesão étnica dos grupos humanos que habitavam a região do Guaira, a partir da observação indireta de um número de pessoas que carregam toda uma bagagem de significados e concepções do velho continente?

As próprias fontes históricas já dão indícios dessa heterogeneidade entre os grupos, mas é necessário frisar que essas características heterogêneas não servem para apontar quais seriam os grupos étnicos existentes no Guairá para períodos pré-contato.

A obra dos jesuítas não é a única fonte de informação para demonstrar esse aspecto diferenciado, que poderia envolver diversos grupos que habitavam a região das bacias do rio Paraná e Paraguai. Os relatos proporcionados por diversos viajantes são significativos a respeito das múltiplas formas de identificação dos grupos indígenas. Nos relatos dos diversos viajantes é significativa a presença de nomes, muitas vezes vinculada a uma liderança ou a uma localidade.

De acordo com Mota (2000), as primeiras expedições estavam relacionadas ao processo de reconhecimento dos territórios pertencentes a Portugal e Espanha. As primeiras informações dão conta da viagem de Aleixo Garcia por volta de 1522. Sua expedição durou 3 anos, tendo início no litoral de Santa Catarina, passando pelo interior do Paraná, Paraguai e Bolívia, até chegar ao Império Inca. A principal informação da conta da presença de uns 2.000 indígenas “Guarani” pelo interior do território paranaense, embora esse número não deva ser visto como uma demografia precisa para a região.

Outra expedição foi realizada por Pero Lobo, em 1531, que teve como ponto de partida Cananéia, acompanhado por índios estabelecidos no litoral. No entanto, uma das viagens mais significativas foi a de Alvar Núñez Cabeza de Vaca, em 1541. Ao partir do litoral de Santa Catarina, seu objetivo era tomar posse e comandar a província do Paraguai, a partir de Assunção, em nome do rei da Espanha.

A trajetória de sua viagem revela uma série de dados interessantes sobre a ocupação e a distribuição das populações indígenas que ocupavam o atual território do Paraná, conforme expõe Mota:

“Durante a expedição foi acompanhado por centenas de índios [...] a cada novo território que ingressava a expedição dispensava os acompanhantes do território anterior e, mediante pagamentos em espécie [...] integrava contingentes das terras que iam adentrando. [...]. O relato de Cabeza de Vaca é importante na medida em que descreve, ao longo de sua expedição, o contato e a entrada em territórios pertencentes a diferentes grupos Guaraní. Foi o primeiro documento a informar que quase todo o interior do Paraná estava habitado e, ao mesmo tempo, mostrar que havia uma divisão política entre esses diversos grupos de mesma matriz cultural, organizados politicamente em cacicados” (Mota, 2000:30).

Outras expedições marcam esse período, como a de Domingos Martínez de Irala, 1544, para apresar índios para as encomiendas e fundar a cidade de Ontiveros, junto ao rio Paraná. Em 1553, Ruy Dias Melgarejo conduziu a fundação de Ciudad Real, localizada na foz do rio Piquiri, e da segunda fundação de Villa Rica Del Spiritu Santo, junto a foz do Rio Corumbataí.

É importante salientar as características dos diferentes grupos que mantiveram contato com Cabeza de Vaca. Tudo indica que havia semelhanças entre os grupos, principalmente no que se refere à língua, alianças e ao controle de um extenso território. Entretanto, novos aspectos devem ser pensados sobre a denominação dos grupos, presentes na documentação advinda das expedições ao território paranaense, a partir do século XVI. Se a autodenominação é um importante elemento para a identificação dos grupos étnicos, como confiar em registros históricos carregados de significados? Não é novidade que muitos das denominações tinham origem pejorativa, dada por outros grupos inimigos, e que acabavam sendo incorporadas pelos viajantes europeus.

As semelhanças com relação à língua, à própria cultura material e à organização social deveriam ser elementos complicadores para homens que, carregados de concepções eurocêntricas, atribuíam aos grupos contatados uma homogeneidade cultural.

A heterogeneidade de denominações na documentação é bastante farta para períodos muito além do século XVI. Alguns exemplos bastante significativos podem realçar essa discussão:

“Informa a V. Magestade o governador de Buenos Aires sobre uma novidade e agravo que se intenta fazer aos índios tuaramas do Paraná e Uruguai e Itatins querendo lhes tirar seus cacicados e dos inconvenientes que desta se podem seguir (...) seria causa de grande desconsolo a dita nação e aos ditos caciques” (Carta do governador de Buenos Aires D. Pedro Baigorri, para o Rei de Espanha, 15-03-1659. In: MCA II, pg.273)” (Soares, 1996:103).

“Todos estes Itatines reconhecem a um cacique que se chama Ñanduabuçu como o principal de todos, o qual diz que todos os índios Guarani que existem desde a cidade de Assunção para cá são todos seus vassallos e ainda os índios que estão adiante da dita cidade que corre cerca de cento e cinquenta léguas. (Ânua do padre Diogo Ferrer para o provincial sobre a geografia e etnografia dos indigenas do Itatim. 21/08/1633, in: MCA II, pg.31)” (Soares, 1996:105).

Os relatos apresentados apontam denominações ligadas a uma abrangência principalmente espacial. Por outro lado, a denominação Tuaramas, no Paraná, poderia indicar um tipo de organização particular. Outro relato reforça esses aspectos:

“[...] começa a estender-se a segunda província que chamamos do Guairá, e tomou este nome do cacique que antigamente a tinha em possessão. (Carta Ânua do padre Nicolau Duran sobre as reduções do Guairá. Córdoba, 12/11/ 1628. In MCA I, pg.203)” (Soares, 1996: 106).

Esse relato, em particular, parece ser muito contundente para reforçar aspectos relacionados a grupos que poderiam receber uma determinada denominação a partir do nome de seus antigos líderes.

Nesse conjunto de depoimentos é possível visualizar a preocupação com a manipulação dos dados ao envolver todo o processo de conquista que, de uma forma ou de outra, interferiu na maneira como estes grupos eram observados e representados. No depoimento abaixo é possível observar também os indícios dessa representação:

“[...] todos estes Itatins são de bom natural, e não diferem dos demais Guarani, senão que tem mais tino e malícia de quantos Guarani temos visto até agora, e também na língua tem alguma diferença dos demais Guarani ainda que pouca, aproximando-se à língua Tupi. (Ânua do padre Diogo Ferrer para o provincial sobre a geografia e etnografia dos indigenas do Itatim. 21/08/1633. In: MCA II, pg.30)” (Soares, 1996:111).

As referências de possíveis diferenças são notadas pelo jesuíta no que compete à língua. É interessante notar a aparente contradição ao confrontar a idéia de um grupo homogêneo “Guarani” ao mesmo tempo em que destaca diferenciações na língua.

Soares (1996) defendeu a idéia de que essas diferenças deveriam estar relacionadas às parcialidades dos grupos lingüisticamente guarani. Embora, essas diferenciações poderiam ser indícios de diferenças mais complexas que não foram notadas ou foram omitidas pelos europeus.

Os exemplos contidos na documentação da época apenas reforçam a complexidade da análise, para se chegar à organização social dos grupos indígenas em diferentes períodos históricos. Deve-se levar em conta que as informações sobre a representação e organização dos grupos na maioria das vezes está difusa e incompleta. Apesar dessas limitações e preocupações, a documentação pode trazer aspectos significativos da organização social dos grupos indígenas que viveram na região do Guairá, no interior de um recorte bastante específico.

A obra de Soares parece ser um bom exemplo para apontar as contribuições e cautelas necessárias. Todavia, não cabe aqui realizar ou não uma defesa, das propostas discutidas com relação à interpretação dos dados coletados por Soares sobre a organização social, mas apenas indicar os dados disponíveis para o aprofundamento de futuras pesquisas.

Como destacado anteriormente, o dicionário de Montoya é um importante instrumento para visualizar e identificar possíveis informações a respeito da organização social dos grupos indígenas de língua guarani que viviam na região do Guairá durante o século XVII. Das diversas informações presentes no dicionário de Montoya é possível, por exemplo, observar as relações de parentesco. Há uma série de verbetes relacionados ao reconhecimento de parentes paternos e maternos. Entre eles é possível citar os seguintes:

“[...] *cherúyao caguê ndé* - ‘tu és meu parente próximo por parte de meu pai’ (T:183). Há verbetes para heranças materiais: *cherub omanobae rama ogui rapa ome chebe* - ‘meu pai, que havia de morrer, me deu seu arco’, *cherumbacue yâramo aicó* - ‘herdei de meu pai’(T:336)” (Soares, 1996:59).

A hipótese defendida por Soares é a de uma linearidade indiferenciada e sincrônica, uma vez que seria possível reconhecer os parentes paternos e maternos para certos grupos. Outros dados a respeito da filiação dos parentes maternos e paternos são demonstrados conforme os verbetes abaixo:

“*Che tuti* = meu tio (irmão da mãe) (T:210), *che rubi* = meu tio (irmão do pai) (T:400), *che yayché* = minha tia (irmã do pai) (T:209) e *che çii* = minha tia (irmã da mãe) (T:116). Esta terminologia vale para emissor homem ou mulher (Homem ou Mulher Falando, HF e MF)” (Soares, 1996:59).

Aspectos relacionados à linhagem também são destacados na busca por informações mais detalhadas a respeito do parentesco. Os verbetes foram analisados da seguinte forma por Soares:

“Outra leitura possível da linearidade é a procura de termos que representem o que Susnik (1979/80; 1983) e Melià, Grünberg e Grünberg (1976) tratam por “linaje”. O termo pode ser traduzido por linhagem, mas implica, antropológicamente falando, a existência de um ancestral comum ou, se fosse um clã, um ancestral mítico comum. Susnik (1979/80:18-19) afirma que uma das características do *ñande reko*, modo de ser Guarani, é a existência de um ancestral mítico comum às linhagens. Isto reforçaria a idéia de um sobrenome, ou ‘apelido’ destas linhagens, como visto acima, implicando um sistema ou patri ou matrilinear, uma vez que alguns ancestrais, e não todos, são os antepassados míticos. Entre os Guarani, é mais apropriado falar em *kindred*, ou seja, um grupo de parentes ligados por laços sangüíneos ou de afinidade em torno de uma pessoa de prestígio. Neste caso, todos os ancestrais são importantes como fundadores de casas. No Bocabulário de Montoya (1876), temos *chereiü*, *cheñemoñangába* - ‘família, linhagem’ 143 (B:02) e *teiü*, *ñemoñangába* - ‘casta, linhagem’ (B:240). No Tesoro temos *ñemoñangába* - ‘geração, casta’ 145 (T:230)” (Soares, 1996:60).

Os exemplos apresentados com relação aos aspectos da organização social dos grupos de língua guarani são apenas parte de um acervo mais amplo, que envolve outras relações de parentesco como localidade dos cônjuges, relações entre os afins e não afins e regras de casamento. No entanto, sem haver etnografias específicas para cada grupo étnico, um modelo interpretativo sobre o assunto da tese dos cacicados Guarani, fica prejudicado pela ausência de dados etnográficos consistentes.

Além disso, Soares apresenta uma discussão sobre três elementos muito importantes relacionados ao processo de ocupação da paisagem: os conceitos de te’yi, tekoha e guara. A sua utilização não pode deixar de ignorar todo o processo de entendimento construído não só pelos conquistadores, mas também por arqueólogos, historiadores e antropólogos.

É possível identificar que um olhar específico pode revelar diferentes interpretações no tempo e no espaço. Isto significa que a dinâmica cultural não passa

somente pelos grupos humanos que constroem determinados conceitos, mas também por aqueles que os interpretam.

Ainda que as denominações sejam semelhantes, a grande questão é justamente perceber, que a idéia de continuidade é bastante complexa, para se obter uma resposta objetiva para todo um período histórico, seja ele pré ou pós-contato.

De acordo com diversas interpretações, os conceitos *te'yi*, *tekoha* e *guara* simbolizam aspectos importantes para a sociedade “Guarani”. Mas é exatamente nesta relação de ordem, que o impacto do contato pode ter direcionado um olhar restrito sobre determinadas situações.

Neste sentido os verbetes de Montoya são interessantes para apontar o uso de conceitos para explicar uma determinada realidade bastante diferenciada. Como demonstra Soares:

“Embora os dicionários de Montoya não realizem a associação direta entre prestígio-hierarquia social, como discriminado abaixo, percebem-se diversas instâncias de poder e vassalagem no que se refere aos termos adotados. A relação vassalagem-prestígio é perceptível através dos verbetes *che aruçu chebóya rehê* - ‘tenho muitos vassallos’(T:4), em contraposição à *oñembo tigue cheboya chehegui* - ‘todos meus vassallos acabaram’ (T:391) ou *ndache apocuêri* - ‘não fiquei com nenhum vassallo’(T:63). Também se pode pensar que o contexto do dicionário permite duas interpretações para a ausência de vassallos: perda de prestígio ou *encomienda*. A ‘vassalagem’ deve ser vista como reconhecimento de chefia organizada, usada na América, ao contrário da original empregada na Europa Medieval. Talvez outra tradução de Montoya seja mais esclarecedora para esta instituição: *gueïmochere* - ‘por ser seu caudilho me obedecem’, *oibamo cherereco* - ‘têm-me por seu caudilho’(T:165)” (Soares, 1996:101).

O termo vassalagem ligado à liderança é um indicativo importante para perceber a utilização de um símbolo para explicar uma realidade que estava diante dos olhos do europeu. No entanto o elo comum entre duas realidades, que se aproximaram pela utilização de um conceito específico (vassalagem), não pode ignorar as concepções do observador, seja ele um jesuíta ou um “homem da ciência”. Para visualizar esse aspecto é importante recorrer as seguintes informações:

“Os limites físicos destes *teko'ás* e *guarás* são determinados por limites geográficos naturais, como serras, rios e campos (Melià, 1987; Chase-

Sardi, 1989) visíveis através da documentação histórica: ‘...era uma parcialidade de gente que estava na outra parte do Taquari até o mar em umas serras muito férteis e abundantes de comida que é como outra Província distinta da Serra, que chamam Caágua’. (Relação do ocorrido nas Reduções da Serra, especialmente de Jesus Maria, depois da morte do Padre Cristóvão de Mendoza. S.D. In MCA IV, pg.265)” (Soares, 1996:121).

“Como dito acima, o termo guará é traduzido por Montoya como ‘pátria, país, região’ (T:129). Também é uma identidade regional relativa à totalidade Guarani, como encontra-se no Tesoro: ‘Patria. põe o nome do rio de que bebem, ou de que tomam a denominação’: *paragùaiçùara*, os que são do rio Paraguay. *Paraná igùara*, os do Paraná. *Paramboi pirigùà*, os do outro lado do mar (T:129). O sentido de origem ou proveniência permanece na atualidade entre os Guarani, como atestam os verbetes da *Enciclopédia...* de Carlos Gatti (1985): *Teta*. ‘País, Patria, Lugar do nacimiento’ (pg.287)” (Soares, 1996:121).

A primeira informação substancial está relacionada aos próprios limites físicos impostos para classificar o território ocupado pelos grupos de língua guarani. A própria idéia de limites estabelecidos já é um indicativo importante para pensar na utilização de referenciais próprios para compreender uma determinada realidade. Isto remete necessariamente ao próprio significado que os grupos indígenas poderiam ter no que se refere ao espaço e não necessariamente, à própria maneira como o observador analisou a realidade a sua volta.

A própria dimensão dada por Montoya ao significado de guara expressa essa representação, afinal o seu referencial expõe a idéia de pátria e nação. A dimensão dada tanto pelo depoimento do jesuíta como por estudiosos como Melià, à expressão guara, revela sua dimensão física, ligada a limites naturais.

No interior desses limites, marcados por fronteiras fixas segundo autores como Meliá (1991) estaria também a unidade básica dos “Guarani”:

“A unidade básica desses agrupamentos, no caso Guarani, era definido com teko’á, o território onde instalavam a aldeia, as áreas de roça, pesca, caça e coleta, bem como, nas palavras de Melià (1991:645), continha a inter-relação entre espaços culturais, econômicos, sociais, religiosos e políticos. O teko’á era uma unidade autônoma em termos político-sociais, [...] composta pro famílias extensas reunidas em torno de liderança política e/ou religiosa, tanto por laços sanguíneos como políticos” (Noelli, 2003:63).

É possível concluir que a análise de Melià, Noelli e Soares, além de outros autores, aglutina os aspectos econômicos, políticos e sociais por meio da relação direta com a noção de território, para então atribuir um significado as noções de guara e tekoha.

Ao longo deste trabalho foi possível demonstrar uma série de dimensões do espaço ocupado, além das diferentes lógicas de ocupação. Essas considerações são importantes para perceber que o que está se questionando não são as variáveis de ocupação do espaço, mas as possíveis representações de uma determinada sociedade. Significa dizer que os marcos espaciais provavelmente existiram, mas o seu estabelecimento através dos conceitos de guara e tekoha são questionáveis para representar as relações humanas ao longo do tempo. Por isso é importante perceber a lógica da observação para traduzir determinados conceitos. É neste ponto, sobretudo, que se questiona a suposta autoridade etnográfica atribuída aos registros de Montoya.

Os contatos entre culturas diferentes e a tentativa de interpretação e representação desse Novo Mundo podem ter produzido marcos referenciais que não poderiam ser necessariamente os mesmos, ao menos no interior das sociedades indígenas. Soma-se a isto a própria forma com eram denominados os grupos e chega-se à conclusão de que para adicionar a uma interpretação, os aspectos da organização social, é necessário toda uma filtragem em nível de processo histórico, espacial e temporal.

A rigor isso não significa que os dados históricos e antropológicos não possam ser utilizados para a interpretação dos sítios arqueológicos. No entanto, essa filtragem é necessária para não correr o risco de apontar uma hipótese de interpretação que não leve em conta os problemas relacionados à utilização dos documentos.

As características dos registros arqueológicos distribuídos na região noroeste do Paraná, por exemplo, podem indicar possíveis relações, como a cultura material produzida, os vestígios de habitação, as formas de enterramento, o tamanho da área de concentração do material depositado no solo, etc. Mas a semelhança entre as sociedades descritas historicamente deve servir de referência para uma abordagem que utilize como princípio a analogia histórica ou etnográfica sistemática, mais geral e menos direta.

O princípio de visualizar questões através da observação indireta é a única relação possível para construir hipóteses de interpretação. Sem embargo o arqueólogo apenas

poderá sugerir possíveis relações sociais que se assemelham com o registro posterior ao contato. Essa sugestão nunca poderá ter a característica de estabelecer relações exatas entre dois períodos diferenciados, separados por séculos ou milênios. Seria uma espécie de “relação geral” que leva em conta possíveis semelhanças, mas que não atribui um caráter étnico homogêneo ao material encontrado nos sítios arqueológicos.

A forma das aldeias, a concentração de determinadas vasilhas os restos de fogueira no interior das habitações, podem apenas sugerir possíveis informações a respeito da organização social. Não há dúvidas de que os registros encontrados estavam incorporados a uma forma de organização social que pode até mesmo ser semelhante a dos grupos pós-contato.

Talvez um exemplo significativo a esse respeito esteja relacionado aos vestígios vinculados à habitação. Os verbetes de Montoya apontam a seguinte relação:

“As famílias nucleares tendem a comer em um mesmo prato ou panela, sentadas ao redor do *tata ipi* -fogo (T:357), dentro da casa comunal. O reconhecimento do número de famílias nucleares na família extensa é largamente visto na documentação no período de *encomienda*, *mbohapi tataipe amee* - ‘digo a três fogos, a três famílias’ (T:357)” (Soares, 1996: 120).

Os vestígios relacionados à tradição arqueológica Tupiguarani apresentam, em uma série de estudos publicados, características muito semelhantes com relação ao conjunto de fogueiras nas “dependências” dos restos de habitação. Por princípio esses vestígios são indícios de relações sociais. Para complementar também é possível vincular outras relações no que se refere a toda uma complexidade social, conforme as informações descritas abaixo:

“Antes haviam as índias prevenindo-se e levado mais de cento e cinquenta cabaças de um vinho que fazem de milho para presentear aos trabalhadores, e assim depois de levantado [o esteio], todos se juntaram e beberam a seu costume com grande festa e alegria” (Carta anual das missões do Paraná e do Uruguai, relativa aos anos de 1633, pelo padre Pedro Romero. São Nicolau, 16-v-1634. In: MCA III, pg.58)” (Soares, 1996:123).

“A perseguição da interpretação social destes eventos pode nos levar à interpretação de micro-estruturas arqueológicas de fogueiras residenciais, dentro e fora da casa, assim como acúmulos cerâmicos remanescentes de vasilhas inteiras quebradas sobre um mesmo local,

obtendo-se pelo tamanho da área de combustão (largura) e sua profundidade o tamanho do espaço tratado e do evento a que se refere. Pode-se estar em frente a uma fogueira *carúhape* - ‘o lugar onde se come’ (T:82) até uma aldeia central, como sede de um *teko’á*, onde os restos de alimentos e o número de vasilhas de grande tamanho apontarão para festividades freqüentes” (Soares, 1996:124).

Sem dúvida, a indicação de elementos relacionados a uma forma de relação social (festa) nas descrições é uma oportunidade para o arqueólogo visualizar aspectos da organização social dos grupos que habitaram um determinado local. De certa forma é importante demonstrar que essa visualização abre caminhos para entender o processo de interpretação dos sítios arqueológicos, sem no entanto atribuir a esse entendimento uma relação direta entre cultura arqueológica e grupos étnicos. No entanto, pensar nas representações de relações sociais encontradas na documentação histórica, e que permanecem sendo utilizadas até o presente momento, permite novas possibilidades de análise, para tentar apontar respostas para essa possível continuidade cultural.

Entre as várias expressões, talvez as mais significativas sejam as noções de *te’yi*, *tekoha* e *guara*. O questionamento a esse respeito se reveste por meio da interpretação dessas expressões e pela forma como elas chegaram até o momento atual. Se não é possível atribuir sua existência ao longo do tempo, de um grande grupo étnico “Guarani”, como então explicar a permanência dessas expressões ao longo dos últimos 300 anos? Ou então como explicar em termos antropológicos as relações que os grupos teriam para manter essa suposta permanência?

Fica claro, nessas discussões, que os conceitos para simbolizar uma determinada relação social, tanto para a sociedade que os criou quanto para aqueles que a observaram, podem modificar-se ao longo do tempo.

Para perceber essa complexidade é importante destacar novamente a essência das expressões utilizadas. Os significados atribuídos à noção de *tekoha* e *guara* podem ter se modificado, mas as expressões permanecem inseridas no conjunto da organização social dos grupos de língua guarani, seja através da documentação histórica, seja por meio da observação realizada por antropólogos e historiadores.

Ao verificar os estudos de diversos autores, como Melià, Susnik, e outros, é significativa a permanência dessas expressões entre os vários grupos analisados. A reunião de informações sobre o assunto pode ser sintetizada na seguinte expressão:

“A união sócio-política destas famílias extensas – *teýy* - formava o *teko'á* (Chase-Sardi, 1989; Noelli, 1993:249), Os *teko'ás* albergavam de 8 a 120 famílias extensas (Susnik, 1983:133). ‘O *teko'á* significa e produz ao mesmo tempo relações econômicas, relações sociais e organização política-religiosa essenciais para a vida Guarani’ (Melià, 1986:195)” (Soares, 1996:105).

À medida que aumenta o nível de especulações a esse respeito é importante expor as próprias impressões sobre o tema, em especial para contribuir para a análise das fontes históricas e inseri-las na interpretação da ocupação da paisagem.

Talvez o elemento mais significativo para questionar essa permanência de expressões ao longo dos últimos séculos esteja na própria fórmula aplicada para a análise da cultura material. O caminho a ser seguido envolve a própria discussão sobre a continuidade material e étnica. Seria exagero defender a idéia de que o conjunto de expressões a respeito da organização social dos grupos pesquisados poderia ser compartilhado sem, necessariamente atribuir a essa forma de organização um marcador étnico como a cultura matéria, mais precisamente a cerâmica.

A existência dos atuais grupos Kaiowá, Ñandeva e Mby'a parece ser um elemento significativo para sugerir a “permanência” das expressões indicativas da organização social. Devido a essa divisão pode-se concluir as seguintes características apontadas por Levi Marques Pereira:

“Os Kaiowá são um povo do tronco tupi, da família lingüística Tupi-guarani, que no Brasil engloba os Kaiowá, Ñandeva e os Mby'a. A literatura costuma designar estes três subgrupos como Guarani. Apresentam grande familiaridade do ponto de vista lingüístico, da organização social e do sistema religioso. As diferenças entre os três subgrupos-que podem parecer pequenas do ponto de vista do analista-são apropriadas como importantes elementos distintivos [...]” (Pereira, 1999:14).

O referido autor apresenta ainda uma série de características baseadas nos estudos de etnógrafos que mantiveram contatos prolongados com esses grupos étnicos, por ele chamados de “subgrupos”. A divisão expõe aspectos relacionados à religião, cerimônias

religiosas e espaço territorial. Em termos gerais, o último aspecto merece destaque, já que está inserido nas questões relacionadas aos sistemas de assentamento. As diferenças, no que se refere ao espaço, são marcadas pelos seguintes elementos:

“Subgrupo Kaiowá – entre os Guarani são tidos como aqueles que detêm uma noção mais precisa do território ocupado por uma parentela, ou por um conjunto de parentelas.

Subgrupo Ñandeva – a relação com o território específico não é tão precisa. Costuma-se dispersar por diversas áreas.

Subgrupo Mby'a – É quase impossível identificar os vínculos do grupo a um determinado território. A noção de território parece ampla, que é percorrida com certa regularidade por um conjunto de parentelas” (Pereira, 1999:15).

As distinções apresentadas podem indicar possíveis respostas relacionadas às expressões referentes à documentação histórica. Entretanto, a divisão estabelecida por Pereira está inserida em um contexto específico, a partir de observações de etnógrafos que mantiveram contatos com grupos atuais. Significa dizer que suas indicações não podem ser atribuídas a todo um conjunto que se caracteriza por uma perspectiva atemporal. Os marcos históricos, relacionados à cronologia e ao próprio processo no qual essas sociedades vivenciaram, limitam uma abordagem mais abrangente, globalizante ou homogeneizante do ponto de vista cultural.

É necessário não esquecer que as condições de observação e as convicções envolvidas no processo de contato limitam a utilização das fontes para visualizar possíveis diferenciações. Trechos da documentação apresentada ao longo do texto podem sugerir, mas não delimitar com precisão, os possíveis “subgrupos” (grupos étnicos) e quais seriam as diferenças socioculturais para cada um deles.

Além disso, o próprio observador poderá analisar, de maneira diferenciada, algumas das expressões utilizadas para classificar e explicar uma sociedade. Em outras palavras, os conceitos utilizados podem variar não só pela própria forma como determinado grupo simboliza uma relação com as paisagens, como também pelo olhar do observador.

Os trabalhos de Pereira (1999, 2004) são exemplos para perceber essa junção de símbolos e representações. Ao atribuir um novo significado à expressão tekoha, sua

análise permite novos referenciais para o estudo dos registros históricos. Por outro lado, não se deve esquecer de que as representações não são estáticas no tempo e no espaço.

No caso de sua pesquisa, ao analisar os Kaiowá em Mato Grosso do Sul, o principal vínculo estabelecido foi o estudo sobre as relações de parentesco. Em suas palavras:

“O parentesco é analisado como uma das instâncias da vida social, que, junto com outras esferas, ajuda a compreender como os comportamentos individuais e coletivos, adquirem significado no plano do vivido. O parentesco, mesmo não sendo uma esfera totalizadora, permite formular normas e regras gerais, constituindo um sistema” (Pereira, 1999:7).

A análise dessas relações, diante de sua interpretação, possibilita a organização de um conjunto de dados e reflexões sobre as expressões presentes na documentação histórica, no que se refere à observação e ao registro de dados etnográficos. Essa análise torna-se mais complexa quando se trata de fontes textuais produzidas por missionários, funcionários públicos, viajantes, conquistadores etc.

Antes de estabelecer essa reflexão, é importante destacar que o estudo relacionado à organização social permite reavaliar também as relações homem-natureza. A principal questão é interdisciplinar, no sentido de que visões diferenciadas, podem contribuir de maneira significativa para a análise dos dados colhidos não só por arqueólogos, mas também por antropólogos e historiadores. O fato de haver particularidades em cada um desses ramos do conhecimento, não exclui a possibilidade de complementação de interpretações.

Talvez a arqueologia seja um referencial, ao procurar outras análises para identificar essas relações, que estariam sendo simbolizadas através da cultura material e do espaço ocupado. Esta é a contribuição relacionada ao estudo das relações de parentesco elaboradas por Pereira (1999, 2004). Neste caso, em particular, trata-se do olhar específico do etnógrafo, para captar elementos que não estão, muitas vezes, ao alcance de um olhar “comum”, isto é, de pessoas sem habilidades no que se refere à chamada observação participante.

Esta forma particular de observação remete à crítica sobre a utilização das fontes históricas, no sentido de atribuir as pessoas que produziram os registros, uma capacidade de captar certas particularidades. Os estudos ligados à antropologia servem de referência

para demonstrar todo o desenvolvimento de técnicas e métodos para se chegar à compreensão das sociedades observadas, sobretudo diante da elaboração de uma série de correntes teóricas que surgiram a partir da segunda metade do século XX.

A característica mais significativa sobre o estudo das relações de parentesco entre Kaiowá, é a possibilidade de visualizar essa “observação diferenciada” que se dá através do conceito de *tekoha*. Estudos anteriores, como os de Noelli (1993) e Soares (1996), utilizados como referência neste trabalho, apontam uma dimensão bastante específica sobre o seu significado.

O elemento mais importante, apontado por esses autores, envolve a utilização de marcos espaciais para definir o conceito de *tekoha*. Para Noelli (1993), o *tekoha* seria a unidade básica, composta de diferentes áreas e ocupada por famílias extensas. Sua delimitação envolveria uma rede de relações que seriam desenvolvidas no interior de um espaço, por questões de liderança, afinidade e reciprocidade entre os membros das famílias extensas.

A tentativa de delimitação dos cacicados pode ser observada em Soares (1996) relacionadas ao território do Guairá. Ao demonstrar possíveis relações, Soares defende a seguinte hipótese:

“Considerando a existência de informações abundantes de caráter histórico, que dão consistência a esta proposta, tentarei o entrelaçamento destas fontes com os dados arqueológicos para tentar demonstrar a provável antiguidade da instituição do cacicado. Utilizarei os documentos relativos à antiga província do Guairá para comprovar a vassalagem entre os *tuvichá* e a localização aproximada através da bacia hidrográfica” (Soares, 1994:149).

Baseada nesse tipo de informação, o autor destaca o terceiro nível de organização social, o território ou *tekoha*, pois existiria uma referência a partir de rios conhecidos na região. Os marcos apontados por Soares estão contidos na seguinte informação:

“[...] e encomenda..dos índios seguintes: no rio Guayracay dois principais, chamados Guaybiiti e Eerahe; na comarca do Thepotiatan um principal chamado Yayacata e no Tibaxiba, outro chamado Aracatu e outro Yayguçu; no campo outro cacique chamado Abapari, todos eles com sessenta fogos e mais um cacique chamado Mituguay com vinte fogos que dizem estar na comarca de Tibaxiba acima, e mais outros cinco principais no rio Tibaxiba, nomeados Aycara, Yacar, e Andipabi,

e por outro nome se chama Cayarare, e outro Acaayuguirá Mymba que estão juntos; todos estes com sessenta fogos são os acima nomeados que são cada cacique a dez fogos ou mais. Dois principais chamados Açuá Pet ...e por outro nome Abipiatin e o outro Marandar...que estão no Tepotiátan, e com ambos vinte fogos, e mais dois caciques no Tibaxiba: Abatyi, e como nome cristão Anton, e o outro Candari, ambos com vinte fogos...” (Mercê e encomenda a João Reys, de Vila Rica do Espírito Santo, de vários caciques e índios no alto e no baixo Tibajiba. Asunção, 9/1/1597. In: MCA I, pg.127)” (Soares, 1994:150).

A proposta de divisão entre diversas lideranças, relacionadas a marcos geográficos conhecidos atualmente, em confrontação com a documentação histórica, produziu uma delimitação de acordo com os referências estabelecidos entre *te'yi*, *tekoha* e *guara*. Soares faz menção também ao *guara*, ao utilizar o seguinte argumento:

“Tratando da última unidade organizacional sócio-política Guarani, temos o *guara*, a província ou região, já esboçada nas passagens anteriores pelo reconhecimento das ‘comarcas’, regiões onde atuam um cacique superior aos outros, na categoria de *tuvichá-ruvichá*, ‘cacique entre caciques’. Estes territórios que receberam o nome de seus caciques serão tratados aqui como espaço geográfico, delimitados espaço-temporalmente. Assim, quando me referir ao Guairá ou às ‘Terras de Taioba’, reporto-me a um território, não à pessoa física do chefe, pois na cartografia e nos documentos aparecem ambos em intervalos de mais de 150 anos” (Soares, 1994:151).

A proposta de Pereira, para responder ao significado de *tekoha*, expõe outros referenciais que fogem, segundo ele, de uma delimitação espacial. Esse novo olhar permite apontar entre os Kaiowá, diferentes aspectos da relação entre parentesco e território ocupado. Segundo sua análise, o *tekoha* apresenta as seguintes características:

“A composição do *tekoha* é elástica, com contornos permeáveis. Por este motivo, creio que deve ser pensado como uma articulação entre o político e o religioso, e menos como uma categoria geográfica-espacial” (Pereira, 1999:104).

Ao demonstrar com notoriedade essa nova categoria, Pereira argumenta também como os registros históricos contribuíram para consolidar a relação entre grupo social e território. Suas palavras indicam que:

“Os Kaiowá enquanto agricultores de floresta tropical tendem a permanecer por longos períodos nos locais onde os solos favorecem a exploração agrícola por anos seguidos. Apesar disto, o *tekoha* não pode ser pensado a partir de um modelo baseado unicamente na unidade

territorial, ou seja, nada nos autoriza a equiparar de maneira direta território e grupo social” (Pereira, 1999:105).

Para justificar sua argumentação, o autor utiliza outros referenciais teóricos, pois considera a proposta de Laraia (1986) sobre a utilização de conceitos relacionados a um espaço físico. Como ele demonstra:

“Laraia notou características semelhantes em outros grupos Tupi, registrando que o conceito de aldeia, com um modelo fixo perpetrado pelas descrições dos cronistas do século XVI, deve ser reformulado, lembrado ainda que esta preocupação, aliás, foi formada por Fernandes ao preferir o termo grupo local invés de aldeia” (Pereira, 1999:105).

As argumentações descritas servem para consolidar as discussões sobre observação, registro e interpretação dos dados etnográficos e históricos (textuais). Ao longo dessa análise sobre as possibilidades de utilização dos dados históricos, para entender a organização social dos grupos de língua guarani, foi demonstrada a preocupação com uma série de medidas necessárias para o entendimento não só da própria organização social, mas de como essas informações poderiam ajudar na análise sobre a ocupação do espaço.

Portanto, o entendimento do processo de ocupação deve inserir-se numa série de medidas, que viessem estabelecer marcos muito concretos, para não correr o risco de construir generalizações. O exemplo de análises antropológicas, como a de Pereira (1999, 2004), é uma excelente possibilidade de visualizar possíveis dinâmicas no processo de identificação de determinadas relações dos grupos étnicos com as paisagens no noroeste do Paraná. Isso não significa que os trabalhos anteriores devam ser ignorados. Talvez o mais importante seja destacar justamente os diferentes olhares sobre grupos estudados na arqueologia, antropologia e história.

A utilização dos mais variados documentos históricos para analisar os “grupos conhecidos como Guarani”, não pode ignorar toda uma dimensão sobre uma série de complexidades de registro e compreensão, presentes no tempo e no espaço.

Quanto à análise dos dados arqueológicos, os mesmos cuidados devem ser tomados. Nada impede a utilização de fontes diversas para entender o processo de ocupação da paisagem, por meio, por exemplo, dos vestígios arqueológicos. Ressalta-se apenas que as escalas temporais e espaciais devem estar bem delimitadas.

Conseqüentemente, existirá uma série de restrições para identificar os aspectos mais “profundos” da organização social dos grupos humanos, que viveram em períodos anteriores ao contato.

Esse parece ser a principal dificuldade imposta na busca pelo entendimento dos sistemas de assentamento por meio do estudo dos sítios arqueológicos na região noroeste do Paraná. Neste sentido, a principal contribuição da documentação histórica, para a interpretação dos dados coletados, é o de poder sugerir hipóteses a partir de uma analogia geral. Não apenas sugerindo, mas apontando quais poderiam ser as relações envolvidas em qualquer processo de análise da relação homem-ambiente.

É com uma perspectiva desse nível que será destacada, com base em estudos da antropologia, os elementos simbólicos presentes na vida social dos grupos humanos. O referencial adotado será ligado aos aspectos presentes entre os Kaiowá, tendo como base os estudos de Pereira (1999, 2004).

Nessa proposta não há o intuito de estabelecer uma ligação direta entre os Kaiowá e os grupos pré-contato, mas de poder observar esses elementos simbólicos, para sugerir outras relações que ultrapassaram as questões de subsistência.

3.2. Diferentes perspectivas de interpretação do simbólico na paisagem ocupada

Entre os Kaiowá há uma série de informações para perceber este conjunto de relações entre meio-ambiente, o espaço e os elementos simbólicos. Para chegar até elas, é necessário um olhar diferenciado que possibilite avaliar o peso dessas relações para um determinado grupo social. É comum perceber a construção de um conhecimento, com base no olhar específico de cada pesquisador, alcançando diferentes perfis para um mesmo objeto de pesquisa.

Ao trabalhar com dados arqueológicos, e devido à própria natureza de suas fontes, as questões relacionadas à utilização do ambiente parecem direcionadas para uma lógica puramente utilitarista. Seria a lógica da exploração, sendo a natureza apenas uma simples forma de obtenção de recursos para a subsistência.

Ao longo das discussões estabelecidas neste trabalho, fica claro que essa lógica não se sustenta à medida que os estudos de diversas áreas do conhecimento apresentam diferentes maneiras de analisar a relação homem-natureza.

Se a arqueologia, em grande parte, sustenta hipóteses de pesquisa, ao estudar os recursos materiais utilizados, a antropologia, por outro lado, destaca outras formas de relação. Ao adotar como referencial as obras de Pereira (1999, 2004), cabe salientar que suas pesquisas demonstram algumas das informações relevantes sobre o mundo simbólico, e como ele está presente na interação entre os grupos humanos e o ambiente a sua volta.

Essa somatória de referenciais para pesquisa tem uma significativa contribuição dos trabalhos de Lévi-Strauss no Brasil, de acordo com a seguinte argumentação:

“[...] a presença do estruturalismo na produção etnográfica da região amazônica se firmou a partir da publicação das mitologias de Lévi-Strauss, propondo um estilo analítico e, sobretudo, uma agenda temática de enorme influência, na qual enfatiza o valor cognitivo e simbólico daquelas dimensões materiais estudadas pelos ecologistas culturais de um ponto de vista adaptativo [...]” (Pereira, 2004:32).

Ainda diante dessa temática, Pereira expõe o que seria chamado de Americanismo tropical, caracterizada pelas seguintes pressupostos:

“Americanismo tropical é o rótulo através do qual vem sendo denominado um campo de estudos que remota sua filiação aos trabalhos pioneiros de autores como Levi-Strauss (1979 e 1983), Sahlins (1979) [...]. Esses estudos estabeleceram pressupostos predominantemente nesta nova orientação teórica, postulando uma espécie de determinismo simbólico para interpretações dos fenômenos sociais e os resultados da ação antrópica no espaço” (Pereira, 2004:32).

Determinismos à parte, os estudos voltados para as relações humanas passaram a evidenciar outros elementos além do ecológico. No caso específico da arqueologia, essa relação passou a ser um dos elementos chaves para as pesquisas atuais, sobremaneira no que se refere aos sistemas de assentamento.

Utilizada como referencial para esta dissertação, a análise de Pereira (2004), dá a possibilidade de averiguar como o simbólico se articula na relação com o ambiente. Esse resultado prático permite pensar sobre elementos muitas vezes desconsiderados na análise arqueológica, a exemplo da possibilidade de visualizar esses referenciais

simbólicos através do estudo da cultura material e da paisagem, ao observar as sociedades “vivas”.

No que se refere à cultura material, pode-se fazer um vínculo para observar essa dimensão simbólica, relacionada ao “fogo familiar” dos Kaiowá. É comum, nos trabalhos realizados em sítios arqueológicos referentes à Tradição Tupiguarani, encontrar restos de fogueiras no interior do que seriam as antigas habitações. Referências desse tipo também aparecem em diversos documentos históricos do período pós-contato para os grupos de língua guarani, na região do Guairá.

Ao seguir uma lógica de função e utilização, os restos de fogueira representariam apenas atividades relacionadas ao consumo de alimentos. Contudo, se forem observadas as informações históricas, para os grupos que tiveram contato com os europeus, nessa região, será possível obter as seguintes relações:

“Susnik (1979), analisando dados históricos sobre os Guarani a partir de relatos deixados pelos primeiros colonizadores, afirma que o número de fogos familiares reunidos numa casa comunal *te'yi-oga* variava entre 10, nas casas menos numerosas, e o limite de 60, nas mais numerosas” (Pereira, 1999:87).

Duas informações são imprescindíveis com relação ao fogo familiar e à própria casa comunal. Se comparados com registros arqueológicos desse período, será possível visualizar os vestígios das habitações e dos restos de fogueira no interior da mesma. Dois aspectos da cultura material que, quando comparados, podem indicar muito mais do que uma simples função de proteção e subsistência. A representação e o simbolismo dessas duas informações são importantes para entender uma lógica que compõe uma determinada organização social.

Ao comparar as informações sobre os Kaiowá, a simples relação com o “fogo familiar” já é uma fonte de representação que ultrapassa também os limites de uma interpretação puramente funcional. As seguintes palavras traduzem esse significado:

“[...] *che ypyky kuera* (fogo familiar), é como o Kaiowá se refere ao grupo de parentes próximos reunidos em torno de um fogo familiar, onde são preparadas as refeições consumidas pelos integrantes do fogo” (Pereira, 1999:81).

As relações simbólicas representadas na cultura material também assumem dimensões importantes na questão do espaço ocupado. Percebe-se que a natureza pode assumir vários papéis, muito além da simples função de fonte para obtenção de recursos.

Novamente aqui o exemplo dos Kaiowá traduz essa diferente maneira de perceber e de se relacionar com o espaço ocupado. O conjunto de variáveis para analisar essa questão é significativo para esse grupo indígena. Assim são apresentados alguns dos elementos para demonstrar essa percepção da paisagem. O primeiro deles envolve as relações com o entorno, ao partir do local de residência, como demonstra Pereira:

“Os Kaiowá possuem conhecimentos pedológicos, florísticos e faunísticos que lhes permite escolher os locais mais adequados para radicar suas aldeias. [...] Leva-se em conta: a) a fertilidade do solo nas proximidades, onde possam implantar suas roças; b) localização da água corrente; proximidades de áreas de caça e pesca; d) o espaço ser habitado por espíritos benéficos ou hostis ao convívio próximo de pessoas; e) relações de vizinhanças entre fogos e parentelas; f) bem como os aspectos estéticos do relevo e da vegetação” (Pereira, 2004:196).

No segundo capítulo desta dissertação, foi possível demonstrar algumas das variáveis para a ocupação do ambiente dos grupos que habitaram a região noroeste do Paraná. De certo modo, elas se encaixam nas palavras do referido etnólogo, ao considerar os chamados componentes físicos da paisagem.

Mas dois dos itens expostos acrescentam uma dimensão simbólica, na qual não é possível chegar devido à falta de dados para analisar os sítios pré-coloniais. Essa possibilidade pode, ao menos, ser sugerida com uma relação real que provavelmente existiu entre as populações que ocuparam esses sítios arqueológicos.

Essa nova dimensão é bastante diferenciada pelo tipo particular de informação que se pode obter através do olhar antropológico. Para o caso kaiowá, existem várias referências a esse respeito. Destaque-se a presença de espíritos benéficos ou hostis como fatores para a escolha do local.

Nas palavras descritas abaixo, é possível perceber essa espécie de subordinação que pode levar à escolha ou não de locais para a implantação dos assentamentos. Como expõe Pereira:

“[...] entre os Kaiowá, [...], dispor dos recursos da natureza não depende exclusivamente do simples ato da vontade humana, ela não é absoluta e auto-suficiente em sua realização. Para dispor dos recursos necessários à sua sobrevivência, os homens devem negociar com outros seres, igualmente portadores de vontades independentes e plenas. Daí, mais uma importância crucial da comunicação xamânica” (Pereira, 2004:44).

A presença desses seres, conseqüentemente regula, de certa forma a atuação dos Kaiowá sobre a natureza. Daí a importância da comunicação xamânica para mediar essas relações. Ainda que os componentes físicos sejam importantes, conforme apontado pelo autor, a cosmologia é essencial para o processo de escolha dos locais de implantação dos assentamentos. Utilizando novamente suas palavras:

“É levado em conta o conhecimento técnico da topografia, da fertilidade do solo, considerados de domínio comum [...]. Mas a ênfase maior recai sobre os aspectos da cosmologia, considerados essenciais para o bom desempenho das atividades agrícolas. São consideradas inadequadas às proximidades de cemitérios ou locais com relevo ou vegetação associados à moradia de seres cuja ação poderia prejudicar o bom desenvolvimento das plantas cultivadas” (Pereira, 2004:206).

É interessante observar determinados tipos de relação entre não-humanos a partir do que os Kaiowá chamam de jara. Essas relações indicam uma nova dimensão para a maneira como esse grupo visualiza a natureza a sua volta. Os animais teriam uma vida social regulada pelos jaras, no que compete aos comportamentos e processos produtivos, entre outros. Há, portanto, uma eterna negociação entre essas diferentes formas de organização social para as atividades de caça, pesca e plantio. A terra nesse sentido não está sujeita aos desígnios do homem, mas aos de seres sobrenaturais com vontades independentes e plenas, como dito antes.

Dessa forma, ao discutir as possibilidades de interpretação dos sítios arqueológicos na região noroeste do Paraná, fica evidente que o leque de variáveis é expressivo. Contudo entre um plano ideal e real existe uma série de limitações que inviabilizam uma abordagem abrangente, principalmente ao analisar sítios arqueológicos relacionados a períodos bastante recuados.

Com efeito, a intenção desse capítulo, não foi a de atrelar diretamente as informações históricas e antropológicas para indicar uma continuidade petrificada ao longo do tempo. As discussões apenas deram indicações sobre as possíveis relações que devem ao menos ser mencionadas em qualquer interpretação sobre a temática dos sistemas de assentamento, para não cair somente nos dados relacionados às áreas de captação de recursos. A divisão entre os componentes físicos da paisagem e os aspectos

relacionados ao universo simbólico é proposital no sentido de expor as limitações da pesquisa para se chegar a análises mais complexas sobre os sistemas de assentamento.

Conclusão

O estudo do processo de implantação dos assentamentos vinculados à tradição arqueológica Tupiguarani permitiu discutir diferentes aspectos não só de natureza ambiental, mas também social e simbólica.

Ao estudar fontes diversas, relacionadas à região noroeste do Paraná, foi possível estabelecer não somente reflexões sobre os possíveis elementos que envolveram o processo de ocupação da região, mas também discussões-chaves que colocaram em dúvida a vinculação de grupos pré e pós-contato a partir da cultura material.

Consultando os dados históricos foi possível, pois, visualizar toda complexidade relacionada às diferentes formas de registro textual dos grupos humanos que habitaram essa região no século XVI. As várias denominações, a própria lógica do colonizador e dos agentes ligados à fé cristã, permitiram esclarecer como essa farta fonte de informação contribuiu para a construção de um grupo étnico único, culturalmente homogêneo e fossilizado, tanto em escala temporal como espacial.

Contudo, a idéia de desvincular a cultura material de um único grupo étnico denominado “Guarani”, assim representado na arqueologia, permitiu também estabelecer novas perspectivas para a utilização concatenada dos dados históricos e arqueológicos.

A principal característica foi demonstrar a preocupação em adotar determinadas posturas teóricas para delimitar a ação do pesquisador junto às fontes utilizadas. Neste sentido, a maior preocupação foi indicar que os dados históricos e arqueológicos não devem ser descartados na interpretação da organização social dos grupos indígenas, desde que sejam tomadas algumas precauções, principalmente no que se refere aos marcos temporais e espaciais.

O objetivo da pesquisa realizada foi demonstrar que determinados conhecimentos registrados em língua guarani poderiam estar sendo compartilhados por diferentes grupos ao longo do território denominado de Guairá. Sendo assim as reflexões sobre os grupos

étnicos possibilitaram destacar aspectos importantes para o entendimento do processo de implantação dos assentamentos na região noroeste do Paraná.

A divisão adotada neste trabalho procurou fornecer algumas informações sobre as possíveis variáveis para entender o processo de implantação dos assentamentos. Foram apresentados aspectos relacionados às estratégias para a obtenção de recursos, examinando as vantagens e carências dos locais de ocupação. Entretanto, a análise da relação homem-ambiente, conforme destacado ao longo da dissertação, deve observar as diferentes lógicas de ocupação.

A disponibilidade de informações a respeito dos recursos naturais ao alcance das populações indígenas que ocuparam a região noroeste do Paraná pode indicar uma valorização do ecológico sobre outros elementos de ordem simbólica. No entanto a própria disponibilidade de informações de ordem ecológica não significa um grau maior de importância na análise do processo de ocupação de uma determinada paisagem.

Neste sentido, ao expor um conjunto de dados relacionados aos componentes físicos da paisagem foi possível demonstrar prováveis relações para a escolha dos assentamentos. Contudo, os estudos antropológicos demonstraram que um conjunto de crenças e valores pode influenciar na ação dos grupos humanos sobre o meio-ambiente.

À medida que essa ação apresenta um conjunto de múltiplas variáveis, torna-se imprescindível reunir o maior número possível de dados para que possa chegar a uma resposta mais completa sobre o processo de implantação dos assentamentos. Entretanto, a falta de uma “observação direta” delimitou o grau de visão das relações simbólicas a partir da análise dos vestígios arqueológicos na região noroeste do Paraná. A proposta de discussão sobre os aspectos simbólicos no estudo dos sistemas de assentamento visou demonstrar através dessa “observação participante” elementos que não podem deixar de ser considerados no estudo relacionados à escolha dos locais de ocupação.

Não se buscou através dos trabalhos de Pereira (1999, 2004) uma ligação direta entre os Kaiowá e os vestígios arqueológicos encontrados na região noroeste do Paraná. O elo de ligação não esteve relacionado à confirmação de uma homogeneidade étnica entre os Kaiowá e os sítios arqueológicos ligados a tradição Tupiguarani. A aproximação desse olhar etnográfico apenas serviu de referência para o estudo diferenciado do

processo de inserção dos assentamentos na paisagem. Apresentado dados sobre diferentes tipos de relação com a natureza, o exemplo sobre os Kaiowá confirma uma complexidade que foi muito pouco abordada nos estudos arqueológicos ligados a relação homem-ambiente. Ao buscar e obter um número significativo de informações materiais (dados flora, fauna, hidrografia, relevo, clima etc) a arqueologia acaba por apontar resultados que apenas esclarecem parte da problemática sobre os assentamentos.

Por outro lado, não é possível desvincular ou apontar graus diferenciados de importância para os aspectos ecológicos e simbólicos. Há um processo de interação entre todas as variáveis para a elaboração de um quadro mais preciso sobre ocupação da paisagem. Negar a importância de um conjunto de variáveis ambientais é tão incorreto, quanto negar a importância de um conjunto de fatores simbólicos para o estudo dos grupos étnicos. Deve-se levar em conta que os grupos humanos possuem diferentes tipos de necessidades que serão supridas de acordo com a forma de pensamento e organização de cada grupo.

Portanto, o estudo dos sistemas de assentamento procurou destacar várias informações reunidas em diversas áreas do conhecimento. Essa característica interdisciplinar ajudou a demonstrar possíveis relações entre os elementos de natureza ecológica, social e simbólica ao analisar os dados arqueológicos, ambientais e históricos.

O conjunto de dados reunidos possibilitou não só estabelecer um quadro de informações sobre o processo de ocupação do ambiente, mas também serviu de base para apresentar diferentes reflexões sobre o estudo da cultura material, o estudo da paisagem e principalmente algumas orientações importantes para a análise dos diferentes documentos a disposição do pesquisador.

Limites e lacunas certamente existem nesta dissertação, mas as perspectivas e reflexões sobre o tratamento da cultura material são importantes para uma análise que consiga reunir dados mais significativos sobre o processo de ocupação da paisagem.

Conseqüentemente o que foi apresentado apenas demonstra parte de um processo que é muito mais dinâmico e complexo, mas que não pode ser mais exposto a partir de uma simples lógica de exploração do ambiente.

BIBLIOGRAFIA

ACUTO, F. A. Paisajes Cambiantes: La Dominación Inka en el Valle Calchaquí Norte (Argentina). **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo**, São Paulo, Suplemento 3, p. 143-157, 1999.

AFONSO, M. C. **Arqueologia ou Arqueologias da Paisagem?**. São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, 2000.

AGOSTINHO, A. A.; JÚLIO JR, H. F.; GOMES, L. C.; BINI, L. M.; AGOSTINHO, C. S. Composição, abundância espaço-temporal da ictiofauna. In: **As Planícies de Inundação do Alto Rio Paraná: Aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos**. Maringá: EDUEM, p. 179-207, 1997.

ASHMORE, W.; KNAPP, A. B. Archaeological Landscapes: Constructed, Conceptualized, Ideational. In: **Archaeologies of Landscape: contemporary perspectives**. Great Britain: Blackwell Publishers Ltd., p. 1-29, 1999.

BARRETO, C. A. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, 1999-2000.

BARTH, F. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. In: Teorias da Etnicidade. São Paulo: Unesp, 1998.

BINFORD, L. Archaeology as Anthropology. **American Antiquity**, v. 28, n. 2, p. 217-225, 1962.

BINFORD, L. Smudge pits and hide smoking: the use of analogy in archaeological reasoning. **American Antiquity**, n. 32, 1967.

BINFORD, L. Methodological considerations in the use of ethnographic data. In: **Man the Hunter**. Chicago: Aldine Publishing Company, 1968.

BOADO, Felipe C. **Del Terreno al Espacio: Planteamientos y Perspectivas para la Arqueología del Paisaje**. Santiago de Compostela: Grupo de Investigación en Arqueología del Paisaje, Universidade de Santiago de Compostela, 1999.

BOAS, F. **Antropologia Cultural**. Trad. Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 41-109, 2000.

- BORBA, T. **Actualidade Indígena**. Curitiba: Imprensa paranaense, 1908.
- BLASI, O. Algumas notas sobre a jazida arqueológica de Três Morrinhos – Querência do Norte – Rio Paraná. **Boletim Paranaense de Geografia**, Curitiba, v. 2-3, p. 49-78, 1961.
- BLASI, O. Aplicação do método arqueológico no estudo da estrutura agrária de Vila Rica do Espírito Santo, Fênix/PR. **Boletim da Universidade do Paraná**, Curitiba, v. 4, p. 1-13, 1963.
- BLASI, O. CHMYZ, I. Jazida arqueológica de J. Lopes (rio Ivai-Paraná). **Boletim Paranaense de Geografia**, Curitiba, v. 8-9, p. 63-109, 1963.
- BLASI, O. O sítio arqueológico de Estirão Comprido Rio Ivai – Paraná. **Arquivos do Museu Paranaense**, Curitiba, n. 3, p. 1-59, 1967.
- BLASI, O. Cultura do índio pré-histórico, vale do Iapó – Tibagi –Paraná. **Arquivos do Museu Paranaense**, Curitiba, v. 6, p. 1-22, 1972.
- BLEY, W. Pesquisas arqueológicas no Estado do Paraná. Ano de 1957. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. 30, 1978.
- BRAND, A. Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS. **Tellus**, Campo Grande, ano 4, n. 6, p. 137-149, 2004.
- BRITO, M. **Fauna Silvestre da área de proteção ambiental (APA) das ilhas e várzeas do Rio Paraná**. ITCA – Instituto de Tecnologia e Ciência Ambiental. Maringá, 2000.
- BROOKS, R. L. Temas de teoria arqueologica. Una evaluación critica del analisis del catchment. **ETNIA**, Buenos Aires, n. 34-35, p. 9-45, 1989/1990.
- CAMPOS, J. B.; SOUZA, M. C. Vegetação. **In: As Planícies de Inundação do Alto Rio Paraná: Aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos**. Maringá: EDUEM, p. 331-341, 1997.
- CARMACK, R. M. **Etnohistoria y Teoria Antropológica**. Trad. Flavio R. Lima. Guatemala: José de Pineda Ibarra, 1979.
- CARLE, M.B. **Investigação Arqueológica em Rio Grande: uma proposta da ocupação guarani pré-histórica no Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado PUC-RS. Porto Alegre, 2002.
- CURTONI, R. P. La percepción del paisaje y la reproducción de la identidad social en la región pampeana occidental (Argentina). **In: Paisajes Culturales Sudamericanos: de las prácticas sociales a las representaciones**. Santiago de Compostela: Grupo de Investigación en Arqueología del Paisaje, Universidade de Santiago de Compostela, 2000.

CHASE-SARDI, M. El tekoha. Su organización social y los efectos negativos de la deforestación entre los Mbya-Guarani. **Suplemento Antropológico**. Asunción, 1989.

CHILDE, V. G. The significance of lake dwellings in the history of prehistory. **Sibrium**, v. 2, n. 2, p. 87-91, 1955.

CHMYZ, I. Notícias de uma indústria lítica no Planalto paranaense. **Pesquisas**, Série Antropologia. São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas, v. 13, 1962.

CHMYZ, I. Contribuição arqueológica e histórica ao estudo da comunidade Espanhola de Ciudad Real do Guairá. **Revista de História**, Curitiba, v. 2, p. 77-114., 1963.

CHMYZ, I. Jazida arqueológica de José Lopes. **Boletim Paranaense de Geografia**, Curitiba, v. 8/9, p. 63-102, 1963.

CHMYZ, I. Nota prévia sobre a jazida PR UV A-1 (63): Kavales – dados arqueológicos parciais do vale do rio Vermelho. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, n. 14, p. 493-512, 1963.

CHMYZ, I. Nota prévia sobre a jazida PR UV A-1 (62): Passo do Iguaçu. **Boletim Paranaense de Geografia**, Curitiba, n. 10, p. 281-296, 1964.

CHMYZ, I. Dados Parciais sobre a Arqueologia do Vale do Rio Paranapanema. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 6, p. 59-78, 1967.

CHMYZ, I. O sítio arqueológico PR UV 1 (abrigo sob-rocha Casa de Pedra). **Arqueologia**, Curitiba, v. 3, p. 1-42, 1967.

CHMYZ, I. Considerações sobre duas novas tradições ceramistas arqueológicas no estado do Paraná. **Pesquisas**, São Leopoldo, v. 18, p. 115-125, 1968.

CHMYZ, I. Considerações sobre um programa de prevenção e salvamento de locais arqueológicos e históricos. **Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas**, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, v. 1, p. 65-72, 1968.

CHMYZ, I. Dados Parciais sobre a Arqueologia do Rio Ivaí. PRONAPA 2. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 10, p. 95-118, 1969.

CHMYZ, I. Notas sobre o sítio arqueológico do Salto da Bulha: PR KA 1, rio Ivaí – Paraná. **Revista de História**, Curitiba, v. 3, p. 7-33, 1969.

CHMYZ, I. Notas sobre o sítio arqueológico do Salto da Bulha: PR KA 1, rio Ivaí – Paraná. **Revista Facultatis**, Paranaguá, Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras, v. 3, p. 53-69, 1969.

CHMYZ, I. Pesquisas Arqueológicas no Alto e Médio Rio Iguaçu. PRONAPA 3. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 13, p. 103-132, 1969.

CHMYZ, I. Pesquisas Arqueológicas no Médio e Baixo Rio Iguaçu, Paraná. PRONAPA 4. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n.15, p. 87-114, 1971.

CHMYZ, I; SAUNER, Z. C. Nota prévia sobre as pesquisas arqueológicas no vale do rio Piquiri. **Dédalo**, São Paulo, n. 13, p. 7-36, 1971.

CHMYZ, I. **Pesquisas Paleontográficas Efetuadas no Vale do Rio Paranapanema (Paraná/São Paulo)**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1973.

CHMYZ, I. Dados Arqueológicos do Baixo Rio Paranapanema e do Alto Rio Paraná. PRONAPA 5. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 26, p. 67-90, 1974.

CHMYZ, I. A ocorrência de sítio arqueológico com pontas de projétil no litoral paranaense. **Boletim Paranaense de Geociências**, Curitiba, v. 33, p. 63, 1975.

CHMYZ, I. A ocupação do litoral dos Estados do Paraná e Santa Catarina por povos ceramistas. **Estudos Brasileiros**, Curitiba, v. 1, p. 7-43, 1976.

CHMYZ, I. Nota prévia sobre o sítio PR PG1; Abrigo sob rocha Cambiju. **Estudos Brasileiros**, Curitiba, n. 2, p. 231-246, 1976.

CHMYZ, I. **Projeto arqueológico Itaipú. Primeiro relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipú (1975-1976)**. Curitiba: Convênio Itaipú/IPHAN, 1976. Relatório técnico.

CHMYZ, I. Pesquisas Paleontográficas efetuadas no vale do rio Paranapanema. Paraná - São Paulo. **Boletim de Psicologia e Antropologia**, Curitiba, v. 5, 1977.

CHMYZ, I. **Projeto arqueológico Itaipú. Segundo relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipú (1976-1977)**. Curitiba: Convênio Itaipú/IPHAN, 1977. 150 p. Relatório técnico.

CHMYZ, I. **Projeto arqueológico Itaipú. Terceiro relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipú (1977/1978)**. Curitiba: Convênio Itaipú/IPHAN, 1978. 141 p. Relatório técnico.

CHMYZ, I. **Projeto arqueológico Itaipú. Quarto relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipú (1978-1979)**. Curitiba: Convênio Itaipú/IPHAN, 1979. 109 p. Relatório técnico.

CHMYZ, I. **Projeto arqueológico Itaipú. Quinto relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipú (1979-1980)**. Curitiba: Convênio Itaipú/IPHAN, 1980. 101 p. Relatório técnico.

CHMYZ, I. **Projeto arqueológico Itaipú. Sexto relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipú (1980-1981)**. Curitiba: Convênio Itaipú/IPHAN, 1981. 69 p. Relatório técnico.

CHMYZ, I. **Relatório das pesquisas arqueológicas realizadas na área da usina**

CHMYZ, I. Estado atual das pesquisas arqueológicas na margem esquerda do rio Paraná (Projeto Arqueológico Itaipu). **Estudos Brasileiros**, Curitiba, n. 8, v. 13, p. 5-39, 1982.

CHMYZ, I. **Projeto arqueológico Itaipú. Sétimo relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipú (1981/1983)**. Curitiba: Convênio Itaipú/IPHAN, 1983. 106 p. Relatório técnico.

CHMYZ, I. **Projeto arqueológico Rosana-Taquaruçu**. São Paulo: Fundação UFPR/CESP, 1984. 80 p. Relatório técnico.

CHMYZ, I. Pesquisas arqueológicas na área brasileira de Itaipu, 2. **Seminário da Itaipu Binacional sobre Meio-Ambiente**. Curitiba, p. 81-87, 1987.

CHMYZ, I. SGANZERLA, E. M. **Relatório sobre a arqueologia e etno-história da área do Centro Náutico e Recreativo de Guaíra**. Curitiba 1988. Relatório técnico.

CHMYZ, I. SGANZERLA, E. M. Considerações sobre os sítios históricos especiais das áreas paranaenses influenciadas pelas usinas hidrelétricas Rosana e Taquaruçu e sugestões para o seu aproveitamento múltiplo. **Revista de Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas**, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, v. 6, p. 55-74, 1990.

CHMYZ, I. Histórico das pesquisas de salvamento arqueológico no Estado do Paraná. **CLIO**, Recife, v. 4, p. 157-160, 1991.

CHMYZ, I. **Relatório de atividades do projeto arqueológico Rosana-Taquaruçu (Part)**. Curitiba: CESP/FUNDAR, 1992. 73 p. Relatório técnico.

CHMYZ, I.; MIGUEL, R. **Relatório técnico sobre a arqueologia e a etno – História da área do Parque Nacional do Iguaçu**. Curitiba: FUNPAR, 1999. 81 p. Relatório técnico.

CHMYZ, I. Jose Loureiro Fernandes e a Universidade Federal do Paraná. In: GARCIA, Antônio. **Dr. Loureiro Fernandes, médico e cientista**. Curitiba: Vozes, p. 133-171, 2000.

CHMYZ, I. Jose Loureiro Fernandes e a arqueologia brasileira. In: GARCIA, Antônio. **Dr. Loureiro Fernandes, médico e cientista**. Curitiba: Vozes, p. 109-131, 2000.

CHMYZ, I. **Relatório do projeto arqueológico Contorno Norte de Curitiba – Trecho PR 090 – PR 092 – Etapa Complementar**. Curitiba: DER/CEPA/UFPR/FUNPAR, 2001. 33 p. Relatório técnico.

DAMIANI, G. **O guarani: uma experiência de guerra**. Dissertação mestrado PUC-RS, Porto Alegre, 1996.

DIAS, A. S. **Sistemas de Assentamento e Estilo Tecnológico: uma proposta interpretativa para ocupação pré-colonial do alto vale do rio dos Sinos, Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado USP, São Paulo, 2003.

DRUMMOND, J. A. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

EVANS, C. Introdução. In: Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. **Publicações Avulsas**, Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, v. 6, p. 7-13, 1967.

EVANS, C. MEGGERS, B J. Introdução. In: Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. **Publicações Avulsas**, Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, v. 15, p. 7-9, 1971.

FAGAN, B. M. **Elusive Treasure: The story of early archaeologists in the Americas**. New York: Charles Scribner's, 1977.

FELIPIM, A. P. **Sistema agrícola guarani Mbyá e seus cultivares de milho: um estudo de caso na aldeia guarani da ilha do Cardoso, município de Cananéia, SP**. Dissertação de Mestrado USP, Piracicaba, 2001.

FERNANDES, F. **A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios**. Petrópolis, Vozes, 1975.

FERNANDES, J. L.; BLASI, O. As jazidas arqueológicas do Planalto Paranaense: Nota prévia sobre a jazida do Estirão Comprido. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. 6, n. 3-4, p. 3-16, 1956.

FOSSARI, T. D. **A população pré-colonial Jê na paisagem da ilha de Santa Catarina**. Tese de Doutorado UFSC, Florianópolis, 2004.

FUNARI, P. P. Arqueologia Brasileira: visão geral e reavaliação, **Revista de História da Arte e Arqueologia**. Campinas, 1994.

FUNARI, Pedro P; NOELLI, Francisco S. **Pré-história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002.

FUNARI, P. P. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

FREITAS, F. O. **Estudos genético-evolutivo de amostras modernas e arqueológicas de milho (*Zea mays mays*, L.) e feijão (*Phaseolus vulgaris*, L.)**. Tese de Doutorado USP, Piracicaba, 2001.

GONZÁLEZ, E. M. R. Arqueologia em perspectiva: 150 anos de prática e reflexão no estudo de nosso passado. **Revista da USP**. n. 44, p. 10-31, 1999-2000.

GOULD, R. **Notes on hunting, butchering and sharing of game among Ngatajara and their neighbours in the west Australian desert.** Kroeber Anthropological Society Paper, 1967.

GOULD, R. **Living archaeology.** New York: Cambridge Univ. Press, 1980.

GOULD, R. **Recovering the Past.** New Mexico, 1990.

GREGORY, D. **Presences and absences: time-space relations and structuration theory.** London: Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

GREGORY, D; URRY, J. **Social relations and spatial structures.** London: MacMillan, 1985.

HODDER, I. **Symbols in action: ethnoarchaeological studies of material culture.** New York: Cambridge Univ. Press, 1982.

HODDER, I. **Interpretación en Arqueología corrientes actuales.** Barcelona: Crítica, 1998.

JONES, S. **The Archaeology of Ethnicity. Constructing identities in the past and present.** Londres: Routledge, 1997.

KARLSSON, H. Por que há cultura material ao invés de nada? Uma questão esquecida da Arqueologia. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.** São Paulo, Suplemento 3. p. 21-29, 1991.

KASHIMOTO, E. T. **Variáveis ambientais e arqueológicas no alto rio Paraná.** Tese de Doutorado. USP, São Paulo, 1997.

KERN, D. C.; COSTA, M. L. Os solos Antrópicos. In: **Caxiuanã.** Belém, p. 105-119, 1997.

KERN, A. A. O perfil dos historiadores no novo milênio. **Revista da SBPH,** Curitiba, n. 19, p. 4-17, 2000.

LANATA, J. L. Los componentes Del paisaje arqueológico. **Revista de Arqueología Americana,** n. 13, p. 151-165, 1997.

LANATA, J. L. Discutiendo algunas escalas de la transmisión cultural: artefacto y espacio. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade São Paulo.** São Paulo, Suplemento 3, p. 47-56, 1999.

LAMING, A.; EMPERAIRE, J. A jazida J Vieira. Um sítio Guarani e pré - cerâmico do interior do Paraná. **Arqueologia,** Curitiba, n. 1, p. 1-142, 1959.

LARAIA, R. B. TUPI: índios do Brasil atual. USP, São Paulo, 1986.

LAVADO, Margarida. Dissertação de Mestrado. USP, São Paulo, 2005.

- LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Anthropos. Paris, 1974.
- LEVI-STRAUSS, C. **Antropologia Estrutural**. Trad. Chaim Samuel Katz. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.
- LEONARDOS, Othon Henry. **Concheiros naturais e sambaquis**. Rio de Janeiro, Departamento Nacional da Produção Mineral, v. 37, 1938.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. Trad. Luiz Cláudio de Castro. São Paulo: Martins, 2001.
- MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná**. 2.ed. Rio de Janeiro/ Curitiba, José Olympio/ Governo do Paraná. 1981.
- MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. Trad. A. P. Carr e L. A. C. Mendonça. 3 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MARTINS, A. R. Os sambaquys do Paraná. **Boletim do Museu Paranaense**. Curitiba: Tomo 1, 1904.
- MARTINS, A. R. Os ichthyophagos dos sambaquis em Catálogos e Estudos. **Relatório de 1925 do Secretário Geral do Estado**. Curitiba, 1925.
- MARTINS, A. R. Um benemérito do Museu. **Boletim do Museu Paranaense**, Curitiba, Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, v. 3, n. 10, 1974.
- MAZZ, J. M. L; GIANOTTI, C. Construcción de espacios cerimoniales públicos entre los pobladores prehistoricos de las tierras bajas de Uruguay: el estudio de la organización espacial en la localidad arqueológica de los indios. **Revista de Arqueología**, n.11, p. 87-105, 1998.
- MENDONÇA DE SOUZA, A. **História da Arqueologia Brasileira**. Pesquisas, Série Antropologia, 1991.
- MELIÀ, B. El 'modo de ser' Guaraní en la primeira documentación (1594-1636). In: **El conquistado y reducido**. Assunción, CEAUC, p. 93-116, 1986.
- MELIÀ, B. Invenção e construção do Guarani. **Ciência Hoje**, v. 15, p. 59-61, 1992.
- MELIÀ, B. El pueblo guaraní: unidad y fragmentos. **Tellus**, Campo Grande, ano 4, n. 6, p. 151-162, 2004.
- MEGGERS, B. The coming of age of American Archaeology. In: Newman, M. T. (ed). **New Interpretations of aboriginal American Culture History**. Washington D.C.: Anthropological Society of Washington, 1955.
- MICHEL, S. B. La arqueología conductual. **Boletín de antropología americana**, México, n. 23, p. 31-37, 1991.

MICHEL, S. B. Los procesos de formación del registro arqueológico. **Boletín de antropología americana**, México, n. 23, p. 39-45, 1991.

MONDARDO, D. L. O. **Através do Mbaraka: música e xamanismo guarani**. Tese de Doudorado USP, São Paulo, 2002.

MORAIS, J.L. A Arqueologia e o fator geo. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo**, São Paulo, n. 9, p. 3-18, 1999.

MOTA, L. T. **Agricultores Guarani na Pré-história da região noroeste do Paraná**. ITCA – Instituto de Tecnologia e Ciência Ambiental UEM. Maringá, 2000.

MURA, F. O Tekoha como categoria histórica: Elaboraões culturais e estratégicas Kaiowa na construção do território. **Revista Fronteiras UFMS**, Campo Grande, v. 8, n. 15, p. 109-143, 2004.

NANNI, M. R. **Levantamento e Cartografia de Solos**. ITCA – Instituto de Tecnologia e Ciência Ambiental UEM. Maringá, 2000.

NANNI, M. R. **Proposta de Zoneamento. APA – Noroeste do Paraná**. ITCA – Instituto de Tecnologia e Ciência Ambiental UEM. Maringá, 2000.

NOELLI, F. S. **Sem Tekohá não há Tekó. Em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência guarani e sua aplicação a uma área de domínio do Delta do Jacuí**. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: PUC-RS, 1993.

NOELLI, F. S. As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi. **Revista de Antropologia da USP**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 7-117, 1996.

NOELLI, F. S.; SOARES, A. L. Efeitos da Conquista Européia na Terminologia e Organização Guarani. **Cadernos de METEP**. DCS/CCH/UEM, Maringá, n. 8, p. 383-387, 1997.

NOELLI, F. S.; SOARES, A. L. Para uma história das epidemias entre os guarani. **Revista Diálogos**, Maringá, v. 1, p. 165-177. 1997.

NOELLI, F. S.; FUNARI, P. P. **Pré-História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002.

NOELLI, F. S.; NOVAK, E.; DOESWIJK, A. Levantamento arqueológico na área da lagoa Xambrê, município de Altônia, Paraná. **Revista Fronteiras UFMS**, Campo Grande, v. 7, n. 13, p. 9-18, 2003.

NOELLI, F. S. Nota sobre a presença da Tradição Umbu no médio-baixo Ivaí, Paraná. **Revista do Cepa**, Santa Cruz do Sul: v. 22, n. 27-28, p. 101-105, 1998.

NOELLI, F. S. Aportes históricos e etnológicos para o reconhecimento da classificação guarani de comunidades vegetais no século XVII. **Revista Fronteiras UFMS**, Campo Grande, v. 2 n. 4, p. 275-296, 1998.

NOELLI, F. S. A ocupação humana na região sul do Brasil: Arqueologia, debates e perspectivas –1872 –2000. **Revista USP**, n. 44, p. 218-269, 1999-2000.

NOELLI, F. S. A presença Guarani desde 2.000 anos atrás: contribuição para a história da ocupação humana do Paraná. **História, Espaço e Meio Ambiente**, Maringá: ANPUH-PR, 2000.

NOELLI, F. S. Repensando os rótulos e a História dos Jê no Sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar In: **Uri e Wãxi. Estudos Interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina: EDUEL, 2000.

NOELLI, F. S., PANEK JR, C. A distribuição geográfica dos sítios arqueológicos Jê com casas semi-subterrâneas no sul do Brasil In: Reunião de Antropologia do Mercosul, 5, 2001, Curitiba. **Resumos...** Curitiba: Departamento de Antropologia/UFPR, 2001.

NOELLI, F. S. A construção do mapa arqueológico Jê no sul do Brasil In: **Línguas Jê. Estudos vários**. Londrina: EDUEL, 2002.

NOELLI, F. S. Primeira Etapa de Reconhecimento Arqueológico Médio/Baixo Vale do Rio Pirapó, Paraná. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo**, São Paulo, n. 12, p. 313-316, 2002.

NOELLI, F. S. Agricultores Guarani na Pré-História da Região Noroeste do Paraná. **Universidade e Sociedade**, Maringá, n. 19, p. 63-69, 2003.

OLIVEIRA, J. A. **História da arqueologia paranaense: um balanço da produção arqueológica no Estado do Paraná no período de 1876-2001**. Dissertação de Mestrado Programa associado de pós-graduação em História UEM/UEL. Universidade Estadual de Maringá, 2002.

OLIVEIRA, J. E. A Arqueologia Brasileira da década de 1980 ao início do século XXI: uma avaliação histórica e historiográfica, **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 25-52, 2002.

OLIVEIRA, R. C. **O Trabalho do Antropólogo**. 2 ed. São Paulo: Unesp, 2000.

OLIVEIRA, O. **Índios e Jesuítas no Guairá. A redução como espaço de reinterpretação cultural (século XVII)**. Tese de Doutorado UNESP, Assis, 2003.

ORSER JR, C. E. A teoria de rede e a Arqueologia da História Moderna, **Revista de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo**. São Paulo, Suplemento 3, p. 87-101, 1999.

PARELLADA, C. I. Levantamento geoarqueológico de Vila Rica do Espírito Santo. In: Congresso Brasileiro de Geologia. 1990, Natal. **Anais...** Natal, v. 2, p. 1095-1107, 1990.

PEREIRA, J A Algumas notas em torno de pedras com covinhas encontradas em sambaquis. **Apontamentos Arqueológicos**. São Paulo, v. 4, p. 17, 1960.

- PEREIRA, L. M. **Parentesco e organização social Kaiowá.** (Dissertação de mestrado) Campinas: Unicamp, 1999.
- PEREIRA, L. M. **Imagens Kaiowá do sistema social e seu entorno.** (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 2004.
- POLITIS, G. G. Acerca de la etnoarqueologia en América del Sul. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 8, n. 18, p. 13-60. 2002.
- PLOETZ, H.; METRAUX, A. La civilisation matérielle et la vie sociale et religieuse des indiens Zé du Brésil méridional. **Revista del Instituto de Etnología de la Universidad Nacional de Tucumán**, n. 1, p. 107 - 238, 1930.
- PROUS, A. **Arqueologia Brasileira.** Brasília: Universidade de Brasília, 1992.
- REBES, M. I. A. **Antonio Ruiz de Montoya testemunha de seu tempo.** Dissertação de Mestrado UNISINOS, São Leopoldo, 2001.
- RESENDE, M.; CURI, N.; RESENDE, S. B.; CORRÊA, G. F. **Pedagogia base para distinção de ambientes.** 4 ed., Visosa: NEPUT, 2002.
- REIS, José Alberione dos. **Arqueologia dos Buracos de Bugre: uma pré-história do Planalto Meridional.** Caxias do Sul: EDUCS, 2002.
- ROBRAHN GONZÁLEZ, E. Arqueologia em perspectiva: 150 anos de prática e reflexão no estudo de nosso passado. **Revista USP.** São Paulo, n. 44, p. 10-31, 1999-2000.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado.** Hucitec, 1988.
- SILVA, F. A.; BLASI, O. Escavações preliminares em Estirão Comprido. In: Congresso Internacional de Americanistas, 31. São Paulo, 1955. **Anais...** São Paulo, v. 2, p. 128-145, 1955.
- SILVA, F. A. Contribuição para a arqueologia de Estirão Comprido. **Reunião da Associação Brasileira de Antropologia**, Recife, n. 3, 1959.
- SILVA, F. T. História das paisagens. In: **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, p. 204, 1997.
- SILVA, S. B. **Etnoarqueologia dos grafismos Kaingang. Um modelo para compreensão das sociedades proto-Jê meridionais.** Tese de Doutorado USP, São Paulo, 2001.
- SOARES, A. L. **Guarani-Organização Social e Arqueologia.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.
- SOARES, A. L. Arqueologia, História e Etnografia: O denominador guarani. **Revista Fronteiras UFMS**, Campo Grande, v. 7, n. 3, p. 31-62, 2003.

SOUZA, M. C.; CISLINKI, J.; ROMAGNOLO, M. B. Levantamento florístico. **As Planícies de Inundação do Alto Rio Paraná: Aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos**. Maringá: EDUEM, p. 342-368, 1997.

SOJA, E. **Thirdspace: journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places**. London: Blackwell, 1996.

SHAMA, S. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.

SCHIAVETTO, S. N. O. **A arqueologia Guarani: construção e desconstrução da identidade indígena**. São Paulo, Annablume: Fapesp, 2003.

SCATAMACCHIA, M. C. M. **Tentativa de caracterização da tradição Tupi-Guarani**. São Paulo, USP, 1981.

SGANZERLA, E. M. et al. A arqueologia do contorno leste de Curitiba. **Arqueologia**, v. 7, Curitiba, 1996.

SCATAMACCHIA, M. C. M. **A tradição policrômica no leste da América do Sul evidenciada pela ocupação guarani e tupinambá: fontes arqueológicas e etno-históricas**. São Paulo, USP, 1990.

STEVAUX, J. C.; FILHO, E. Geologia e geomorfologia do complexo rio Baía, Curitiba, Ivinhema. In: **As Planícies de Inundação do Alto Rio Paraná: Aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos**. Maringá: EDUEM, p. 4-45, 1997.

STEVAUX, J. C.; FILHO, E.; JABUR, I. C. A história quaternária do rio Paraná em seu alto curso. In: **As Planícies de Inundação do Alto Rio Paraná: Aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos**. Maringá: EDUEM, p. 46-69, 1997.

SUSNIK, B. **Los aborígenes des Paraguay II. Etnohistoria de los guaranies epoca colonial**. Asunción, Museu Etnográfico 'Andrés Barbero', 1979-1980.

SUSNIK, B. **Los aborígenes del Paraguay, tomo V. Ciclo vital y Estructura social**. Asunción, Museu Etnográfico 'Andrés Barbero', 1983.

TENÓRIO, M. C. **Pré-História da terra Brasilis**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

TRIGGER, B. G. **História del pensamiento arqueológico**. Barcelona: Ed. Critica, 1992.

WILLEY, G. R.; SABLOFF, F. A. **A history of American archaeology**. London: Thames and Hudson, 1974.

XRAMER, V. M. S.; STEVAUX, J. C. Mudanças climáticas na região de Taquaruçu-MS durante o holoceno, **Boletim Paranaense de geociências**, n. 49, p. 79-91, 2004.

ANEXO 1: Localização dos municípios com sítios arqueológicos Guarani no Estado do Paraná



ANEXO 2: Tabela com dados gerais dos sítios da área de pesquisa

Município	Fonte	Categoria	Altitude (m)	Água + próxima	Compartimento topográfico	UTM – Coord X	UTM – Coord Y
Diamante do Norte	Chmyz 1991, 1992; CNSA 25369	Lítico	250	40	Encosta		
Diamante do Norte	Chmyz 1991, 1992; CNSA 25368	Tupiguarani	252	30	Encosta		
Diamante do Norte	LAEE	Tupiguarani	265	3	Encosta	293536.8	7498639.5
Diamante do Norte	LAEE	Tupiguarani	258	1	Encosta	306662.2	7499848.5
Diamante do Norte	LAEE	Tupiguarani	262	200	Topo	295353.7	7500955.0
Diamante do Norte	LAEE	Lítico	255	2	Encosta	296740.8	7501191.0
Marilena	LAEE	Lítico	237	10	Terraço	287288.6	7494837.5
Marilena	LAEE	Lítico	244	31	Terraço	284949.6	7491538.0
Marilena	LAEE	Lítico	243	28	Terraço	282902.5	7489704.5
Marilena	LAEE	Lítico	278	21	Terraço	285599.4	7492238.5
Marilena	LAEE	Lítico	263	112	Terraço	289033.9	7495410.0
Nova Londrina	LAEE	Tupiguarani	262	600	Topo	295366.0	7500032.0
Porto Rico	LAEE	Tupiguarani	287	5	Encosta	268198.8	7480718.0
Porto Rico	LAEE	Tupiguarani	332	9	Encosta	265623.2	7479504.0
Porto Rico	LAEE	Tupiguarani	267	15	Encosta	263454.9	7478770.5
Porto Rico	LAEE	Tupiguarani	281	39	Encosta	265388.8	7479384.0

Querência do Norte	Blasi 1961; Chmyz 1991; LAEE	Tupiguarani	258	100	Encosta	240676.5	7466496.0
Querência do Norte	LAEE	Tupiguarani	300	100	Encosta	244319.6	7466996.0
Querência do Norte	LAEE	Tupiguarani	253	62	Terraço	243182.1	7468276.5
Querência do Norte	LAEE	Tupiguarani	289	52	Encosta	235284.1	7459790.5
Querência do Norte	LAEE	Tupiguarani	274	20	Encosta	232219.6	7455808.0
Querência do Norte	LAEE	Lítico	274	47	Encosta	228655.9	7434595.5
Querência do Norte	LAEE	Tupiguarani	267	15	Topo	240676.5	7466496.0
Querência do Norte	LAEE	Lítico	236	23	Encosta	244319.6	7466996.0
São Pedro do Paraná	Chmyz 1974, 1991; CNSA 26116	Tupiguarani	270	150	Encosta		
São Pedro do Paraná	Chmyz 1974, 1991; CNSA 26117	Lítico	257	2	Encosta		
São Pedro do Paraná	Chmyz 1974, 1991; CNSA 26118	Tupiguarani	270	20	Encosta		
São Pedro do Paraná	Chmyz 1974, 1991; CNSA 26119	Lítico	260	2	Encosta		
São Pedro do	Chmyz 1974,	Lítico	254	2	Encosta		

Paraná	1991; CNSA 26120						
São Pedro do Paraná	LAEE	Tupiguarani	256	150	Encosta	274105.0	7483921.5
São Pedro do Paraná	LAEE	Lítico	262	9	Encosta	271119.0	7481929.0
São Pedro do Paraná	LAEE	Tupiguarani	250	50	Encosta	271537.9	7482312.0
São Pedro do Paraná	LAEE	Tupiguarani	264	15	Encosta	268863.3	7481049.0
S. Cruz do Monte Castelo	LAEE	Tupiguarani	233	5	Encosta	254688.5	7477832.0
S. Cruz do Monte Castelo	LAEE	Tupiguarani	284	25	Encosta	250003.7	7438982.0
S. Cruz do Monte Castelo	LAEE	Lítico	272	80	Terraço	258122.4	7428706.5
S. Cruz do Monte Castelo	LAEE	Lítico	233	30	Terraço	256426.9	7427925.0

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados 20 de agosto de 2006.

CARLOS ALBERTO PANEK JUNIOR